

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIMITRI BARRANHICWECZ TENFEN

TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO,  
ESTAGNAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2014

DIMITRI BARRANHICWECZ TENFEN

TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO,  
ESTAGNAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia submetida ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Arend.

FLORIANÓPOLIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 ao aluno Dimitri Barranhicwecz Tenfen na disciplina de CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcelo Arend (Orientador)

---

Prof. Dr. Silvio Antonio Ferraz Cário

---

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida e por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Também agradeço a meus pais, pelo amor e carinho que me propiciaram e pela confiança que depositam em mim em favor do meu crescimento. Não poderia deixar de agradecer-lhes, também, pelo enorme apoio e esforço que fizeram durante toda a minha vida para me propiciar a melhor educação possível.

Aos meus amigos, companheiros de trabalho e irmãos de amizade que fizeram parte da minha trajetória e que vão continuar sempre presentes em minha vida.

Não poderia deixar de agradecer aqueles que fizeram parte de forma direta da minha formação acadêmica e me ajudaram na construção deste trabalho. Obrigado ao Professor Marcelo Arend por todas as orientações e o auxílio que me deu na construção desta monografia.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte da execução desse projeto e de toda a minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente estudo busca analisar o processo de industrialização na economia brasileira, partindo do início das políticas industriais até a situação atual no Brasil. Percorrer o surgimento da indústria de transformação no país, bem como avaliar a perda de valor adicionado deste setor no produto agregado nas últimas décadas, e se tal processo é decorrência do próprio desenvolvimento econômico do Brasil, da mesma forma que ocorreu nas economias desenvolvidas na década de 1970, ou se esse processo é precoce, ou seja, ocorreu sem que o país tenha atingido um nível de renda *per capita* similar ao de economias desenvolvidas, quando tais economias passaram pelo processo natural de desindustrialização. Inicialmente, a análise consistirá em analisar os conceitos, as causas e as dificuldades do processo de industrialização das economias, com base nas literaturas existentes. Posteriormente, será estudado o caso brasileiro, apresentando referências e evidências empíricas a respeito do processo de industrialização da economia brasileira. Por fim, serão analisados e discutidos os conceitos de industrialização e desindustrialização na economia brasileira em diferentes períodos. Analisando então o processo de desindustrialização prematura e doença holandesa no Brasil, com o intuito de responder se a desindustrialização no Brasil se manifesta de maneira natural ou precoce, em decorrência das políticas macroeconômicas adotadas. Como também, analisar se existem indícios de doença holandesa na economia brasileira. Se a desindustrialização brasileira seria causada pela elevação mundial dos preços das *commodities*, além da apreciação cambial, causando expressivas elevações das exportações de produtos não industrializados em detrimento dos mais intensivos em tecnologia.

Palavras-chave: industrialização, desenvolvimento econômico, política industrial, indústria de transformação, desindustrialização.

## **ABSTRACT**

This study seeks to analyze the process of industrialization of the Brazilian economy, starting from the beginning of industrial policies to the current situation in Brazil. Going through the emergence of manufacturing industry in the country, as well as evaluating the loss of added value in this sector in the aggregate output in recent decades, and if this process is due to Brazil's own economic development, just as it occurred in developed economies in the 1970s, or if this is a precocious process, in other words, it occurred without the country having reached a level of per capita income similar to that of developed economies, which went through the natural process of deindustrialization. Initially, the analysis will consist in examining the concepts, causes and problems of industrialization process of economies, based on existing literature. Subsequently, the Brazilian case will be studied, with references and empirical evidence on the process of industrialization of the Brazilian economy. Finally, concepts of industrialization and deindustrialization of the Brazilian economy in different periods will be analyzed and discussed. Thus, being able to analyze the process of premature deindustrialization and the Dutch disease in Brazil, in order to answer if the deindustrialization in Brazil manifests itself in a natural or precocious manner, due to the macroeconomic policies adopted. It also searches for evidence of the Dutch disease in the Brazilian economy and, if the Brazilian deindustrialization is caused by rising global commodity prices, and the exchange rate appreciation, causing significant increase in exports of unprocessed products at the expense of products with more intensive technology.

**Keywords:** industrialization, economic development, industrial policy, manufacturing industry, deindustrialization.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto brasileiro no período de 1950-1980.....	62
Gráfico 2 – Composição do PIB por Participação no Valor Agregado a preços básicos no período de 1947-1980 .....	63
Gráfico 3 – Participação da Indústria de Transformação no PIB, período de 1947-1980.....	64
Gráfico 4 - Participação no PIB global no período 1970-1980, América Latina, América do Sul e Brasil.....	65
Gráfico 5 – Evolução do PIB per capita no período de 1970-1980, Mundo, América Latina e Brasil.....	66
Gráfico 6 – Participação no IDE mundial no período de 1970-1980, América-Latina, América do Sul e Brasil (em %).....	67
Gráfico 7 – Participação da Indústria de transformação no produto agregado e crescimento do PIB, no período de 1947 a 1980 .....	68
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto brasileiro nos períodos 1950-1980 e 1980-2013.....	70
Gráfico 9 - Composição do PIB por participação no valor agregado a preços básicos no período 1980-2013.....	71
Gráfico 10 – Participação da Indústria de Transformação no PIB, período de 1980-2013.....	72
Gráfico 11 - Participação no PIB global no período 1980-2012, Brasil e economias selecionadas .....	73
Gráfico 12 - Evolução do PIB per capita no período de 1980-2012, economias selecionadas .....	74
Gráfico 13 - Participação na Formação Bruta de Capital Fixo no PIB e Variação de Estoque FBCF, Brasil e Economias em Desenvolvimento, período 1980-2012.....	77
Gráfico 14 – Participação no Emprego por Setor no Total de empregos no Brasil em 1990-2009 .....	78
Gráfico 15 - Evolução da participação da indústria no PIB e do PIB per capita (US\$), nos países desenvolvidos selecionados, de 1970 a 2012 .....	80
Gráfico 16 - Evolução da participação da indústria no PIB e do PIB per capita (US\$), no Brasil e economias em desenvolvimento selecionadas, de 1970 a 2012 .....	81
Gráfico 17 – Participação da indústria no PIB e produtividade do trabalho, de 1970 a 2012, países selecionados.....	83

Gráfico 18 – Evolução do Câmbio real efetivo e das exportações de produtos não industrializados, período de 1990-2014 .....	86
Gráfico 19 - Evolução das exportações brasileiras por intensidade tecnológica, período 1996-2013 .....	87
Gráfico 20 – Evolução do preço mundial das Commodities em geral, meses de janeiro e julho de 1990 a 2014 .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Direto Estrangeiro entre 1955 e 1963 por setores. ....	42
Tabela 2 - PIB <i>per capita</i> e variação no período de 1980 a 2012, para economias em desenvolvimento e BRICS .....	75
Tabela 3 – Participação do IDE mundial, economias selecionadas, período de 1980 a 2013.....	76

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS .....	13
<b>1.1.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>13</b>
1.2 JUSTIFICATIVA .....	13
1.3 METODOLOGIA.....	14
<b>CAPÍTULO 2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
2.1 IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	17
<b>2.1.1 Estágios de desenvolvimento industrial .....</b>	<b>21</b>
2.2 A IMPORTÂNCIA DO NACIONALISMO .....	23
2.3 O PAPEL DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS .....	26
2.4 PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO .....	30
2.5 A DOENÇA HOLANDESA NAS ECONOMIAS.....	33
SINTESE CONCLUSIVA.....	36
<b>CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL .....</b>	<b>38</b>
3.1 INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NOS ANOS 1930.....	38
3.2 INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DE 1950 .....	41
3.3 GOLPE MILITAR DE 1964.....	44
3.5 A DÉCADA PERDIDA.....	49
3.6 POLÍTICA ECONÔMICA LIBERAL .....	52
3.7 RETORNO A UM IDEAL DESENVOLVIMENTISTA.....	55
<b>CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA.....</b>	<b>61</b>
4.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ATÉ 1980 .....	61
4.2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1980.....	68
4.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	79
4.4 DOENÇA HOLANDESA NA ECONOMIA BRASILEIRA .....	85
<b>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>

## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A presente monografia pretende abordar um tema de extrema importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, trata-se da problemática da evolução do processo de desenvolvimento industrial do Brasil e seus determinantes.

Em contraposição à argumentação neoclássica, Kaldor desenvolveu nos anos 1970 um conjunto de proposições teóricas para explicar as diferenças na dinâmica de crescimento dos países com ênfase em fatores ligados à demanda agregada. Assim, o nível de demanda agregada dos países seria resultado de diferenças nas estruturas produtivas. Dessa forma, Kaldor atribui papel fundamental à indústria de transformação no crescimento e desenvolvimento das economias. De acordo com Pasinetti (1983), o ponto central dessa abordagem seria que o setor industrial operaria com retornos crescentes de escala, influenciando o crescimento da produtividade de toda a economia.

Tal tema revela sua importância ao analisar a história do desenvolvimento industrial da economia brasileira, quando se observa diferentes estratégias e resultados na situação econômica do país, à medida que se altera a participação da indústria no produto. Dados retirados do portal eletrônico de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) mostram que, a partir dos anos 1960, e principalmente na década de 1970, impulsionado pelos: primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, a economia brasileira passou a apresentar elevada participação da indústria de transformação no seu produto agregado, refletindo em um período de elevado crescimento econômico no Brasil. Em contrapartida, a década perdida de 1980, seguida da abertura econômica ao longo de toda a década de 1990, fizeram com que a economia brasileira não conseguisse adentrar no novo paradigma tecno-produtivo – microeletrônica – além de perder consecutivamente a participação da indústria de transformação no PIB, passando por uma reprimarização, não apenas da pauta de exportações como também, de toda a economia brasileira.

Partindo dessa problemática, este trabalho se propôs a encontrar no modelo de desenvolvimento econômico industrial kaldoriano, as trajetórias de rumo ao desenvolvimento industrial brasileiro e, o mais importante, analisar o impacto destas trajetórias no contexto recente da economia brasileira.

Devido ao papel fundamental da indústria no desenvolvimento econômico da nação, caso dada economia não possua uma indústria nascente, Fredrich List aponta o papel do Estado em promover o surgimento de tal setor, e se necessário for, de modo protecionista. Assim, o Estado deve valer-se do interesse em criar e fortalecer a participação industrial na economia, de forma que, estas sejam indústrias nacionais, e não estrangeiras.

A partir das obras de Nicholas Kaldor, a importância da indústria como fator primordial do crescimento econômico obteve maior fundamentação. Para Kaldor (1957), o nível de demanda agregada das economias seria resultado das diferentes estruturas produtivas, atribuindo à indústria de transformação a característica de principal ferramenta na promoção do crescimento econômico.

Partindo disso, o modelo kaldoriano apresenta inicialmente a importância do setor industrial na economia pelo fato deste apresentar economias de escala, promovendo o crescimento da produtividade da economia em ritmos mais acelerados que os demais setores. Desta forma, Kaldor desenvolveu um conjunto de proposições teóricas – conhecidas na literatura como Leis de Kaldor – exibindo as distinções nas dinâmicas de crescimento das economias, evidenciando os fatores ligados à demanda agregada, como expõem Lamônica e Feijó (2011).

Quando se volta para o panorama nacional e contemporâneo, vários estudos de autores como Bresser-Pereira, Suzigan, José Luis Oreiro, Brum, dentre outros, se apóiam no modelo kaldoriano, os quais buscam identificar outras variáveis macroeconômicas, além das analisadas por Kaldor, que evidenciam a importância da indústria no desenvolvimento econômico do Brasil.

Realizando uma análise histórica da economia brasileira pós 1980, verificou-se que os setores industriais, principalmente indústria de transformação, apresentaram quedas constantes de participação no produto agregado, as quais se intensificaram na década de 1990, evidenciando a reprimarização da economia brasileira, principalmente na pauta de exportações do Brasil.

Diante disso, utilizou-se de análises de dados e gráficos, tanto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como também da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), para analisar os impactos dos planos econômicos e políticas industriais tomados pelo Estado brasileiro ao longo do período que vai de 1950 a 2013.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

A partir do modelo kaldoriano, analisar a dinâmica do processo de industrialização da economia brasileira no período de 1950 a 2013, os fatores e tendências de crescimento e desenvolvimento econômico-industrial, as políticas industriais e seus resultados na economia e na indústria brasileira ao longo do período.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar a importância da indústria no desenvolvimento econômico, e o papel do Estado no alcance de tais objetivos;
- Investigar as políticas de industrialização aplicadas na economia brasileira e seus resultados, ao longo do período analisado;
- Analisar os indicadores de industrialização dos setores da economia brasileira e como eles tem se comportado durante o período;
- Verificar a capacidade do Brasil em promover o desenvolvimento econômico através da indústria, comparativamente às economias desenvolvidas durante o período;

## 1.2 JUSTIFICATIVA

As ciências econômicas buscam entender, dentre diversos fatos, a causa do crescimento e do desenvolvimento econômico das economias. Assim, economias têm como objetivo alcançar níveis elevados de crescimento e mantê-los ao longo do tempo, alcançado desenvolvimento econômico, para isso, preocupa-se com a industrialização de setores intensivos em tecnologia, promovendo a industrialização nas áreas que demandam produtos de alta complexidade, visando atingir diferenciais inovadores geradores de desenvolvimento econômico. Os incentivos não devem ter como foco investimentos para produção de *commodities*, as quais não apresentam condições suficientes para manter o desenvolvimento econômico de longo prazo. De forma que,

é indispensável à análise econômica conjuntural, de forma que, se obtenha informações a respeito da realidade econômica atual das economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

A análise da industrialização do Brasil demonstra as características e objetivos das políticas econômicas de desenvolvimento e industrialização aplicadas a esta economia nos anos de 1970-2013, período em que apresentou crescimento dinâmico. Visando alcançar desenvolvimento industrial, enfrentando entraves, frente ao cenário mundial. Desta forma, conhecer as políticas econômicas e industriais, e as estratégias de desenvolvimento aplicadas à economia brasileira e os resultados macroeconômicos alcançados, são fundamentais para análise do cenário mundial e da dinâmica apresentada pelas economias periféricas, rumo ao desenvolvimento econômico.

Logo, faz-se necessário uma nova análise dos fatos e dos dados, num período mais atual, buscando respostas que expliquem a estrutura industrial do Brasil e seu baixo dinamismo econômico, mesmo com os esforços do Estado na promoção do desenvolvimento industrial.

### 1.3 METODOLOGIA

Este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa explicativa, haja vista que apresenta preocupação em identificar fatores determinantes ou contribuintes da ocorrência de certos fenômenos, ou seja, através das análises que serão expostas, procuraram-se apresentar os motivos, os porquês de algo (GIL, 1999).

Desta forma, a metodologia utilizada para desenvolver cada um dos objetivos específicos está expressa nos capítulos, posteriores a introdução, os quais compõem o presente estudo. A seguir, a metodologia utilizada para a formulação de cada capítulo será apresentada.

Para atender ao primeiro objetivo específico, fez-se a leitura de obras originais de Nicholas Kaldor, e obras de autores nacionais relacionados ao modelo kaldoriano de crescimento. Assim, introduziu-se a dinâmica de desenvolvimento econômico através da industrialização e logo se destacou a importância do Estado em promover tal setor econômico, assim como, o modo como o Estado deve agir para alcançar tais objetivos, segundo esta corrente teórica. Posteriormente, buscou-se apresentar através da leitura de estudos relacionados, mas que seguem a mesma linha de raciocínio do modelo kaldoriano de crescimento, evidenciando a

importância do nacionalismo a partir da leitura de autores como Bresser-Pereira, Chang, entre outros, assim como o papel das políticas industriais.

Encontrada a importância do setor industrial no desenvolvimento econômico nacional, no terceiro capítulo iniciou-se uma breve análise descritiva do processo de industrialização da economia brasileira, partindo de Getúlio Vargas, dando ênfase às políticas econômico-industriais tomadas pelo Estado ao longo do período. Leituras de Mello (1986), Brum (2005), Suzigan e Furtado (2006), Oreiro e Feijó (2010), entre outras, serviram como base para esta passagem.

Após concluir a análise descritiva, iniciou-se o quarto capítulo, com a análise quantitativa do trabalho. Primeiramente foram coletados dados correspondentes as variáveis elencadas nas literaturas apresentadas no segundo e no terceiro capítulo. Para elaboração, foram utilizados dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Após terem sido coletados os dados, foram feitas algumas análises de conjuntura necessárias para explicar os impactos econômicos causados pelas medidas político-industriais tomadas pelo Estado.

Por fim, no último capítulo deste, encontram-se as considerações finais, quais fazem um apanhado geral do trabalho e dos resultados obtidos.

## CAPÍTULO 2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento econômico é o processo que promove aos países melhorias nas suas variáveis qualitativas e quantitativas, gerando dinamismo econômico e melhorias tanto para os indivíduos, como também para todo o ambiente macroeconômico. Todavia, o desenvolvimento econômico não ocorre por meio do livre mercado nas economias. Para que seja alcançado, se faz necessário que o Estado realize certas medidas as quais promoverão tais resultados nas dinâmicas produtivas da nação.

Devido ao papel fundamental da indústria no desenvolvimento, mesmo enquanto dada economia ainda não possuir uma indústria nascente, Fredrich List aponta que, para que as relações comerciais dessa economia com as economias mais desenvolvidas promovam seu desenvolvimento econômico, tal economia deve possuir um Estado protecionista. Assim, seu Estado deve valer-se do interesse em criar e fortalecer a participação dos empresários nacionais nos setores mais dinâmicos – setores industriais – de forma que, tais setores sejam primordialmente nacionais, e não estrangeiras.

Para permitir à liberdade de comércio operar naturalmente, as nações menos adiantadas devem primeiro, por medidas artificiais, ser elevadas ao estado de cultura ao qual foi elevada artificialmente a nação inglesa. (LIST, 1986, p.96).

List cita a economia inglesa pelo fato desta ser o berço da indústria e no período em que escreveu sua obra, ser esta a economia industrial mais avançada. Para que uma economia alcance tais objetivos, se faz necessário promover políticas industriais que promovam o desenvolvimento industrial nos setores mais intensivos em tecnologia e assim atingir um maior dinamismo. O Estado deve também, estabelecer certo controle sobre as variáveis macroeconômicas, as quais podem acabar dificultando a industrialização da economia, a ocorrência da doença holandesa, e fatores tanto endógenos quanto exógenos, os quais podem levar a uma desindustrialização prematura da economia. Caso tais medidas não sejam tomadas:

... nas atuais condições do mundo, o resultado geral de comércio não seria uma república universal (harmonia universal), mas, pelo contrário, uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval atualmente dominante. (LIST,1986, p. 93).

Desta forma, a proposta deste capítulo é expor os fatores que influenciam a industrialização dos países e de que forma o Estado deve intervir nas economias atrasadas, de modo a alcançar um desenvolvimento econômico-industrial e elevar o nível tecnológico, de

modo a não depender das economias desenvolvidas. Assim, o protecionismo do Estado segundo

List parte por tal forma:

Não orienta os indivíduos sobre como empregar suas forças produtivas e seu capital..., não diz a um ‘deves investir teu dinheiro na produção de um navio, ou não implantação de uma manufatura’, ou a outro ‘deves ser um capitão naval ou um engenheiro civil’; o Estado deixa a critério de cada indivíduo como e onde investir seu capital, ou que profissão deve abraçar. Diz apenas: ‘É vantajoso para nossa nação que nós mesmos produzamos esses ou aqueles artigos; mas, já que pela livre concorrência com países estrangeiros jamais poderemos obter essa vantagem, impusemos restrições a tal concorrência, pois em nosso ponto de vista é necessário proporcionar àqueles nossos concidadãos que investem seu capital nesses novos setores da indústria e àqueles que consagram suas forças corporais intelectuais a isso, as necessárias garantias de que não perderão seu capital e não falharão à sua vocação na vida... (LIST, 1957, p. 117-118).

## 2.1 IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A importância da indústria como fator primordial do crescimento econômico obteve maior fundamentação a partir das obras de Nicholas Kaldor. Para este autor o nível de demanda agregada das economias seria resultado das diferentes estruturas produtivas, atribuindo à indústria de transformação a característica de principal ferramenta na promoção do crescimento econômico. Desta forma, a economia deveria promover o crescimento dos setores industriais de modo a expandir a participação do emprego na indústria em relação aos demais setores da economia, como apresenta Kaldor:

Progresso econômico (na medida em que representa elevação da renda per capita) implica, invariavelmente, em industrialização no sentido de um aumento na proporção da população ativa empregada em ocupações secundárias (e terciárias) e correspondente redução na proporção da força de trabalho utilizada na agricultura. (KALDOR, 1957b, p. 21).

A principal característica de sua abordagem se dá ao atribuir tal importância ao setor industrial pelo fato desse setor apresentar economias de escala, promovendo o crescimento da produtividade da economia. Desta forma, Kaldor desenvolveu um conjunto de proposições teóricas – conhecidas posteriormente na literatura como Leis de Kaldor – esclarecendo as diferenças nos processos de crescimento das economias, dando destaque aos fatores ligados à demanda agregada, afirma Lamonica e Feijó (2011).

Ao analisar as baixas taxas de crescimento do Reino Unido vis-à-vis demais economias, Kaldor realizou algumas regressões identificando uma forte relação entre as taxas de variação da indústria e a taxa de variação do PIB.

As economias de rápido desenvolvimento são invariavelmente aquelas que manifestam rápidas mutações técnicas – isto é, onde os métodos ou processos técnicos de produção estão sujeitos a continuada e relativamente rápida melhoria. (KALDOR, 1957a, p.10).

E verificou uma correlação positiva entre a taxa de crescimento do produto agregado e a taxa de crescimento industrial, desde que, a taxa de crescimento industrial seja maior que a do restante da economia.

A partir de uma taxa constante de crescimento (modelo em relação ao qual muito trabalho teórico já se fez), é possível a expansão proporcional de todos os setores (embora este não seja necessariamente o caso se as elasticidades renda são diferentes). Porém, uma taxa acelerada de crescimento é somente concebível se a expansão de alguns setores é desproporcional ao de outros. (KALDOR, 1957c, p. 40).

Para explicar essas evidências, Kaldor desenvolveu algumas hipóteses para explicar as diferentes taxas de crescimento dos setores e atribuiu que, estas estavam associadas às diferentes taxas de crescimento da produtividade. Desta forma, como a produtividade da indústria era maior que nos demais setores, uma maior elevação na produtividade industrial elevaria a produtividade média da economia, e ainda, como é na indústria que acontece a maior parte da inovação tecnológica, uma economia com mais indústrias teria um crescimento econômico mais acelerado.

Para que aumente a taxa de crescimento da economia, necessário se faz, antes de mais nada, aumentar a capacidade das indústrias de bens de produção num ritmo mais rápido, o que (temporariamente) pode ser realizado à custa de uma queda na taxa de crescimento do consumo. (KALDOR, 1957c, p. 43).

A indústria proporciona maiores mudanças no processo de crescimento, gerando transformações na estrutura produtiva das economias ao longo do tempo, o que leva a alterações na composição da demanda, aumentando a presença de produtos industrializados na economia. Como o setor industrial possui maior capacidade de gerar novos processos produtivos e criação de novos produtos, promove importantes avanços pelo lado da oferta, (MARINHO, NOGUEIRA e ROSA, 2002). Assim, o desenvolvimento econômico através da indústria apresenta maior produtividade e chances de crescimento mais elevadas que nos outros setores da economia.

Marinho, Nogueira e Rosa (2002) expõem que a industrialização é apenas uma parte da dinâmica de desenvolvimento econômico, e que os outros setores não podem ser desprezados. Todavia, o foco deve ser dado para o setor industrial, principalmente pelas economias em desenvolvimento, que gera maior crescimento econômico e apresenta também, maior inter-relação com os demais setores. A relação com o setor primário se dá principalmente pelo fato deste ser um dos principais fornecedores de insumos para a indústria. Sendo também importante desenvolver o setor de serviços (financeiros, manutenção, transportes, comércio, etc) para auxiliar o setor industrial a jusante e a montante. Assim, o processo de industrialização deve ser considerado pelas economias como fundamental, para a promoção do desenvolvimento econômico.

Com as análises feitas por Kaldor a respeito da importância do setor industrial para o desenvolvimento econômico, foi elaborado um conjunto de leis, as quais apresentam através de fatos estilizados, a dinâmica das economias capitalistas e as diferentes taxas de crescimento apresentadas pelas economias. Segundo Lamonica e Feijó (2011), as leis de Kaldor propõem as seguintes regularidades empíricas:

- i) A existência de uma relação positiva entre o crescimento da manufatura e o crescimento do produto agregado na economia, desta forma, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto agregado do país.
- ii) Existência de uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade industrial e o crescimento do produto manufatureiro (também conhecido como Lei de Verdoorn) devido os retornos crescentes de escala e seus efeitos, tanto estáticos como dinâmicos. A relação de causalidade seguiria a direção de quanto maior for a taxa de crescimento da indústria, maior seria a taxa de crescimento da produtividade industrial.
- iii) Na medida em que maior for a taxa de crescimento das exportações, maior seria o crescimento do produto.
- iv) O crescimento da economia em longo prazo seria restringido pela demanda, e não pela oferta. Desta forma, a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta seria a Balança de Pagamentos.

A primeira lei constitui uma forte relação entre o crescimento do produto manufatureiro e o crescimento do PIB, onde, o produto interno crescerá na medida em que se eleva a manufatura em relação aos demais setores da economia. Desta forma, a indústria funciona como o motor do crescimento, por ser o setor mais dinâmico e suas relações intra e inter-setoriais promovem um aumento de produtividade por toda a economia. Como os retornos crescentes de escala estão presentes na indústria, o desenvolvimento nos processos de produção se propagaria continuamente, conforme Lamonica e Feijó (2011).

A relação entre o crescimento da produtividade no setor industrial e o crescimento de sua produção é conhecida como lei de Verdoorn. Tal lei foi utilizada para explicar a desindustrialização das economias avançadas. Souza (2009) apresenta que a causalção viria do crescimento da produção industrial para o crescimento da produtividade do trabalho no mesmo setor, onde a lei de Verdoorn diz que, grande parte da produtividade manufatureira seria endógena, pela existência de rendimentos crescentes de escala, onde a elevação da produção aproveitaria melhor a capacidade produtiva da economia. Desta forma, quando a indústria cresce, ela absorve mão-de-obra e outros recursos que apresentam menos produtividade nos demais setores, como a agricultura, aumentando a produtividade média da economia. Assim, a segunda lei de Kaldor, conhecida como lei de Kaldor-Verdoorn, apresentaria uma relação de causalidade entre a taxa de crescimento da produtividade e o crescimento do produto, devido à existência de economias de escala.

As terceira e quarta leis foram idealizadas por Kaldor e formalizadas mais tarde por Thirlwall, como apresentam Lamonica e Feijó (2011), onde o crescimento pode ser reduzido por restrições externas, logo, a manutenção do crescimento dependeria da capacidade da economia de manter a competitividade de suas exportações, que, por sua vez, dependeria da elevação da produtividade na indústria de transformação. Assim teria sido configurado o *export-led growth* – crescimento econômico através da promoção das exportações – partindo do processo de causalidade cumulativa, estabelecendo um círculo virtuoso de crescimento. Segundo os autores, Thirlwall formalizou o modelo de crescimento onde, o crescimento do produto se daria com equilíbrio na Balança de Pagamentos. Desta forma, o modelo Kaldor-Thirlwall afirma que a taxa de crescimento da produtividade na indústria de transformação e a taxa decréscimo do produto agregado seriam determinados pela taxa de crescimento das exportações em relação à elasticidade renda de demanda por importações.

Caso a economia não consiga se industrializar ao ponto de elevar a sua exportação de forma a cobrir as novas despesas com as importações necessárias, terá de reduzir a demanda agregada, causando conseqüentemente, redução no produto e no emprego. Então, torna-se necessário uma elevação das exportações para que seja possível manter o nível de crescimento. Assim, Lamônica e Feijó (2011) afirmam que, caso a estrutura produtiva ainda não seja capaz de promover a elevação das exportações, o Estado tem o papel que promover o desenvolvimento da estrutura focando nos setores de maior produtividade, que apresentam economias de escala, para dessa maneira elevar o nível das exportações desses produtos.

Um país subdesenvolvido que conta com excesso de mão-de-obra (nem todos os países subdesenvolvidos classificam-se nessa categoria) terá maiores vantagens se procurar proteger suas indústrias através dos impostos de importação do que deixando-se reger pelo livre cambismo, por isso que a proteção da indústria local não significa substituição de tipos de produção mas um aumento líquido que a não ser assim, não se teria produzido. (KALDOR, 1957b, p. 28).

Contudo, com o desenvolvimento da indústria nacional abastecendo também o mercado externo, beneficiando a balança de pagamentos, o Estado deveria então, por meio de uma taxa de câmbio administrado, controlar essa folga na balança de pagamentos, pois devido à elevação das exportações seria possível importar produtos e insumos mais baratos que os produzidos nacionalmente, gerando também, uma redução na demanda por produtos nacionais, prejudicando tanto o setor industrial quanto os setores ligados a este. Tal processo pode gerar fortes impactos negativos sobre a indústria nacional, logo, cabe ao Estado utilizar de ferramentas para impedir que ao passo que a economia se industrialize e gere resultados positivos de Balança de Pagamentos, produza também dificuldades para o desenvolvimento da indústria nacional.

### **2.1.1 Estágios de desenvolvimento industrial**

Em seus estudos, Kaldor desenvolveu um processo composto por quatro estágios rumo à industrialização, onde exibiu de que forma as economias, mesmo sendo agrícolas, teriam capacidade de se tornarem industrializadas, através desse processo gradual e acumulativo, (LAMONICA e FEIJÓ, 2010), onde a industrialização da economia faz com que se reduza o

custo unitário dos produtos, como também, eleva a qualidade dos produtos exportáveis, fazendo com que os produtos nacionais conquistem os mercados internacionais.

No primeiro estágio de desenvolvimento industrial, assim como aconteceu na maioria das economias, consistiria no surgimento de uma indústria nacional produtora de bens de consumo voltados para o mercado interno. Desta maneira, a economia diminuiria a importação e a dependência de produtos importados, pelo menos de bens de consumo. Lamônica e Feijó (2010) afirmam que, nesse momento, algumas máquinas e equipamentos básicos começariam a ser produzidos nacionalmente, por meio da expansão na demanda por bens de consumo, e seria estimulada a oferta de máquinas as quais a pequena indústria nacional seria capaz de produzir. Todavia, a maior parte dos bens de capital continuaria sendo importada, principalmente os mais intensivos em tecnologia. Kaldor argumentava que esse período de crescimento industrial por meio da produção de bens de consumo apresentaria altas taxas de desenvolvimento, porém, se esgotaria rapidamente, no momento em que concluísse a substituição de importações, então, a economia deverá prosseguir para o próximo estágio.

Para manter as altas taxas de crescimento, a economia deveria começar a exportar os bens de consumo para os mercados externos, expandindo a demanda e elevando ainda mais a produção nacional. Após conquistar os mercados estrangeiros, tal economia deveria então seguir para o terceiro estágio, onde, esta deve iniciar a produção de bens de capital nacional para substituir os importados, sendo de grande importância o apoio do Estado. Lamônica e Feijó (2010) apresentam que, nesse estágio, seria necessário também desenvolver tecnologia nacional e incorporá-las às máquinas e equipamentos nacionais, inter-relacionando os setores industriais nacionais. O último estágio se concretizaria então, quando a economia consolidasse a exportação de bens de capital internacionalmente, onde tal economia apresentaria dinamismo tecnológico e industrial próximo das economias desenvolvidas. Então a economia apresentaria altos níveis de desenvolvimento econômico, através não só da demanda interna, como também de demandas externas.

Desta forma, o modelo de Kaldor exposto anteriormente por diversos autores, apresenta a industrialização da economia como fator primordial para o alcance de um desenvolvimento econômico de longo prazo, onde tal setor apresenta características únicas como economias de escala mais dinâmicas e um melhor entrelaçamento setorial por toda a economia, gerando encadeamentos produtivos a montante e a jusante, tanto com o setor produtor de

insumos, como também, o setor de serviços. Além do fato da manufatura ser o setor que apresenta maior incorporação de tecnologia na estrutura produtiva, atingindo maiores ganhos de produtividade.

Para que qualquer economia, seja ela industrializada ou em desenvolvimento, obtenha elevadas taxas de crescimento no longo prazo, será necessário que seu Estado incentive o desenvolvimento da indústria nacional. Focando nos setores de maior intensidade tecnológica, os quais possuem maiores ganhos de produtividade e também, maiores dinâmicas intra e inter-setoriais, gerando maior desenvolvimento econômico.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DO NACIONALISMO

Para que uma economia seja capaz de alcançar o desenvolvimento econômico, a participação do Estado é indispensável, para que sejam estabelecidos os meios necessários para promover sua industrialização, por meio de políticas de desenvolvimento pró indústria nacional. O Estado nacionalista se faz presente quando é possível ver através do governo o interesse em defender o trabalho, a indústria e o capital nacional, e pela exigência que essa defesa seja feita de acordo com critérios nacionais, e não pela subordinação a países mais ricos.

O nacionalismo é a ideologia do estado como nação, sendo um fenômeno político presente nas sociedades capitalistas. O nacionalismo existe em todos os países, porém atualmente é mais visível nos países em desenvolvimento que necessitam ainda realizar uma transformação nacional em prol do desenvolvimento da indústria nacional, pois, diferentemente das economias ricas, ainda não alcançaram. (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Não é por que o nacionalismo não se mostre mais tão visível nos países ricos que não exista, pelo contrário. Para que fosse possível alcançar as posições privilegiadas as quais essas economias possuem atualmente, foi necessário anteriormente, fazer forte uso de políticas nacionalistas para promoverem tais resultados, afirma Chang (2004). Como fora feito no pós guerra, as economias européias destruídas pela guerra, se fecharam, defendendo o território nacional, promovendo o desenvolvimento de fortes indústrias nacionais, as quais, após suprirem o mercado interno, começam a promover exportações tanto de bens de consumo, como principalmente, bens de capital, ao ponto de internacionalizarem suas indústrias para os demais mercados, principalmente os em desenvolvimento, os quais ainda não possuíam fortes indústrias

intensivas em tecnologia; semelhantemente aos estágios de desenvolvimento expostos por Kaldor. Como também, ainda hoje, fazem uso do nacionalismo, para que consigam enfrentar a competição mundial, defendendo suas indústrias em território nacional e promover as exportações.

Após as primeiras economias apresentarem suas revoluções nacionais industriais, Bresser-Pereira (2013) afirma que, os demais países, hoje desenvolvidos, observaram que para se industrializarem não precisavam necessariamente das tecnologias dos primeiros, e sim, apenas imitarem ou comprarem estas tecnologias e adaptarem às suas estruturas produtivas, e assim tornaram-se autônomos nessas áreas. Para isso, contaram com papel importante dos seus Estados nacionalistas.

As políticas usadas para chegar onde eles [os países agora desenvolvidos] estão agora – ou seja, políticas industrial, comercial e tecnológica ativas – são precisamente as que eles dizem que os países em desenvolvimento não devem usar por causa de seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico. (CHANG, 2004, p. 127).

Exibindo assim que as economias desenvolvidas estariam “chutando a escada” a qual subiram, para que as demais economias não as alcançassem. Todavia, as economias desenvolvidas não se definem como nacionalistas. Como apresenta Bresser-Pereira (2013), o termo nacionalismo é utilizado por estas para desqualificar e oprimir o nacionalismo econômico dos países em desenvolvimento; como se os países ricos não defendessem o nacionalismo prático das suas economias desenvolvidas.

O desenvolvimentismo acaba por ser uma alternativa ao liberalismo econômico, como apresenta Bresser-Pereira (2013), tendo como bases científicas Karl Marx, na Escola Histórica Alemã de Weber, na macroeconomia de Keynes e Kalecki, e na Escola Estruturalista do Desenvolvimento Econômico, contrapondo o liberalismo que se apóia na teoria neoclássica. Desta forma, no desenvolvimentismo o Estado apresenta papel fundamental na coordenação do sistema econômico em prol da indústria nacional.

O surgimento do ideal desenvolvimentista surge com a CEPAL, onde as economias subdesenvolvidas percebem suas situações de subordinação frente às economias ricas e, percebem a existência de um meio o qual as tornaria capazes de também atingir elevados níveis de desenvolvimento econômico. A maneira a qual tais economias têm para superar a situação a qual estão inseridas se dá através do nacional desenvolvimentismo, a criação de um Estado o

qual defenda os interesses da nação, em vez de seguir as soluções impostas por outras economias. Através do nacionalismo, tornam-se capazes de alcançar níveis elevados de industrialização, e maior autonomia econômica, buscando iniciar um processo de *catching up*, buscando alcançar os níveis de desenvolvimento econômico presentes nas economias industrializadas, como afirma Batista Jr. (2007).

As economias em desenvolvimento buscam fazer uso então da estratégia nacionalista e desenvolvimentista para promoverem o desenvolvimento econômico, como veio acontecendo na América-Latina no período da CEPAL, através de certo grau de cooperação entre as economias, para que suas indústrias consigam alcançar maiores mercados, porém sem que tenham que competir com as grandes empresas das economias desenvolvidas. Sendo essa a única maneira que as economias em desenvolvimento têm encontrado para que consigam desenvolver suas indústrias nacionais, fora da competição esmagadora das economias ricas. Como afirma Fiori (2012), após os anos 1950 o nacionalismo adquiriu forma de explicitamente econômica, sendo o instrumento o qual as economias “atrasadas” teriam para lutar contra a os países ricos.

Batista Jr. (2007) apresenta outro caso característico na economia, que se deu pela ação conjunta de Estados e culturas próximas, as quais se uniram num propósito de desenvolvimento através de uma profunda integração entre suas economias e suas instituições, onde as economias periféricas da União Européia alcançaram certo grau de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo acaba sendo a maneira a qual as economias individuais que buscam o desenvolvimento econômico têm de alcançarem seus objetivos e se defenderem do liberalismo econômico imposto pelas economias desenvolvidas, apresenta Bresser-Pereira (2013). Como atesta o autor, tornar o Estado desenvolvimentista não é algo fácil, devido à dependência cultural das elites das economias em desenvolvimento, aceitando a subordinação dos ricos, acreditando na necessidade do capital estrangeiro para promoção da indústria, cedendo às pressões políticas e adaptando as instituições ao interesse estrangeiro, em vez de associar e promover o desenvolvimento pela via nacional. Essa idéia vai ao encontro de Batista Jr. (2007), de que nas economias subdesenvolvidas, o nacionalismo como forma de desenvolvimento acaba enfrentando dificuldades, a maioria delas por parte da própria nação, onde grande parte da elite nacional apresenta tendência ao ideal internacionalista, de forma a impedir a realização de um processo de desenvolvimento nacional.

Uma coalizão de classes nacionalista e desenvolvimentista, não corresponde a todas as formas de capital nacional, fazendo parte o setor produtivo, enquanto, o setor financeiro fica de fora, pois o objetivo desenvolvimentista é gerar riqueza e seus efeitos afluentes aos demais setores da economia, enquanto o setor financeiro tem como objetivo o acúmulo de riqueza. Desta forma, a economia terá condições de gerar desenvolvimento econômico endógeno, direcionando investimentos aos setores produtivos através do Estado, principalmente aos mais dinâmicos, em direção à indústria de alta tecnologia, promovendo a industrialização e o desenvolvimento econômico do país através do capital nacional e de seu Estado, empenhado em promover uma concorrência adequada que proporcione crescimento das indústrias nacionais operando no mercado, e também em criar as condições necessárias para que as empresas nacionais tenham interesse em investir no setor industrial, promovendo o avanço tecnológico e incorporando progresso técnico.

O desenvolvimento econômico é construído através de etapas, as quais devem ser ultrapassadas através de um processo estrutural, onde cabe à nação fazer uso do nacionalismo para gerar internamente os meios necessários para o surgimento da indústria nacional como forma de promover o desenvolvimento econômico e tecnológico por toda a economia, gerando emprego e renda. Com uma forte indústria nacional, o país tem a capacidade de suprir a demanda doméstica e melhorar o nível das exportações, gerando superávits. Desta forma, através do nacionalismo como forma de desenvolvimento, as economias tornam-se menos dependentes do capital externo e das oscilações do mercado mundial, tornando seu crescimento econômico mais autônomo e dinâmico.

### 2.3 O PAPEL DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS

A política industrial é uma das principais ferramentas para a elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional, através do qual o Estado em parceria com o meio privado organiza as esferas políticas e econômicas de modo a beneficiar os setores industriais que proporcionam maior desenvolvimento, fomentando o setor manufatureiro, de forma a promover maior crescimento econômico, melhorando a competitividade da indústria nacional.

Por meio da política industrial, o Estado torna possível à indústria nacional desenvolver tecnologias e ganhar produtividade, se tornando mais competitiva no cenário internacional,

possibilitando a esta um maior nível de exportações, como também, gerar estímulos e demandas para os demais setores da economia, como setor de insumos e serviços. A política industrial faz parte da estratégia de desenvolvimento econômico adotada pelo Estado, onde só produzirá resultados positivos quando as mudanças dos governos não intervirem nas medidas tomadas e continuarem induzindo o desenvolvimento dos setores escolhidos no longo prazo, tornando a indústria nacional cada vez mais competitiva.

A política industrial tem como objetivo acelerar os processos de transformação produtiva da economia, de maneira mais rápida que se for deixado apenas por conta das forças de mercado, além de articular processos os quais o mercado sozinho não é capaz de promover. Kupfer (2003) afirma que políticas industriais bem sucedidas não se opõem ao mercado, ou tem o objetivo de complementá-las, de forma que, como as experiências internacionais mostram, as economias que promoveram políticas de industrialização escolheram prioridades e coordenam processos os quais possibilitaram um maior nível de industrialização.

Torna-se extremamente importante para as economias periféricas as quais buscam o desenvolvimento econômico, fazerem uso de políticas industriais para promoverem inicialmente a produção de bens de consumo por meio de indústrias nacionais que possibilitem a substituição de importações e em um segundo momento tornem possível a exportação desses produtos, gerando superávit comercial em áreas que antes produziam déficit, como apresenta IEDI (2012a), sendo uma das importâncias da política industrial.

As economias desenvolvidas, para alcançar as posições privilegiadas as quais possuem atualmente, fizeram também uso de políticas industriais no passado, promovendo o desenvolvimento de suas indústrias nacionais quando era a elas necessário, de forma que seus resultados às possibilitaram alcançar as posições as quais hoje possuem, todavia, como afirma Chang (2002), tais economias estariam atualmente “chutando a escada” impossibilitando que as economias em desenvolvimento utilizem deste meio para também promoverem a industrialização e o progresso tecnológico, de forma a impedi-los de também alcançarem posições de destaque.

As ações implementadas pela política industrial podem ser caracterizadas como horizontais e setoriais, de forma que, cada uma dessas apresenta características específicas. As políticas horizontais são aquelas voltadas para o setor industrial em geral, sem priorizar atividades ou cadeias específicas. Tais políticas são mais generalizadas e atuam promovendo

melhorias fundamentais para o surgimento e desenvolvimento da indústria nacional, na forma de investimentos em infra-estrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento, diminuindo custos de transportes, criando mão-de-obra especializada e desenvolvendo tecnologia. São necessários também, nesse tipo de política, redução da taxa de juros e adequação das formas de financiamento, estimulando e tornando possível o investimento no setor produtivo industrial, como também, reforma tributária, diminuindo os encargos. Como afirma o IEDI (2012b), tal tipo de política se encontra em atraso na economia brasileira, e caso fossem realizados da maneira correta, trariam importantes ganhos de competitividade e produtividade à economia.

Por sua vez, as políticas setoriais têm como alvo atividades econômicas ou setores produtivos específicos, logo, são complementares e possuem objetivos bem definidos, tendo tempo de duração claro dos benefícios concedidos, com o objetivo de promover o crescimento de setores emblemáticos para o desenvolvimento tecnológico industrial. Como nos setores de maior tecnologia existe um maior protecionismo internacional, a política industrial deve fornecer vantagens a estes produtos e dotar o produto nacional de vantagens competitivas. Na visão do IEDI (2012b), o Brasil deveria fazer uso desse tipo de política na indústria de alta tecnologia, setor que apresenta maior dinamismo econômico, melhorando o nível das exportações e gerando salários mais elevados, trazendo grandes benefícios para a economia.

Política industrial acaba por ser um tema muito controverso. Como afirmam Coronel, Campos e Azevedo (2014), vários autores de cunho neoclássico apresentam restrições à utilização de tais políticas, argumentando que beneficiam poucos setores. Assim, protegem atividades as quais muitas vezes estão baseadas em pressões políticas, deixando de promover o desenvolvimento de outros setores estratégicos. Estes afirmam que outra controvérsia seria o fato de utilizar subsídios ao crédito como político industrial, enquanto o país, muitas das vezes, não possui condições financeiras para arcar com esses custos fiscais.

Para que a estratégia de desenvolvimento através da inovação seja alcançada, é necessária uma política industrial que promova a articulação de instrumentos e incentivos à tecnologia, tornando possível às indústrias nacionais adentrarem nesse setor e desenvolvê-lo, alcançando ganhos de produtividade e competitividade, os quais somente são possíveis através do apoio do Estado na promoção de políticas industriais. Sendo necessário, segundo Suzigan e Frutado (2006), administrar vários instrumentos, entre eles: financiamento, incentivos fiscais e à

exportação, proteção concorrencial entre outros, durante certo período, até que tal setor seja capaz de manter seu desenvolvimento sem necessitar de tais políticas.

Dois instrumentos os quais uma política industrial não pode abrir mão de certo controle são as taxas de câmbio e juros, onde os juros, como afirma Keynes (1936) em sua teoria geral, os agentes econômicos realizam investimentos no setor produtivo à medida que a expectativa de lucro neste setor seja maior que a taxa de juros, caso contrário, optarão por não realizar o investimento. Assim, a taxa de juros deve estar em um nível baixo o qual incentive o investimento no setor produtivo, e buscar direcioná-lo aos setores industriais intensivos em tecnologia. A taxa de câmbio também merece grande atenção, pois é através dela que a política industrial será capaz de promover ou não a exportação dos produtos nacionais industrializados, os quais necessitam que a taxa a qual proporcione a estes bens competitividade internacional sem prejudicar os demais setores da economia, de forma a não gerar problemas de balança de pagamentos.

Para que seja possível alcançar desenvolvimento econômico por meio de políticas industriais, se faz necessário, tanto participação do Estado através de suas instituições bem articuladas às quais tenham por objetivo promover a industrialização da economia nos setores de maior interesse, como também, pelo interesse dos empresários industriais nacionais, organizados por meios de suas entidades representativas de forma a seguirem os incentivos propostos pelo Estado em direção aos setores de maior interesse, expõem Suzigan e Frutado (2006).

Um fato a ser analisado na implantação de políticas industriais está no período de duração, principalmente ligado às políticas industriais setoriais, as quais não devem gerar incentivos por períodos muito longos, de forma disseminar setores privilegiados, os quais não alcançam competitividade, produtividade e eficiência necessárias. Pois assim, tornam-se ineficientes e dependentes da proteção e dos subsídios do Estado, como afirma o IEDI (2012a).

Assim, a política industrial acaba sendo um tema muito controverso na literatura econômica. Os neoclássicos sendo contrários a esses tipos de políticas, afirmando que estas acabam escolhendo os setores os quais defender, aumentando os vícios públicos e os benefícios ao meio privado. Segundo estes tais políticas devem ter por objetivo apenas corrigir as falhas de mercado, considerando apenas as políticas horizontais como importantes para a promoção do desenvolvimento industrial. Por outro lado, os heterodoxos consideram as políticas industriais como fundamentais para o desenvolvimento, superando as dificuldades enfrentadas pelo

crescimento industrial. Desta forma, o Estado deveria fazer uso de subsídios, créditos, isenções fiscais, investimentos em infra-estrutura, tecnologia e inovação e, elevação das barreiras de importação para promover a industrialização da economia.

Por fim, torna-se evidente a importância da política industrial na promoção do desenvolvimento industrial e econômico da nação. Onde a participação do Estado em parceria com o setor privado se mostra fundamental para alcançar industrialização das economias em desenvolvimento, como o Brasil. Tornando possível a economia estabelecer uma dinâmica de crescimento industrial endógeno capaz de levar o país a patamares mais elevados de desenvolvimento econômico.

## 2.4 PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Desde a primeira revolução industrial, o setor manufatureiro e seus avanços tecnológicos sempre concentraram grande parte da mão-de-obra, promovendo o crescimento econômico e do emprego nas economias desenvolvidas, isso até os anos de 1970. O desenvolvimento da microeletrônica implicou em um novo processo produtivo e de organização do trabalho. Assim, o setor industrial parou de promover a expansão do emprego no setor industrial, mas, continuou com sua grande capacidade de agregar valor aos produtos, principalmente nas economias desenvolvidas produtoras de produtos intensivos em tecnologia, porém reduzindo a participação do setor industrial no emprego, como afirma nota técnica da DIEESE (2011).

Ao longo das trajetórias de desenvolvimento das economias, o processo de industrialização ocorreu a partir da gradual substituição da agricultura pela indústria como atividade dinâmica da economia. Com a evolução tecnológica, foram alcançados ganhos de produtividade no setor agrícola, de forma que, grande parte da mão-de-obra passou a ser dispensada da agricultura e conseqüentemente alocada no setor industrial.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento industrial, os setores da economia passaram a apresentar entre si, diferentes taxas de crescimento, relacionadas aos diferentes ganhos de produtividade existente em cada um dos setores. Como o setor industrial passou a apresentar maior produtividade que os demais setores, as elevações da produtividade industrial

geraram elevações na produtividade média de toda a economia, devido principalmente a presença de economias de escala no setor industrial.

Todavia, um dos fatos estilizados no processo de desenvolvimento das economias são as mudanças na composição dos setores no emprego e no valor adicionado total ao longo dos anos, Squeff (2012) apresenta que, inicialmente a agricultura representa maior participação no emprego e no valor adicionado na economia. Após dado período, o setor industrial começa a absorver grande parte da mão-de-obra, tanto da agricultura quanto do setor de serviços, passando a ser responsável pela maior participação no valor adicionado nacional. Então, o setor de serviços começa a crescer e absorver a maior parte do valor adicionado e do emprego total.

Assim, grande parte das economias, principalmente as desenvolvidas, tem visto nas últimas décadas a redução do setor industrial não apenas na participação no produto agregado, como também no emprego total, apresentando diminuições no ritmo de crescimento econômico.

O conceito clássico de desindustrialização, como afirma Oreiro e Feijó (2010), foi definido por Rowthorn e Ramaswamy, sendo a persistente redução da participação do emprego industrial no emprego total da economia. Também afirma que, recentemente Tregenna redefiniu de forma mais ampla o conceito clássico de desindustrialização como tanto o emprego como também o valor adicionado da indústria se reduzirem em proporção ao emprego total e ao produto agregado.

Com a constatação deste movimento, se espalhou na literatura econômica o termo *curva em formato de U invertido*, para descrever essa trajetória, de elevação e posterior queda da participação da indústria de transformação no produto agregado e no emprego total da economia, apresenta Squeff (2012).

Desta forma, a desindustrialização se caracteriza como a redução da participação da indústria de transformação tanto no valor adicionado quando no emprego na economia. Todavia, tal processo, como afirma nota técnica da DIEESE (2011), não apresenta caráter negativo ou prejudicial à economia, de acordo com as circunstâncias as quais ocorrem. As economias desenvolvidas apresentaram grande redução da participação da indústria no total de emprego nas três últimas décadas, em virtude da expansão no setor de serviços, que exigia mão-de-obra intensiva e alto nível de especialização, os quais apresentam altos salários.

O que tem acontecido nas economias desenvolvidas é que o setor de serviços passou a gerar mais emprego e melhores salários que o setor industrial. Não que o setor industrial venha

sofrido reduções absolutas no emprego e no produto agregado, trata-se apenas de uma redução relativa. A indústria tem apresentado elevações no emprego e no produto agregado da economia absoluta, porém, em proporções menores que o setor de serviços.

As economias desenvolvidas passaram por esse processo e possuem suas indústrias no estado das artes, produtoras e desenvolvedoras de tecnologia, com setor industrial diversificado e articulado, possuindo também mão-de-obra especializada e altos níveis de renda. Assim, o setor de serviços, a partir de certo momento, se tornou o segmento mais dinâmico destas economias, conseqüentemente através do processo natural de sofisticação das sociedades, de forma que a desindustrialização, não às empobreceu de maneira nenhuma, afirma DIEESE (2011).

Resultado contrário ocorre nas economias as quais ainda não alcançaram tal nível industrial, como é o fato de muitas economias em desenvolvimento, onde a redução da indústria de transformação na geração de emprego e produto agregado total causa também reduções absolutas. Estas economias não atingiram ainda competitividade, produtividade e níveis de renda elevados, e desta forma, a desindustrialização gera resultados negativos a estas economias, sendo tal processo prejudicial para o crescimento de longo prazo dos mesmos. Assim, conforme apontado por Squeff (2012), avalia-se que em países com uma renda per capita baixa, esse processo de transformação estrutural seria precoce.

Outra característica do processo de desindustrialização nas economias desenvolvidas, apresentado por Oreiro e Feijó (2010), é o fato de ocorrer devido a transferência para o exterior de atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho, ou menor valor adicionado, causando um aumento na participação de produtos intensivos em tecnologia e maior valor agregado na pauta de exportações.

A desindustrialização da economia pode se dar tanto endógena quanto exogenamente. Segundo Oreiro e Feijó (2010), os fatores endógenos seriam uma mudança na relação entre elasticidade renda da demanda por produtos industrializados e serviços, e o crescimento mais acelerado da produtividade na indústria que nos serviços, e assim, as economias se desindustrializariam naturalmente após atingirem elevado nível de renda *per capita*. Os fatores exógenos estariam relacionados ao grau de integração comercial e produtivo dos países, e com o nível alcançado por estas economias no processo de globalização.

Outro fator que gera a desindustrialização das economias é doença holandesa, que também é apresentada por Palma (2005), onde economias que possuem abundância em recursos

naturais promovem a exportação de tais recursos e valorizam a taxa de câmbio, inviabilizando a exportação de produtos industrializados. Consequentemente reduz assim a participação da indústria no emprego e no produto agregado. O processo de desindustrialização causado pela doença holandesa apresenta caráter negativo para o desenvolvimento econômico do país o qual se manifesta, de modo que, este não faz parte do processo natural de desindustrialização, gerando resultados negativos para tal economia.

A teoria da desindustrialização atesta para a normalidade deste fenômeno nas trajetórias de desenvolvimento econômico, à medida que tais economias alcancem elevados níveis de renda *per capita*. O ponto a ser ressaltado é que não seria nenhuma patologia, mas sim uma normalidade que, a queda persistente da participação da indústria no produto agregado ocorra, apenas, após o país alcançar uma robusta indústria intensiva em tecnologia e competitiva no mercado mundial, apresentando um elevado nível de renda *per capita* e então uma expansão no setor de serviços devido à elevação de serviços especializados que geram alto valor agregado. Todavia, a queda persistente na participação da indústria no PIB antes de alcançar tais características, como pode ser visto em muitas economias em desenvolvimento – como a do Brasil – não caracteriza o processo natural de desindustrialização, e sim, um processo de desindustrialização precoce e nocivo a tais economias.

## 2.5 A DOENÇA HOLANDESA NAS ECONOMIAS

O termo *Dutch Disease* foi cunhado em um artigo publicado pela revista *The Economist* em 1977, onde se estabelecia uma relação de causalidade entre a valorização do câmbio holandês, devido à descoberta de grandes reservas de gás natural em seu território nos anos de 1960. O aumento da exportação desta *commodity* teria diminuído a competitividade da exportação de produtos industrializados, reduzindo a participação da manufatura no produto agregado.

A Holanda visava à geração de um superávit comercial na indústria, porém, como a doença holandesa, passou a apresentar redução das exportações industriais no PIB, que não se mostrou passageira ao fim de tal década, pelo contrário. Segundo dados da OCDE, tal redução representava 43% no final dos anos 1960, e passou a representar mais de 79% do PIB em 2010. Ocorrendo na mesma direção, a queda da participação da manufatura no PIB: redução de 27%

para 16% na manufatura como um todo e de 24% para 12% na indústria de transformação, apresenta Squeff (2012).

Podendo assim, ser visto que, mesmo que a desindustrialização na Holanda tenha acontecido em termos relativos, e não absolutos, o conceito se popularizou na literatura como Doença Holandesa. Desta forma, essa doença deve ser entendida como uma das maneiras que manifesta a chamada maldição dos recursos naturais (*natural resource curse*), como aponta Squeff (2011), de que países ricos em recursos naturais apresentam baixas taxas de crescimento econômico.

Esse fenômeno se caracteriza pela elevação da exportação de produtos naturais, de baixo valor agregado, gerando elevação de renda interna e conseqüentemente, apreciação cambial, devido à grande entrada de moeda estrangeira proveniente das exportações. Outra conseqüência negativa nesse processo é o fato dos recursos naturais apresentaram uma tendência de queda a nível mundial. Como salienta Prebisch (1949), que a deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas em relação aos produtos industrializados seria uma das grandes dificuldades encontradas pelas economias baseadas em recursos naturais conseguirem promover seu desenvolvimento.

Outra dificuldade encontrada nas economias baseadas em recursos naturais seria o fato destas, não promoverem a exportação de produtos industrializados *pari passu* promove as exportações de *commodities*, não sendo capazes de manter elevadas taxas de crescimento. Caracterizando mais uma vez, a relação negativa entre recursos naturais e crescimento econômico de longo prazo.

Bresser-Pereira (2007) por sua vez, caracteriza a doença holandesa como o fator determinante da tendência de sobre-apreciação cambial, sendo uma falha de mercado devido à existência de rendas ricardianas as quais podem enfraquecer o país economicamente. Sendo possível neutralizar esses efeitos através de medidas econômicas tomadas pelo Estado, por meio do controle da taxa de cambio e da criação de impostos na exportação de tais *commodities*.

Assim, Bresser-Pereira (2007) avalia o caso de doença holandesa no Brasil como uma falha de mercado devido à grande quantidade de recursos naturais, de mão-de-obra barata presentes no país, além do cambio valorizado, estimulando ainda mais tais exportações. Como os custos de produção de tais *commodities* é mais baixo no Brasil que nos demais países produtores, e o preço é determinado pelo produtor menos eficiente, o capital nacional acaba por

direcionar seus investimentos na produção de tais *commodities*. Desta forma, com uma contínua apreciação cambial, seguida por investimentos no setor de *commodities*, a indústria nacional acaba não sendo capaz de promover os investimentos necessários e tampouco, promover elevações no nível de exportações.

Os efeitos causados pelo aumento do preço mundial das *commodities* nas economias abundantes em recursos naturais, as quais o Estado não busca evitá-los acabam por ser: i) apreciação cambial; ii) aumento dos gastos do governo, devido aumento das receita dos impostos e dos *royalties*; iii) aumento no preço dos bens não comercializáveis em relação aos comercializáveis (exceto as *commodities*); iv) investimentos e realocação dos meios de produção na produção de tais *commodities*; v) déficit de conta corrente; apresenta Squeff (2011).

Por sua vez, Sarti e Hiratuka (2011) salientam que, no debate de políticas para o desenvolvimento industrial, uma constante valorização cambial e demanda favorável a exportação de *commodities*, tanto agrícolas como metálicas ou minerais, somadas às vantagens competitivas já existentes, representa mais riscos do que oportunidades de desenvolvimento. Não havendo forte controle do Estado, pode iniciar uma doença holandesa, o que geraria elevados superávits comerciais, os quais causam uma maior apreciação cambial, tornando os setores industriais menos competitivos.

Bresser-Pereira (2013) expõe que uma única *commodity* pode originar a doença holandesa, tornando a taxa de câmbio do país igual a taxa de câmbio de equilíbrio corrente. Tal taxa viabiliza as exportações da *commodity*, como também, equilibra intertemporalmente a conta corrente dessa economia, desta forma, tal *commodity* acaba sendo o único bem que tal economia acaba sendo capaz de exportar fortemente. Todos os demais bens produzidos com eficiência nessa economia não serão possíveis de exportar, pois necessitam uma taxa de câmbio mais baixa e um nível de câmbio de equilíbrio industrial. Fazendo com que não exista transferência de renda para setores com valor adicionado mais alto, tal economia não consegue industrializar, como também, acaba por enfraquecer a indústria a qual havia conquistado anteriormente.

Desta forma, torna-se possível verificar que doença holandesa e desindustrialização são conceitos que podem ou não estar relacionados. Enquanto a doença holandesa causa de certa forma uma desindustrialização, a desindustrialização por sua vez, pode acontecer pela simples dinâmica do desenvolvimento econômico. Deve-se então, tratar de tais fenômenos com

distinção, para que seja possível observar suas origens e consequências no processo de desenvolvimento industrial das economias.

## SINTESE CONCLUSIVA

Partindo da importância do setor industrial no desenvolvimento econômico, através de seus efeitos encadeadores, promovendo ganhos de produtividade em toda a economia, como também, fazendo com que as economias sejam capazes de aumentar o seu coeficiente de exportações com maior intensidade de produtos com maior valor agregado, a indústria se caracteriza como geradora de desenvolvimento econômico e progresso técnico.

O modelo kaldoriano atribui à indústria de transformação o papel de propulsor da dinâmica econômica, principalmente devido seus ganhos de escala, promovendo ganhos de produtividade ao longo da economia. Com uma maior presença de indústrias de transformação em uma economia, maiores serão seus ganhos de produtividade, criação de novos produtos e elevação do produto agregado, de forma a manter elevadas taxas de crescimento econômico. Por meio dos estágios de desenvolvimento industrial, uma economia teria condições de alcançar elevado nível de desenvolvimento econômico, próximo às economias desenvolvidas. Assim, o desenvolvimento econômico através da indústria apresenta maior produtividade e chances de crescimento mais elevadas que nos outros setores da economia.

Para que qualquer economia seja então capaz de promover o desenvolvimento industrial, cabe a ela ter apoio de seu Estado, por meio da promoção à indústria nacional, de maneira que, esta seja capaz de se desenvolver internamente, suprindo as demandas domésticas, e então adquirir competitividade no mercado internacional. Para que a indústria nacional seja capaz de atingir tais objetivos, será imprescindível que o Estado auxilie o surgimento e o crescimento do setor industrial nessa economia, por meio de política fiscal e cambial, incentivando investimentos em setores estratégicos e promovendo o investimento público nos setores básicos. Através de uma política industrial pró indústria nacional.

Com o desenvolvimento da indústria e seus ganhos de produtividade e desenvolvimento, as economias desenvolvidas têm adentrado em uma nova etapa do desenvolvimento econômico, onde a participação da indústria no produto agregado tem

apresentado redução, enquanto o setor de serviços tem apresentado elevações significativas. Esse processo é caracterizado com desindustrialização natural, e ocorre apenas de maneira relativa nas economias desenvolvidas, sem gerar qualquer redução no produto *per capita* ou no nível de salários destas economias. Todavia, muitas economias em desenvolvimento, as quais ainda não alcançaram um desenvolvimento industrial pleno, tem apresentado redução na participação do setor industrial vis-à-vis o setor de serviços no produto agregado. Essa redução tem causado resultados negativos para estas economias, com um caráter prematuro, onde estas têm apresentado baixa renda *per capita* e seus produtos têm mostrado perdas de competitividade no cenário mundial.

Identificadas os aspectos e os pontos a serem analisados, os quais servirão de base para os seguintes capítulos, segue então a um breve capítulo o qual contextualizará tais aspectos dentro da industrialização da economia brasileira, mais precisamente entre os anos de 1930 a 2013, e em seguida analisar-se-á os impactos causados pelas medidas tomadas no processo de desenvolvimento industrial da economia brasileira, frente a demais economias, desenvolvidas e periféricas.

## **CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL**

Neste capítulo será feita uma breve revisão da industrialização da economia brasileira de 1930 a 2013. Partindo do governo Vargas, focando-se nos pontos levantados no capítulo anterior: participação da indústria no desenvolvimento econômico, políticas industriais, estratégias de desenvolvimento nacional e a doença holandesa e seus agravantes. Assim, traçar-se-á um paralelo entre os principais eventos que decorreram no contexto econômico brasileiro nesse período de mudança na estrutura produtiva.

### **3.1 INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NOS ANOS 1930**

O desenvolvimento industrial brasileiro surge de uma estrutura agrário-exportadora forte até 1930, para então, um modelo de desenvolvimento baseado na dinâmica industrial, que teve seu início através de uma política de Estado, a partir da qual se criou as condições estruturais necessárias para o estabelecimento da industrialização como forma de superação das condições de dependência externa de produtos industrializados.

O primeiro passo rumo ao desenvolvimento da economia brasileira através da indústria se deu no Governo Vargas, assumindo a palavra desenvolvimento como sinônimo de industrialização e buscando seguir o processo de desenvolvimento econômico rumo à indústria, buscando, após a crise de 29, um rompimento com o passado agrário e com as oligarquias exportadoras as quais conduziram a economia brasileira até aquele momento.

Mello (1986) apresenta que o ciclo do café, que havia sido responsável por impulsionar o desenvolvimento da economia brasileira durante o século XIX, e o início do século XX, não atendia mais às exigências políticas e econômicas do Brasil. Desta forma, se exigia um novo modelo de desenvolvimento como meio de proporcionar um novo direcionamento à economia, pois havia um setor agrário-exportador extremamente desarticulado e um setor industrial em formação com grandes perspectivas de crescimento.

O governo buscava contornar os efeitos da crise internacional que afetava a economia brasileira nesse período, a bases técnicas e financeiras insuficientes para implementar as bases de uma indústria de bens de produção. Segundo Mello (1986), a economia brasileira apresentava

assim uma “industrialização restringida” dificultando a capacidade produtiva da indústria de crescer além da demanda, determinando o desenvolvimento do processo industrial até 1955.

Os 15 anos do governo Vargas foram marcados por realizações em prol do desenvolvimento industrial nacionalista, criando instituições com o intuito de fomentar as atividades industriais, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), SUMOC, entre outras. Como forma de promoção do investimento industrial: expandiu o crédito, criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e reformas tributárias. Também, iniciou uma ação direta do Estado no domínio econômico, com a presença de empresas públicas nas atividades econômicas, através da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce.

Durante esse período, Vargas promoveu o crescimento do setor industrial e da indústria de transformação, fazendo com que ambos apresentassem altas taxas de crescimento durante esse período. Promovendo também o crescimento de setores como minerais não-metálicos, papelão e papel, entre outros, como também, afirma Fonseca (1989), o governo incentivou o desenvolvimento do álcool como substituto da gasolina, devido aos altos custos de importação de combustível no período.

Durante esse período, segundo Draibe (1985), o Estado obteve pleno controle sobre os principais setores da economia, câmbio, juros, crédito e salários. Contribuindo dessa forma para formação da base político-social a qual direcionaria a economia brasileira nos anos seguintes. O primeiro governo Vargas caracterizou-se pela forte atuação do Estado e seu caráter nacionalista.

O governo Dutra (1946-1951), por sua vez, buscou realizar políticas menos industrializantes, mais liberais, alocando ao Estado um papel menos ativo, pondo fim a várias instituições governamentais como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, a Comissão de Planejamento Econômico, entre outros. Com a elaboração do plano SALTE em 1948, o Estado atuaria na economia apenas para redirecionar a atividade econômica e nos gargalos, deixando o processo de industrialização apenas à esfera privada, seja ela nacional ou estrangeira.

Durante esse período, foram promovidos vários projetos no intuito de gerar incentivos ao desenvolvimento econômico de maneira mais liberal. O relatório Abbink constatou a falta de recursos nacionais para promoção do desenvolvimento industrial, apontando a entrada de capital

estrangeiro como uma ótima forma de promover o desenvolvimento da indústria brasileira, a qual foi seguida pelo governo.

Mais à frente, com o retorno de Vargas ao governo, restabelece o caráter nacionalista e busca um aprofundamento da substituição de importações para além dos bens de consumo já alcançados, como também, resolver os problemas ligados à energia e transportes. Para isso foram criados diversos órgãos como, a Comissão Mista Brasil-EUA, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, bancos para promoção do desenvolvimento regional como o Banco do Nordeste, Banco do Crédito do Amazonas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outros, e as empresas públicas ligadas à energia como a Petrobras e a Eletrobrás, como aponta Fonseca (1989).

Seguindo as orientações da CEPAL, o Estado deu continuidade à fabricação nacional de produtos industrializados, os quais eram importados. Assim, o retorno ao crescimento econômico por meio da industrialização retoma seu papel na política de industrialização substitutiva de importações (ISI), buscando superar as dependências e restrições geradas pela importação de produtos industrializados, por meio da aceleração do crescimento industrial nacional.

Durante seus governos, Vargas, ao promover o desenvolvimento da indústria, não excluiu o setor agrário, e sim, atribuiu a ele novas funções. Como salienta Fonseca (1989), na produção de matérias-primas, como mercado consumidor de produtos industrializados e gerador de divisas, para aquisição de máquinas e insumos.

Desta forma, ao longo dos governos de Vargas, desde 1930 até meados de 1950, a economia brasileira exerceu profundo interesse na mudança da dinâmica econômica, rumo à industrialização pela via nacional. As medidas tomadas, principalmente no período de governo nacionalista, buscaram desenvolver através do Estado, as bases necessárias à geração de uma indústria nacional, concertando os gargalos presentes na economia, principalmente infraestrutura e energia. Mesmo tendo realizado investimentos nos setores industriais na economia brasileira durante o período, a indústria nacional ainda não era capaz de realizar de forma efetiva a transição da economia brasileira, do setor agrário para a indústria. Tendo estabelecido as bases necessárias, possibilitou aos governos seguintes, avançarem no processo de substituição de importações.

### 3.2 INTENSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DE 1950

Com o governo de Juscelino Kubitschek, a economia brasileira intensificou seu processo de industrialização. Com o intuito de implementar medidas mais organizadas, voltadas ao fomento das atividades industriais, o governo JK substituiu o nacionalismo varguista por políticas industrializantes internacionais, formuladas pelo Plano de Metas, com o propósito de acelerar o crescimento da indústria. Por meio de políticas industriais, o Estado buscou superar o atraso da indústria brasileira através da modernização e do desenvolvimento do setor industrial por meio da entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, estimulando também, de certa forma, o capital nacional, como afirma Suzigan (1988).

Sob o discurso de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, Kubitschek formulou o Plano de Metas, por meio dos estudos elaborados pelo BNDE, e também estudos da CEPAL, de forma a identificar os pontos de estrangulamento e as demandas ainda presentes na economia brasileira, com o intuito de finalizar esses entraves e promover o dinamismo industrial.

O Plano de Metas tinha por objetivos, segundo Souza (2008), realizar investimentos estatais em infraestrutura, principalmente energia e transporte, incentivar o capital privado no desenvolvimento e produção de bens de capital na economia brasileira, principalmente máquinas, equipamentos e bens intermediários, como carvão, aço e zinco, e incentivar também a produção de bens de consumo duráveis e alimentos.

O padrão de desenvolvimento industrial adotado pela economia brasileira, no intuito de dinamizar o setor industrial, se daria de maneira articulada entre três agentes econômicos: i) o Estado, como principal agente econômico, dando base ao processo de industrialização da economia, sinalizando as diretrizes e os rumos os quais o processo de industrialização deveria tomar; ii) o capital estrangeiro, por meio das multinacionais, as quais foram convidadas a participar livremente do mercado nacional, atuando nos setores mais dinâmicos, sendo os responsáveis pela absorção e difusão tecnológica na economia; iii) o capital nacional, o qual, devido a presença das multinacionais, foram obrigadas a atuar nos setores de menor dinamismo econômico, como aponta Brum (2005).

Durante o governo JK, o Estado atuou inicialmente na coordenação e integração dos setores econômicos, encontrando os gargalos de infraestrutura e as atividades importantes às quais não foram desenvolvidas pela iniciativa privada nacional. Suprindo tais demandas através

de empresas públicas, onde, nem a iniciativa privada nacional nem a estrangeira possuíam interesse ou capacidade de realizar tais investimentos. Suzigan (1988) expõe que, assim foi possível, por meio das empresas públicas nos setores fundamentais da economia, possibilitar à indústria nacional o desenvolvimento necessário, gerando também, estímulos à entrada das multinacionais nos demais setores da economia brasileira.

Outra maneira a qual o Estado incentivou a indústria foi por meio de isenções e reduções fiscais, tarifárias e tributárias, estimulando também o crédito, por meio de linhas de crédito junto ao BNDE e também, possibilitando empréstimos no exterior para aquisição e máquinas e equipamentos para modernização dos parques fabris, além de favorecer as exportações por meio da desvalorização cambial, como podem ser observados na tabela 1, os resultados positivos referentes à atração de capital externo na economia brasileira no período.

Tabela 1 - Investimento Direto Estrangeiro entre 1955 e 1963 por setores.

<b>Setores da Economia</b>	<b>Investimentos (US\$ milhões)</b>	<b>(%)</b>
Indústria de Transformação	486,2	97,7%
Indústrias Extrativas	9,3	1,9%
Demais Atividades	2,1	0,4%
<b>Total</b>	<b>497,7</b>	<b>100%</b>
<b>Setores Específicos</b>	<b>Investimentos (US\$ milhões)</b>	<b>(%)</b>
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	189,61	38,1%
Fabricação de produtos Químicos	58,16	11,7%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	55,93	11,2%
Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico	30,89	6,2%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	25,14	5,1%
Fabricação de Produtos Têxteis	21,68	4,4%
Metalurgia Básica	20,7	4,2%
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	18,04	3,6%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	17,25	3,5%
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	13,13	2,6%
Fabricação de Material Eletrônico, Aparelhos e Equip.de Comunicação	9,73	2,0%
Extração de Minerais Metálicos	9,15	1,8%
Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos	8,68	1,7%
Fabricação de Produtos de Mineras não Metálicos	7,8	1,6%
Demais Atividades	11,82	2,4%
<b>Total</b>	<b>497,71</b>	<b>100%</b>

FONTE: Estud. Econ. vol.39 no.3 São Paulo Jul/Set. 2009. Adaptado pelo autor.

Como pode ser observada, a economia brasileira conseguiu atrair capital externo e direcioná-lo aos setores industriais, principalmente na indústria de transformação. O setor que recebeu a maior parte dos investimentos foi o setor de fabricação e montagem de veículos, dando início à produção de automóveis na economia brasileira, correspondendo a quase 40% de todos os investimentos externos na economia brasileira no período.

Desta forma, mesmo não tendo alcançado completamente todos os seus objetivos, Brum (2005) afirma que, o Plano de Metas se mostrou excepcionalmente positivo frente os interesses do governo, concretizando, em um curto espaço de tempo, um crescimento econômico e industrial acelerado na economia brasileira. Tornando visíveis, os resultados alcançados pelo Estado, por meio das políticas industriais no desenvolvimento e modernização da indústria brasileira. Como resultado, a estrutura industrial brasileira evoluiu no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, material de transporte e etc.

Todavia, após intenso período de crescimento econômico e industrial, alcançado através do Plano de Metas, a partir de 1961 o país não consegue dar continuidade ao dinamismo alcançado. O modelo baseado no tripé (Estado, empresas nacionais e multinacionais) passa a apresentar dificuldades, causando elevada concentração de renda e falta de mecanismos de financiamento para dar continuidade ao processo de industrialização. Além disso, de acordo com Brum (2005), a economia brasileira passava também por uma crise política, provocada pela renúncia presidencial de Jânio Quadros, pondo fim às elevadas taxas de crescimento econômico, num momento em que, as políticas industriais, implantadas no Plano de Metas, já se encontravam limitadas. A situação político-econômica do Brasil não se encontrava em boa posição, inflação acelerada, crise cambial e também, insolvência aos compromissos internacionais.

### 3.3 GOLPE MILITAR DE 1964

A opção encontrada para resolver a situação de crise a qual o país se encontrava após a renúncia de Quadros e João Goulart assumindo o governo em concordância com uma política de viés socialista foi o golpe militar, realizado em 1964.

Com o intuito de reverter o quadro negativo de estagnação econômica, o governo Castelo Branco elaborou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação e promover as reformas institucionais e tributárias necessárias, como também, gerar novas fontes de financiamento ao crescimento industrial. Brum (2005) atesta que, o governo caracterizava esse plano como gradualista, mas apresentou, na prática, caráter recessivo, levando a uma forte desaceleração das taxas de crescimento, gerando poupanças ao Estado.

Devido às medidas tomadas pelo Estado, ao final de 1967 a inflação já se mostrava controlada, assim como as contas públicas, dando assim condições ao crescimento da economia brasileira nos governos seguintes.

A economia brasileira viveu então um período de recessão que foi de 1963 a 1967, onde as reformas institucionais realizadas pelo Estado ditatorial fizeram com que a indústria brasileira vivesse um novo período de elevadas taxas de crescimento e desenvolvimento estrutural a partir de 1968. Versiani e Suzigan (1990) apresentam que, mesmo com a retórica liberalizante do novo regime, o Estado desempenhou um papel ativo na expansão do mercado interno e na promoção de exportações de produtos industrializados, além das condições favoráveis da economia mundial, em termos de dinamismo do comércio internacional e de facilidades de aporte de capital externo de risco e por empréstimos, fazendo com que a economia brasileira vivesse uma nova expansão da indústria.

Assim, as reorganizações institucionais realizadas pelo Estado nesse período, mesmo que com impacto negativo no curto prazo, prepararam caminho para um novo período de crescimento acelerado a partir de 1968, que seguiu até 1973, período o qual ficou conhecido com Milagre Econômico. Nesse período, a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento econômico e industrial, principalmente devido à manutenção e atualização das políticas industriais iniciadas no Plano de Metas e desenvolvidas durante o Milagre Econômico.

Os novos investimentos em formação bruta de capital fixo realizados nesse período foram fortemente subsidiados pelo Estado, Versiani e Suzigan (1990) afirmam que o Estado utilizava principalmente de três formas de subsídio à formação de capital industrial:

i) isenções e reduções de tarifas aduaneiras e impostos (como o IPI e ICM) sobre importações de máquinas e equipamentos destinados aos projetos aprovados por instituições como Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) ou órgãos regionais ou setoriais de desenvolvimento. A partir de 1971, com um olhar mais industrializante, as isenções de IPI e ICM foram estendidas a máquinas e equipamentos produzidas no país, de modo a impulsionar e estimular as indústrias de bens de capital localizadas no Brasil, tentando também, eliminar a discriminação aos bens de capital nacionais.

ii) Por meio do BNDE, o Estado atribuía implicitamente subsídios nos financiamentos de longo prazo para investimentos industriais.

iii) Instituições Regionais de Desenvolvimento administravam incentivos fiscais para investimentos industriais em regiões menos desenvolvidas.

A ampliação do mercado para produtos industrializados que ocorreu na economia mundial no período do Milagre, levou a uma expansão da demanda no mercado interno, como também, a uma expansão e diversificação das exportações. Segundo Versiani e Suzigan (1990), a expansão da demanda por produtos industrializados no mercado interno se deu graças à política macroeconômica expansionista, o grande crescimento da construção civil residencial e o retorno a elevados níveis de consumo.

Através das medidas realizadas por meio de subsídios à indústria, a economia brasileira disseminou de certa forma, a indústria às demais regiões do país. Todavia, a maior parte da elevação no nível de produção industrial brasileira se deu por meio do aproveitamento da capacidade ociosa dos investimentos realizados no Plano de Metas, afirma Versiani e Suzigan (1990). As expansões das exportações brasileiras realizadas no período contaram também, com fatores externos, como a expansão da demanda mundial, num momento em que o cenário se mostrava positivo à economia brasileira.

Seguindo uma elevação no desempenho econômico, em 1973 o cenário mundial se altera, a elevação no preço internacional do petróleo gera a Crise do Petróleo, causando expectativas negativas na economia mundial. Tal elevação de preços é resultado da articulação

dos países-membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), causando tal crise internacional, onde a elevação dos preços de uma importante matéria-prima, fundamental no sistema produtivo causaria elevação nos preços, principalmente nas economias industrializadas mais avançadas.

Nessa perspectiva, o Brasil que vinha apresentando elevado crescimento e desenvolvimento econômico e industrial desde o início do Milagre Econômico, encontrava dificuldades à sua frente. Com o intuito de não frear o crescimento econômico, eram necessários novos investimentos na estrutura industrial, fazendo com que o Estado aumentasse ainda mais a sua influência no desenvolvimento brasileiro. Nessa perspectiva, Brum (2005) enfatiza que, devido à crise internacional que gerava elevação dos preços dos produtos industrializados importados pelo Brasil, o Estado se viu obrigado a conter a importação de tais bens. Diante dessa nova conjuntura econômica, o Estado buscou desenvolver novas formas de políticas industriais, com o objetivo de superar a dependência ao capital estrangeiro e reduzir as dificuldades de crescimento econômico e industrial do período.

Com o choque do petróleo e a elevação de preços das matérias-primas no mercado internacional, o Estado aumentou ainda mais a sua autonomia frente aos rumos do desenvolvimento industrial brasileiro. Mesmo com o Estado mantendo a política macroeconômica moderadamente expansionista, à custa de um maior endividamento externo, o ritmo de crescimento do produto industrial e os níveis de consumo caíram na segunda metade da década de 1970. Apresentando déficit na balança comercial, foram então mantidos os incentivos e subsídios à exportação de manufaturados, como também, elevadas as barreiras não-tarifárias às importações. Versiani e Suzigan (1990) expõem que, mesmo assim, os níveis de investimento no setor industrial permaneceram elevados, devido à ação estruturadora do Estado sobre o setor industrial nesse período, semelhantemente ao ocorrido na década de 1950.

Em meio a esse cenário, assumiu o governo, General Geisel em 1974, tendo a sua frente, o compromisso de dar continuidade ao processo industrial e econômico brasileiro, como também, superar a dependência externa de bens de capital. O Estado decide manter o crescimento econômico, por meio da elevação do endividamento externo, financiando assim, um novo ciclo expansivo, num momento em que os bancos privados internacionais estavam interessados em emprestar recursos, a taxas atrativas, aos países com razoável desenvolvimento e desempenho, como era o caso do Brasil.

A economia brasileira iniciava assim, por meio do Estado, uma nova etapa de políticas industriais, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Elaborado para o período de 1974 a 1979, caracterizou um novo conjunto de políticas industriais na economia brasileira, voltando a ser organizado e impulsionado pelo “tripé” – Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro – onde, cabia ao Estado papel de principal articulador. Mantendo as antigas políticas protecionistas, incentivos e subsídios, diante do novo cenário mundial, propondo de forma mais forçada um crescimento acelerado frente à crise internacional, pois as condições de empréstimos externos eram favoráveis, visto que o Estado acreditava que tal crise seria passageira, expõe Brum (2005).

Através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Estado foi capaz de articular uma nova fase de investimentos, não só públicos como também privados, no setor industrial. Investimentos tanto nos setores básicos (como siderurgia e metalurgia, química e petroquímica, cimento, fertilizantes, papel e celulose, entre outros), bens de capital (material de transporte, máquinas e equipamentos mecânicos, comunicação e eletrônicos), além dos investimentos públicos na infraestrutura, em energia, transportes e comunicações. O objetivo dessa política era concluir a estrutura produtiva brasileira com os setores os quais ainda não estavam solidificados e, ampliar a capacidade de exportação de alguns insumos. Segundo Versiani e Suzigan (1990), com dificuldades de financiamento, principalmente por parte do investimento privado nacional comprometendo a plena realização das metas, os investimentos do II PND representaram grande esforço de acumulação de capital e diversificação da estrutura industrial brasileira, desenvolvendo a indústria pesada, algo que não havia sido alcançado anteriormente.

Desta forma, esse novo conjunto de políticas industriais teve como foco os setores que apresentavam gargalos desde o período anterior, os quais acabaram por impedir o crescimento contínuo da economia, setores como insumos básicos e bens de capital. Além da ampliação de diversos projetos públicos, entre eles petróleo, energia nuclear e a Hidrelétrica de Itaipu, formação do programa do álcool (PROÁLCOOL) como substituto da gasolina e expansão do transporte ferroviário, como apresenta Brum (2005).

De acordo com Serra (1982), o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi o mais importante e organizado esforço do Estado, desde o Plano de Metas, no intuito de promover as modificações necessárias nas estruturais produtivas industriais brasileiras. Os principais objetivos do plano eram ampliar a base do sistema industrial, aumentar a inserção da economia

brasileira no comércio internacional e promover um maior impulso ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Para que fosse possível alcançar os objetivos do II PND, o Estado utilizou-se de diversos meios para captar recursos à realização dos investimentos necessários. Segundo Serra (1982), desde transferência de parte da poupança privada, que era destinada ao financiamento dos bens de consumo duráveis, obtenção de financiamento externo, atração de investimentos de risco na forma de *joint ventures* e reduções de tributos.

Assim, o que ficou caracterizado durante esse último ciclo expansionista da economia industrial brasileira com o II Plano Nacional de desenvolvimento foram os investimentos, tanto públicos como privados, realizados na economia brasileira. Segundo Brum (2005), como forma de desenvolver e expandir a capacidade de exportação, a economia brasileira se tornou a primeira economia, entre o grupo dos países de industrialização tardia, a completar seu processo de industrialização e substituição de importações.

Ao final da década de 1970 a estrutura industrial brasileira estava então, praticamente completa. A construção dessa estrutura, sob o sistema de substituição de importações e posteriormente de promoção de exportações, foi induzida pelo Estado através de políticas de proteção como: tarifa aduaneira, barreiras não-tarifárias, política cambial e regulação do investimento, como também de promoção por meio de incentivos fiscais e crédito subsidiado. Versiani e Suzigan (1990) expõem que, embora tenham sido eficazes na construção de uma base industrial integrada e altamente diversificada, tais políticas deixaram sequelas. Almejando uma estrutura industrial completa por meio de um elevado e permanente esquema de proteção e promoção, foram geradas ineficiências em nível de indústrias específicas, em prejuízo da especialização e da maior integração com o mercado internacional. Como resultado, a economia brasileira se tornou excessivamente fechada, segundo os autores, onde muitas indústrias permaneceram não-competitivas, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional.

Mesmo com a geração de crescimento econômico e desenvolvimento da capacidade produtiva industrial capaz de promover melhorias no nível das exportações, o plano apresentou maiores dificuldades devido à elevação na taxa de juros internacional ao final da década de 1970, e com a Segunda Crise do Petróleo. Causando novamente expectativas negativas na economia mundial, tal crise fez com que ocorresse no Brasil uma deterioração das contas públicas de maneira a causar desequilíbrio na balança comercial e de pagamentos, fazendo com que

ocorressem restrições macroeconômicas à continuidade das políticas industriais do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O elevado endividamento externo da economia brasileira, aliado às elevadas taxas de inflação que o país vivia fizeram com que, o Estado o qual implementava, a quase meio século, uma industrialização substitutiva de importações não conseguisse mais sustentar o crescimento econômico. Para Brum (2005), acabando as chances de o Brasil conseguir manter o crescimento acelerado em meio às dificuldades – tanto internas quanto externas – pelo lado interno inflação e endividamento público, e externo pela crise mundial, fazendo com que o Estado freasse o crescimento econômico a partir de 1980.

### 3.5 A DÉCADA PERDIDA

A década de 1980 ficou conhecida como década perdida da economia brasileira, devido às elevadas taxas de inflação somadas ao baixo crescimento econômico e estagflação, além da instabilidade política e econômica. Tais fatos fizeram com que não fosse realizada nenhuma política industrial na economia brasileira durante tal período, e o setor industrial começou então a perder participação no produto agregado brasileiro.

Para Versiani e Suzigan (1990), no início dos anos 1980 já era visível a necessidade de mudar os rumos da política industrial brasileira, no sentido de reduzir os sistemas de proteção e de promoção, promover as atividades de pesquisas e desenvolvimento e o *upgrading* tecnológico, como também, promover o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia. Todavia, o Estado simplesmente abandonou qualquer planejamento industrial e desarticulou os incentivos administrados, além de impor à indústria os ônus mais pesados do ajustamento macroeconômico.

As poucas políticas indústrias adotadas, eram voltadas para estratégias de curto prazo, com o objetivo de tentar controlar as contas públicas, que começaram a apresentar déficit, fazendo com que a recessão levasse a indústria a uma situação de abandono pelo Estado. Brum (2005) expõe que a partir desse momento, a estrutura industrial brasileira passou a perder seu dinamismo, concretizando de maneira negativa o fim do processo de industrialização substitutiva de importações no Brasil. Até porque, mesmo com a economia brasileira tendo criado uma

indústria relativamente moderna aos padrões das economias subdesenvolvidas, sua política industrial não foi capaz de desenvolver capacidades tecnológicas próprias.

São definidas por Brum (2005) as principais razões as quais levaram à desarticulação do expansionismo brasileiro: partindo do esgotamento da matriz industrial, a economia brasileira havia conquistado o paradigma fordista, enquanto as economias desenvolvidas já se encontravam no paradigma seguinte, apresentando desenvolvimento dos fatores tecnológicos e maior produção de valor agregado que a economia brasileira. Além disso, a proteção industrial brasileira fez com que as indústrias nacionais não investissem em capacidade tecnológica, se distanciando das economias desenvolvidas. Outro fator foi a crise da dívida externa que, devido aos empréstimos no intuito de promover o desenvolvimento industrial, com a elevação das taxas de juros, fez com que a economia brasileira passasse por grandes dificuldades. Por fim, os fluxos de IDE se direcionaram às economias desenvolvidas, diminuindo grandemente as entradas de IDE na economia, pondo fim à expansão industrial do Brasil.

Nessa perspectiva, o Estado impôs um ajuste recessivo na economia brasileira no intuito de alcançar saldos positivos na balança comercial. Para isso, alterou a política monetária com o objetivo de controlar a macroeconomia interna para que fosse possível reduzir as necessidades de moeda estrangeira. As medidas adotadas fizeram com que o país passasse por uma forte retração e declínio do produto agregado e da indústria, principalmente nos primeiros anos da década de 1980. Tanto o produto industrial como o emprego industrial caíram fortemente, 17% e 20% respectivamente, fazendo com que o setor apresentasse reduções de investimentos, como apresenta Suzigan (1988), o que faz com que a indústria passasse a operar com uma capacidade ociosa média de 25%.

A produção industrial brasileira teve uma breve recuperação em 1984, baseada no aumento das exportações de produtos industrializados, onde os economistas liberais atribuíram como resultado do ótimo ajustamento das políticas macroeconômicas realizado por eles. Todavia, Suzigan (1988) discorda de tal atribuição, afirmando que, tal aumento das exportações deveu-se à recuperação da economia estadunidense, principal mercado dos produtos industrializado brasileiros, e expõe que os ganhos de competitividade se deram apenas devido à desvalorização cambial, restrição da demanda interna e reduções salariais, e não por meio de ganhos de produtividade ou progresso técnico. Afirma também Brum (2005) que, em meio a

tantos fatores negativos, internos e externos, a economia brasileira não tinha mais a opção de escolher aceitar ou não a recessão, e sim apenas controlá-la.

Com a Política Nacional de Informática em 1984, foi então constituída uma política industrial positiva. Constituindo segundo Versiani e Suzigan (1990), a implementação de segmentos mini e microcomputadores por meio de empresas privadas nacionais, assim como feito na maioria das demais economias, implementando políticas visando consolidação de indústrias intensivas em tecnologia do paradigma microeletrônico. Porém, os autores atestam que, diferente dos demais países, no Brasil não foi acompanhada de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, formação de mão-de-obra especializada, nem abertura ao mercado externo no intuito de adquirir ganhos de escala, fazendo com que faltasse capacitação tecnológica e competitividade.

Em meio a este cenário, o Estado não foi capaz de manter investimentos em pesquisa e desenvolvimento nem ciência e tecnologia, como havia fazendo no período de substituição de importações, fazendo com que a economia tivesse cada vez mais dificuldades em absorver e difundir as tecnologias do novo padrão de produção vigente – o da microeletrônica. Assim, o Estado tentou formular novas propostas de política industrial entre 1985 e 1987, no intuito de fortalecer o capital industrial, nos setores petroquímicos, siderúrgicos, papel e celulose e fertilizantes, porém, como apresenta Suzigan (1988), nenhuma dessas estratégias chegou a ser implementada.

Indo ao encontro de tal idéia, Versiani e Suzigan (1990) expõem que tais estratégias visavam elevações de produtividade e eficiência industrial, dando condições a indústria nacional concorrer no mercado internacional. Sendo necessária a modernização da estrutura produtiva e investimentos em ciência e tecnologia nacional, porém tais estratégias, não saíram do papel, revelando ausência de articulação entre o Estado, capital nacional e os demais segmentos.

Na visão de Comin (2009), ao final da década de 1980 havia duas linhas de interpretação da situação econômico-industrial brasileira, uma otimista, alinhada às estratégias econômicas do Conselho de Washington, e uma cética, preocupada com a fragilização produtiva e financeira do Brasil.

Do lado otimista, Comin (2009) expõe que a estratégia se dava por meio da abertura comercial, impulsionando os ganhos de produtividade na indústria de transformação, gerando competitividade internacional. Assim, a década seguinte era vista como um período de transição

no sentido de uma integração competitiva da economia brasileira, aguardando condições macroeconômicas favoráveis, principalmente de câmbio e juros, para se concretizar.

Já no lado cético, alegava que tal abertura comercial se mostrava mal planejada e apressada, fazendo com que a economia passasse por uma desindustrialização em diversos setores, sem gerar ganhos de competitividade e expansão da produção. Assim, a década seguinte se mostrava apresentando estagnação industrial, incapacidade de recuperação e agravamento da estrutura produtiva brasileira, como apresenta Comin (2009).

Desta forma, após décadas de crescimento da indústria por meio de políticas implementadas pelo Estado, na década de 1980, foi iniciado um desinteresse com o setor industrial por parte do governo. As políticas industriais passaram a ser indefinidas, do tipo *stop and go*, não sendo capazes de promover inovações tecnológicas no sistema produtivo, buscando em verdade apenas a estabilidade macroeconômica, enquanto as demais economias já faziam uso dos benefícios do novo paradigma produtivo, aprofundando ainda mais o atraso tecnológico da indústria brasileira frente às economias desenvolvidas.

### 3.6 POLÍTICA ECONÔMICA LIBERAL

Após o período de uma década de dificuldades e turbulências na economia brasileira, apresentando elevadas taxas de inflação e baixos níveis de crescimento econômico, muitas das vezes negativos, o Brasil viveu uma desarticulação das políticas industriais.

Na última década do século XX, sob o governo de Fernando Collor de Mello, foi proposto o Plano Brasil Novo, apresentando objetivos de uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior – PICE – rompendo com as antigas políticas industriais, propondo à sua maneira, um novo modelo de produção e crescimento econômico, no intuito de elevar os ganhos de produtividade e tornar a economia brasileira mais competitiva. Bresser-Pereira (1996) expõe que tais políticas foram organizadas de modo a retirar a participação do Estado como agente do desenvolvimento industrial e deixando tal tarefa ao livre mercado.

Por meio da PICE, a economia brasileira passou por uma grande reforma estrutural e institucional, adentrando em um modelo neoliberal de política econômica. O objetivo de tais políticas era de recuperar a capacidade tecnológica e competitiva da indústria brasileira por meio do aumento da competitividade, através da abertura comercial, forçando o capital nacional a se

modernizar – ganhando eficiência e qualidade – tornando-os capazes de concorrer com os produtos importados. Outro objetivo era formar por meio de crédito, incentivos fiscais e coordenação de ações, uma estrutura de apoio ao desenvolvimento tecnológico no intuito de gerar ganhos de qualidade e produtividade.

Na prática, Bresser-Pereira (1996) afirma que, o que aconteceu foi o fim do modelo de substituição de importações e da proteção à indústria nacional e uma abertura prematura da economia aos produtos importados e às grandes multinacionais. Além disso, foram criados programas de privatização e desregulamentação, como também o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), com o objetivo de analisar o setor industrial brasileiro. Segundo Suzigan e Furtado (2006) a economia brasileira ainda não estava preparada para tais mudanças, muito menos da maneira acelerada a qual aconteceu, fazendo com que houvesse grande prejuízo a indústria brasileira.

Adotando as resoluções do Consenso de Washington, a economia brasileira e sua indústria, que estavam acostumadas a uma economia fechada por quase meio século, viram tal situação mudar com as novas políticas do Estado, fazendo com que o Brasil apresentasse um elevado grau de abertura comercial. O Estado removeu os obstáculos às importações e acabou com a lista dos produtos que eram proibidos de serem importados, acabando com as isenções e reduções de impostos e do IPI para os produtos industrializados nacionais. O IEDI (1998) expõe que, além de adotar políticas de atração ao capital internacional, pondo fim ao controle de entradas de empresas e produtos estrangeiros, como também à diferenciação entre empresa nacional e estrangeira, as políticas adotadas facilitavam as remessas de lucros ao exterior, além de possibilitar às empresas estrangeiras buscarem recursos junto ao BNDES.

A economia brasileira abandonou então o fomento à indústria nacional e iniciou um grande processo de privatizações, tanto das indústrias como também da infraestrutura, transformando rapidamente a estrutura produtiva do país, que já vinha se enfraquecendo desde o período de estagnação. Durante a década de 1990, grande parte das indústrias nacionais passou então por processos de mudança de propriedade patrimonial tanto por meio de aquisições, incorporações e fusões como também pelas privatizações. Suzigan e Furtado (2006) apresentam que, com a livre entrada de capitais na economia, o país sofreu um forte processo de desnacionalização. Com a falta de políticas industriais, os estados iniciaram políticas de atração de investimentos, o nível de desemprego cresceu e os sindicatos perderam força. Tais políticas

possibilitaram o país alcançar a estabilidade monetária, porém, levando a uma instabilidade macroeconômica, incertezas e riscos devido ao câmbio e aos juros, assim o setor financeiro tornava-se mais atrativo que o setor produtivo.

O lado positivo desse processo, segundo Brum (2005) foi que, com a estabilidade econômica foi gerando um aumento da renda interna, fazendo com que as importações de equipamentos intensivos em tecnologia modernizassem o sistema econômico. Outro aspecto positivo para o autor seria a volta de investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira. Porém, pequena parte desses investimentos foi alocada na formação bruta de capital fixo, enquanto a grande maioria foi em privatizações e aquisições.

As empresas que conseguiram sobreviver tiveram que enxugar suas estruturas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos, alcançarem ganhos de produtividade e buscar promover exportações. Suzigan e Furtado (2006) apresentam que as estruturas industriais encolheram devido à desarticulação das cadeias produtivas, principalmente nos setores de maior valor agregado, sobretudo eletrônico, bens de capital, química e farmacêutica, e desativando os segmentos de alta tecnologia. Na visão de Diniz e Bresser-Pereira (2007), a desnacionalização da economia brasileira nunca havia sido tão profunda, consolidando as grandes transnacionais no país e comprimindo o capital nacional. Verificou assim a desnacionalização das elites empresariais devido à grande presença das transnacionais líderes da nova ordem econômica.

No final do século XX a economia brasileira se encontrava sem política industrial e sob o controle de um Estado neoliberal com um viés anti-política industrial. Segundo Suzigan e Furtado (2006), para que fosse possível voltar a alcançar crescimento da indústria nacional, seria necessário que a política macroeconômica passasse a gerar condições ao desenvolvimento industrial, coisa que não vinha acontecendo há décadas. As instituições públicas se mostravam incapazes de diminuir os entraves ao desenvolvimento industrial, além da escassez de recursos no BNDES para financiamentos. Os sindicatos sofreram um enfraquecimento gradual ao longo da década, assim como a infraestrutura econômica, e o desemprego vinha crescendo. Mesmo tendo ocorrido o controle da inflação com o Plano Real na primeira metade da década de 1990, as questões sociais continuaram se agravando por meio de uma pior distribuição de renda, crises nos sistemas públicos de saúde e previdência, atraso no sistema educacional e sucateamento do ensino público.

### 3.7 RETORNO A UM IDEAL DESENVOLVIMENTISTA

Ao início do século XXI, frente ao visível fracasso da política neoliberal em promover o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil, por meio da poupança externa, a economia apresentava baixas taxas de crescimento e contínua elevação do desemprego. Em meio a este cenário, a política neoliberal foi perdendo força. O quadro produtivo era instável e muitas empresas e até mesmo setores deixaram de existir na economia brasileira. Houve um grande aumento da participação das transnacionais, tornando a economia mais dependente, e elevou a concentração de capital. Em meio a esta situação, a economia mundial começou a virar seus olhos aos demais países em desenvolvimento, principalmente a Ásia. Em meio à insatisfação política, em 2002 o partido de oposição é eleito.

Assume a presidência em 2003 o Partido dos Trabalhadores, com Luiz Inácio Lula da Silva, tendo de enfrentar os problemas deixados pelo governo neoliberal. O setor industrial apresentava grandes dificuldades, apresentando grande desaceleração nos últimos anos. Para tentar recuperar as perdas de competitividade do setor industrial, o Estado elabora as bases da sua política industrial por meio da PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – e a põe em prática em 2004. Os objetivos de tal política industrial eram bem determinados: promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a inserção no mercado externo, modernização da indústria e das instituições, e aumentando a capacidade produtiva, gerando assim condições ao retorno ao desenvolvimento industrial na economia brasileira. Além disso, Coronel (2010) afirma que, o Estado buscava melhorar a infraestrutura e reduzir os tributos, como também, uma tentativa de inserir como setores-chave os do paradigma microeletrônico como os semicondutores, softwares além de fármacos e bens de capital. Segundo Diniz e Bresser-Pereira (2013), esse novo governo brasileiro ainda não possuía características desenvolvimentistas fortes, mas seguia neste caminho, até por que apresentava sinais de que a indústria nacional vinha se reorganizando em uma coalizão desenvolvimentista.

Para que tal estratégia tenha resultados positivos, a escolha estratégica das atividades e setores a serem desenvolvidos pela política industrial seria fundamental, devendo acontecer em colaboração entre o Estado e o capital privado. Como o capital privado é capaz de identificar as oportunidades frente às incertezas do mercado, coube ao Estado sinalizar de maneira positiva a realização dos investimentos nos setores os quais lhe interessava, tornando possível ao capital

privado realizar os investimentos necessários tendo em vista os retornos esperados. Assim, o Estado teve papel indispensável na promoção do desenvolvimento industrial nos setores os quais lhe interessava, cabendo à política industrial sinalizar de maneira positiva suas diretrizes de modo que o capital privado às siga. Desta forma, com a PITCE, o governo tinha o intuito de gerar oportunidades de transformação aos setores geradores de progresso técnico de alta intensidade tecnológica.

A escolha das atividades econômicas as quais as políticas industriais apoiaram foram de extrema importância, desta forma o Estado fez a escolha por bens de capital, software e semicondutores tendo em vista a importância destes na indústria e na economia, como também, o fato de o país apresentar déficits comerciais em tais áreas. Tais setores fazem parte no novo paradigma produtivo, apresentando características importantes para os ganhos de produtividade nos demais setores da economia, como também nos setores primário e terciário.

Suzigan e Furtado (2006) analisaram a PITCE e consideraram que esta possuía pontos fortes e fracos como forma de política de desenvolvimento. Os pontos fortes seriam as metas bem estabelecidas e o foco na inovação, assim como o reconhecimento da necessidade de uma organização institucional para coordenar tal política. Já os pontos fracos seriam a incompatibilidade com a política macroeconomia (os juros e a estrutura tributária), a falta de articulação dos instrumentos e destes com as demandas das empresas. A infraestrutura continuava muito precária e não existia um sistema de ciência, tecnologia e inovação suficientes, por fim, o controle e a coordenação do processo de política industrial eram consideravelmente frágeis, segundo os autores.

Na prática a PITCE não conseguiu atingir todos os seus objetivos, ficando muitas vezes só no papel, devido aos pontos fracos. Coronel (2010) expõe também que tais objetivos não foram atingidos devido a ações mais horizontais que setoriais, a baixa ênfase em instrumentos fiscais, a conjuntura econômica desfavorável e a falta de capacitação técnica das instituições nas áreas ligadas à tecnologia. Mas também atingiram pontos positivos, como a reintrodução nas políticas públicas da questão da política industrial como fundamental ao desenvolvimento econômico e social, que foi deixado de lado no período liberal da economia brasileira.

Devido às dificuldades da PITCE, no segundo mandato como presidente, Lula melhorou a formulação da sua política industrial para uma segunda fase. Aprimorando e desenvolvendo a abrangência e a potência de tal política, como também a articulando ainda mais com os demais

programas de seu governo, buscando aprofundar a recuperação da capacidade do Estado em criar e administrar suas políticas.

O Estado lançou então, em maio de 2008, um novo programa de promoção à indústria brasileira possuindo maiores pretensões em seus objetivos, ampliando o número de setores e os instrumentos de incentivos utilizados, se comparado à PITCE. Indo mais à diante que esta política, o governo buscava melhorar a articulação entre as diferentes instituições do Estado com o setor privado, buscando atingir ganhos de competitividade de longo prazo a diversos setores da economia brasileira. Tal política recebeu o nome de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e era apoiada em diversas medidas, desde fiscal e tributária, financiamento aprimoramento jurídico, regulação, apoio técnico e até poder de compra por parte do Estado, como apresenta Cano e Silva (2010). Essa nova política tinha como objetivo dar suporte a um ciclo longo de desenvolvimento produtivo, apoiado na inovação, no investimento e na competitividade das empresas brasileiras tanto no cenário nacional quanto internacional.

A Política de Desenvolvimento Produtivo tinha como objetivo principal, na visão de Coronel (2010), promover o crescimento econômico do Brasil, impulsionado pelo desenvolvimento industrial, alcançando bons resultados na geração de empregos e nos ganhos de competitividade das indústrias brasileiras. No intuito de apresentar uma maior articulação, a coordenação de tal política ficou a cargo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a gestão era executada por um Conselho Gestor, formado por representantes da Casa Civil e dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Estado realizou o lançamento de tal política em um momento em que a economia já vinha demonstrando crescimento no setor industrial, como também melhoria na situação da balança comercial, porém, pouco tempo após o início de tal política, a economia brasileira foi afetada pela Crise Econômica Mundial, o que fez com que, na visão de Coronel (2010), o Estado brasileiro acelerasse ainda mais a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo. Entre as metas da PDP estavam a ampliação da oferta e a preservação da balança de pagamentos positiva, além de expandir a capacidade de inovação nacional e fortalecer as micro e pequenas empresas do país. Para que tais objetivos fossem alcançados, o Estado buscou aumentar o investimento fixo e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, como também aumentar a

participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, assim como o número de micro e pequenas empresas brasileiras exportadoras.

Buscando atingir resultados de maneira mais completa e diversificada, a nova política contemplava segundo Cano e Silva (2010), 24 setores da economia. Para que fossem organizados segundo suas complexidades estruturais e objetivos, os setores foram organizados em três grupos de programas. No primeiro estavam os “programas para consolidar e expandir a liderança” nos setores que a economia brasileira já era forte com os seguintes programas: aeronáutico; petróleo; petroquímica e gás; bioetanol; mineração; papel e celulose; siderurgia; e carnes. No segundo grupo estavam os “programas para fortalecer a competitividade” nas áreas de: complexo automotivo; bens de capital; cabotagem e indústria naval; confecções e têxtil; couro; artefatos e calçados; móveis e madeira; agroindústria; complexo de serviços; construção civil; plásticos; higiene, perfumaria e cosméticos. O terceiro grupo correspondia aos “programas mobilizadores de áreas estratégicas” com os programas: energia nuclear; nanotecnologia; complexo industrial de saúde; biotecnologia; tecnologia de informação e comunicação; e complexo industrial de defesa. Havia também outro grupo chamado “destaques estratégicos” com os programas de: promoção as exportações; micro e pequenas empresas; regionalização; produção sustentável; integração com a África; Integração produtiva da América Latina e Caribe.

Desta forma, a Política de Desenvolvimento Produtivo sinalizou de maneira positiva ao capital privado a respeito do dinamismo que o Estado buscava dar ao setor industrial. Promoveu assim estímulos ao investimento, buscando ampliar a capacidade e gerar estímulos de demanda com os efeitos multiplicadores da economia, além de estimular os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, tornando possível às empresas criarem novos produtos e processos, por meio de isenções fiscais. Outras medidas tomadas em concordância com a PDP, apresentadas por Ferraz (2009), foram a redução da carga tributária, os investimentos em infraestrutura para além do PAC, como também grandes investimentos em educação básica.

Assim, a economia brasileira superou de maneira relativamente rápida o período de crise. As medidas fiscais, monetárias e financeiras, aliadas à redução de impostos e oferta de crédito, tiveram um efeito bastante positivo. Sendo observado, no final de 2009 e início de 2010 uma retomada do crescimento, inclusive com elevação na produção de bens de capital e a volta da contribuição positiva do investimento para o crescimento do produto agregado.

As expectativas iniciais eram de que os principais resultados das políticas industriais fossem obtidos até o final do governo Lula. Porém, os prazos para atuação de uma política industrial necessitam continuidade, pois são necessários também projetos de mais longo prazo para áreas que necessitem de um maior tempo de articulação e maturação. Sob a perspectiva desenvolvimentista, a política industrial do governo Lula apresentou tal viés, no sentido de intensificar a participação do Estado na economia e na promoção do desenvolvimento e no investimento.

Com a eleição de Dilma Rousseff em 2010 a mudança do governo em direção ao novo desenvolvimentismo se acentuou. Diniz e Bresser-Pereira (2013) apresentam o governo Rousseff como continuidade política ao de Lula, mas que, enquanto este se preocupava essencialmente com a redução da desigualdade, e no plano econômico falhou em baixar substancialmente a taxa de juros e evitar uma grave sobreapreciação da taxa de câmbio, a nova presidente revelou-se determinada a enfrentar o câmbio. Nos primeiros dois anos de seu governo, obteve algum êxito nessa direção. Porém, sem condições políticas para impor um imposto de exportação sobre as commodities, que originam a doença holandesa, a taxa de câmbio continuou sobreapreciada. Em consequência, a desindustrialização continuou ocorrendo nos dois primeiros anos de seu governo e as taxas de crescimento se revelaram decepcionantes. Assim, o governo veio adotando uma série de medidas e políticas industriais para compensar o câmbio ainda sobreapreciado.

Dando continuidade à Política de Desenvolvimento Produtivo do governo Lula, Dilma lançou o Plano Brasil Maior em agosto de 2011. Tal plano tinha como lema “inovar para competir, competir para crescer”, de forma que, este ampliava as políticas industriais que já vinham sendo adotadas. Porém, tinha como diferencial a busca por aumento de competitividade da indústria por meio de incentivos à produção de valor agregado e inovação tecnológica, gerando também maiores oportunidades para as micro e pequenas empresas – MPEs, expõe Soares, Coronel e Filho (2013).

Conforme apresentado na Cartilha do Plano Brasil Maior (BRASIL, 2011) o governo expôs que, tal plano era ainda mais abrangente que o PDP, aonde suas medidas iam muito mais além: partindo por estímulos à inovação e investimentos; apoio ao comércio exterior; defesa da indústria nacional e do mercado interno; desoneração de tributos e de investimentos; financiamento à inovação para investimentos em setores de alta e média-alta tecnologia; fortalecimento das micro e pequenas empresas inovadoras; criação de programas para criação de

mão-de-obra especializada; financiamentos e garantias para as exportações; compras governamentais com preferência para serviços e produtos industrializados nacionais; e financiamentos para projetos ligados a redução da emissão de gases poluentes.

A carta do IEDI (2012) informa que, a economia brasileira possuía um mercado dinâmico de veículos, sendo importante que tal setor gere dinamismo de produção, produtividade e emprego de qualidade na cadeia automotiva. Desta forma, afirma que os planos do regime para vigorar entre 2013 e 2017, pretendiam estabelecer um marco da nova etapa no desenvolvimento da produção automobilística no Brasil, definindo dentre os parâmetros, certo grau de nacionalização da produção percentual mínimo de investimentos em P&D&I no país. Além disso, IEDI (2012) apresenta que o Estado concedeu isenções de impostos para produção nacional de bens ligados a comunicações e tecnologia da informação, no intuito de impulsionar os segmentos inovadores e disseminadores de ganhos de produtividade.

Mesmo que os progressos com viés desenvolvimentista tenham sido relativamente lentos, foi possível observar seus avanços, tanto em direção a uma macroeconomia para o desenvolvimento, quanto na apresentação de idéias sobre desenvolvimento, do ponto de vista da alocação de recursos para transformação estrutural da economia. No Brasil não existe ainda um Estado desenvolvimentista em sentido forte, mas o país tem caminhado nessa direção. Pode-se considerar que o Brasil se encontra em um processo de transição, como expõe Diniz e Bresser-Pereira (2013), onde as bases têm sido construídas, tanto no sentido do aperfeiçoamento do regime democrático, com a crescente aceitação das regras do jogo, no que se refere à elaboração de uma nova agenda desenvolvimentista.

Desta forma, a economia brasileira, após mais de meio século do início de seus esforços industrializantes, produziu uma estrutura industrial consideravelmente diversificada e até certo ponto integrada. Os atuais esforços de política industrial são para introduzir e desenvolver na estrutura existente, o paradigma tecnológico mais avançado e competitivo, o microeletrônico, o qual ainda não pode ser considerado como consolidado na economia brasileira.

## **CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA**

Neste capítulo será analisada a dinâmica da estrutura produtiva da economia brasileira ao longo do tempo em duas seções, inicialmente analisando os resultados alcançados com a industrialização da economia brasileira no período de 1950 a 1980. Na segunda parte, será analisado o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, frente o novo paradigma tecnológico, o qual causou alterações no cenário produtivo mundial. Interpretando os parâmetros com o auxílio de marcos teóricos expostos no capítulo 2 e a trajetória da indústria na economia brasileira explicitada no capítulo 3.

### **4.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ATÉ 1980**

A partir do período que corresponde ao fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo global viveu um período de enorme expansão e desenvolvimentos atrelados ao modo de produção vigente, o paradigma de produção fordista. Tal processo proporcionou a expansão econômica com a integração e avanços sistemáticos produtivos mundiais, investimentos de capital na construção de fábricas e indústrias, e a produção em massa de produtos e serviços.

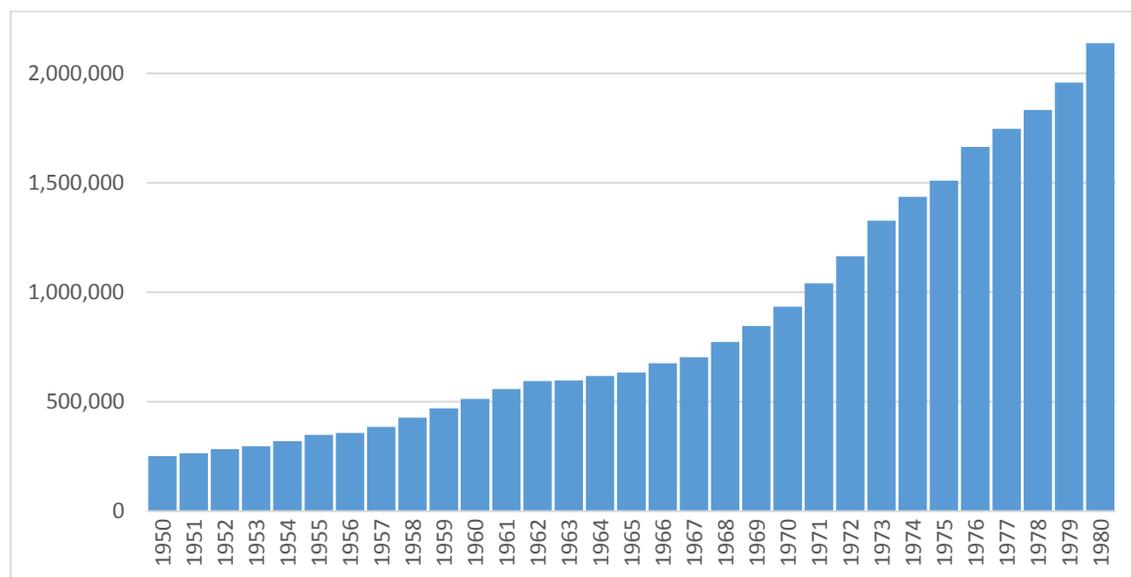
Tal expansão apresentou resultados extraordinários, até a ocorrência da Primeira Crise do Petróleo em 1973, fazendo com que o capitalismo europeu e norte-americano apresentasse inúmeras dificuldades em manter suas elevadas taxas de crescimento. Tais economias passaram a apresentar quedas da produtividade do trabalho, as quais já vinham se manifestando desde a década de 1960, como também a perda da capacidade financeira destes Estados em manter o Welfare State, como apresenta Draibe e Henrique (1988). Fazendo com que ocorresse o encarecimento de matérias-primas, aumento do custo da matriz energética e a diminuição de renda da população atrelada à inflação em tais economias.

Diferentemente da situação das economias desenvolvidas, como apresentado no capítulo anterior, a economia brasileira vinha apresentando grande dinamismo econômico a partir dos anos 1950, quando a economia brasileira iniciou seu processo de industrialização. Durante esse período, que vai de 1950 a 1980, o Brasil passou a estabelecer uma estrutura produtiva consideravelmente diversificada e integrada, apresentando forte crescimento através do mercado

doméstico. Porém, não foi possível instaurar de maneira completa, na indústria nacional, as tecnologias mais desenvolvidas presentes nas economias ricas.

Os resultados alcançados pela economia brasileira através dos esforços nacionalistas e desenvolvimentistas do Estado durante esse período de industrialização foram incontestáveis, o produto agregado evoluiu grandemente durante esse período, apresentando grandes taxas de crescimento, como pode ser observado no gráfico 1, onde é apresentado a evolução do PIB nacional de 1950 a 1980.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto brasileiro no período de 1950-1980



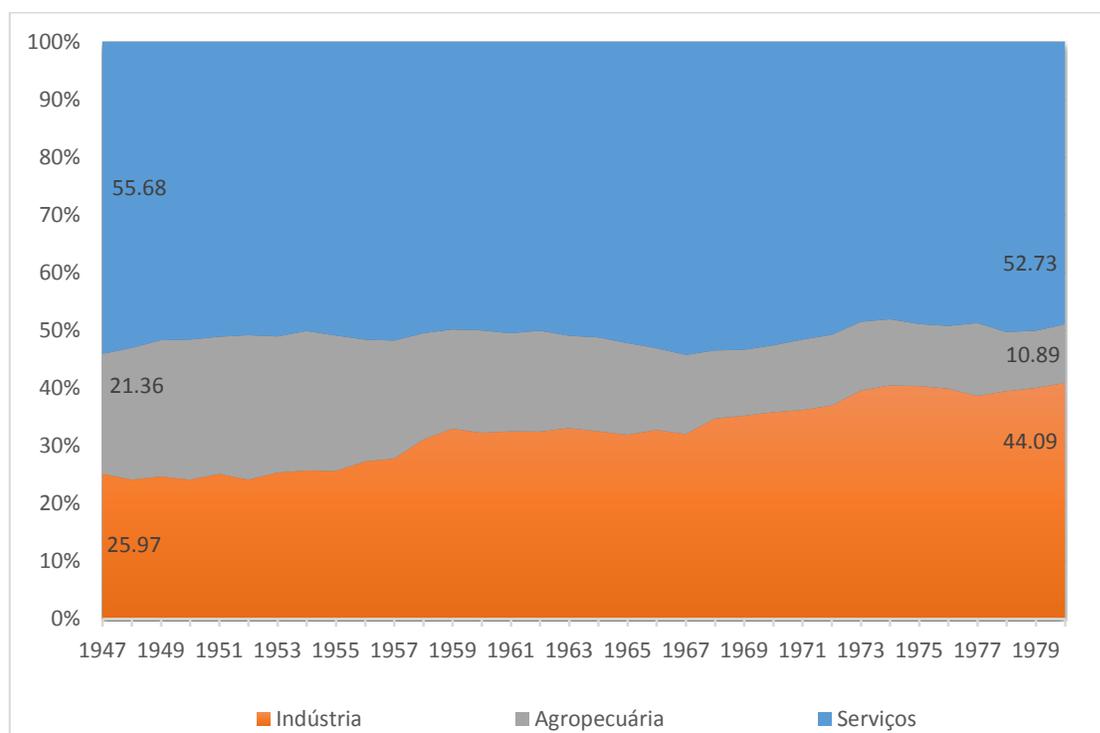
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Obs: PIB em R\$ milhões a preços de 2013

Como pode ser observada, durante esse período, a economia brasileira apresentou elevação média do PIB de 8% ao ano. Grande parte dessa elevação no produto agregado pode ser atribuída aos ganhos de participação da indústria no PIB, de forma a ser apresentado no gráfico seguinte.

O desenvolvimento da indústria como importante atividade econômica no Brasil se deu de maneira muito forte durante as políticas industriais adotadas pelo Estado desenvolvimentista, indo ao encontro de Sarti e Hiratuka (2011). Tais resultados podem ser observados através do gráfico 2 onde é apresentada a evolução da participação dos setores no valor agregado nacional.

Gráfico 2 – Composição do PIB por Participação no Valor Agregado a preços básicos no período de 1947-1980



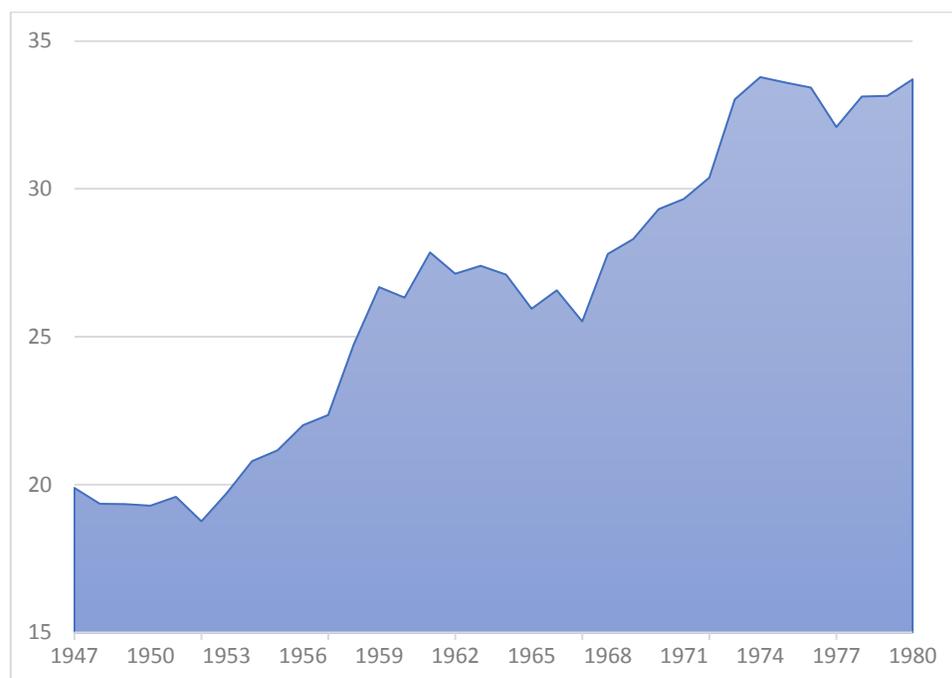
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O gráfico corrobora a afirmativa de que, ao longo do período desenvolvimentista, a economia brasileira exibiu grande elevação na participação da indústria no produto agregado. A indústria que correspondia a apenas 25,9% do valor agregado ao final da década de 1940, elevou gradativamente sua participação, alcançando a marca de 44% do PIB em 1980. Os demais setores, entretanto, perderam participação devido à forte elevação do setor industrial. O setor de serviços apresentou ligeira retração, de 55,7% em 1947, para 52,7% no ano de 1980. A maior retração se deu por meio do setor agropecuário, o qual representava 21,3% do valor agregado nacional em 1947, apresentou perda de sua participação próxima aos 50% durante o período, correspondendo a apenas 10,8% do produto agregado em 1980. Como pode ser visto, o setor industrial elevou em quase 70% a sua participação no PIB, em detrimento dos demais setores, de serviços e, principalmente, do setor agropecuário, à medida que se elevava o PIB brasileiro, corroborando com a afirmativa da importância da indústria no desenvolvimento econômico.

Para que seja possível afirmar que a economia brasileira desenvolveu a indústria de transformação como setor importante na dinâmica de desenvolvimento econômico, seguindo o

modelo apresentado por Kaldor no capítulo segundo, o gráfico 3 apresenta a participação da indústria de transformação no produto agregado no período de 1947 a 1980.

Gráfico 3 – Participação da Indústria de Transformação no PIB, período de 1947-1980

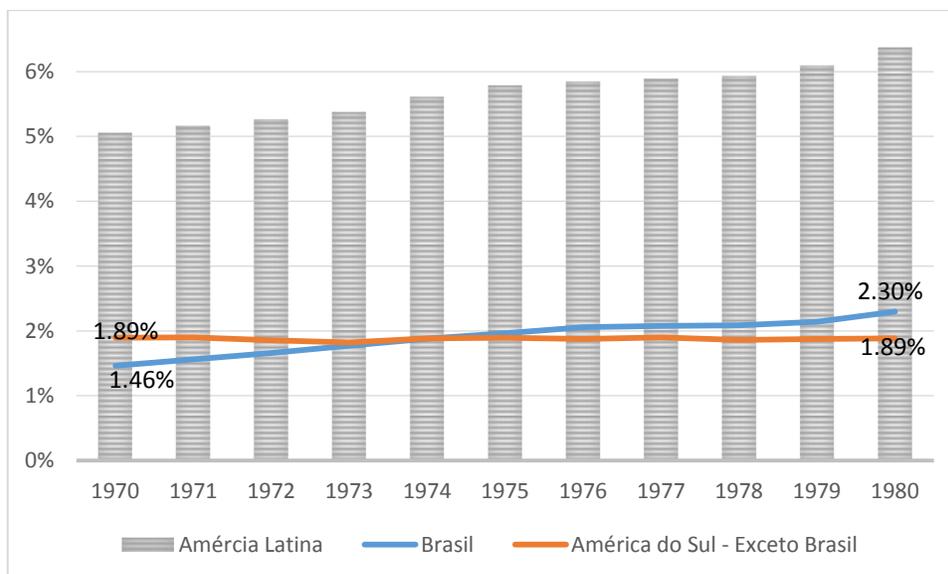


FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Como pode ser observada, a participação da indústria de transformação no PIB se deu de maneira acelerada e imponente na economia brasileira no período desenvolvimentista. Enquanto, em 1947 correspondia a pouco mais de 19% do valor agregado nacional, em 1980, correspondeu a mais de 33,7%. Sendo possível observar, ao comparar os gráficos 2 e 3 que, ao longo do período de 1947 a 1980, a quase totalidade dos ganhos de participação do setor industrial no PIB se deu graças a elevação da indústria de transformação, a qual apresenta, segundo Kaldor, maior intensidade tecnológica e gera valor agregado maior que os demais setores presentes na economia brasileira durante esse período.

O desenvolvimento econômico alcançado pela economia brasileira enquanto esteve sobre a égide desenvolvimentista pode ser visto ao comparar a trajetória de desenvolvimento do Brasil com as demais economias. Através do gráfico 4, é apresentada a participação do Produto Interno Bruto da economia brasileira frente a outras economias.

Gráfico 4 - Participação no PIB global no período 1970-1980, América Latina, América do Sul e Brasil



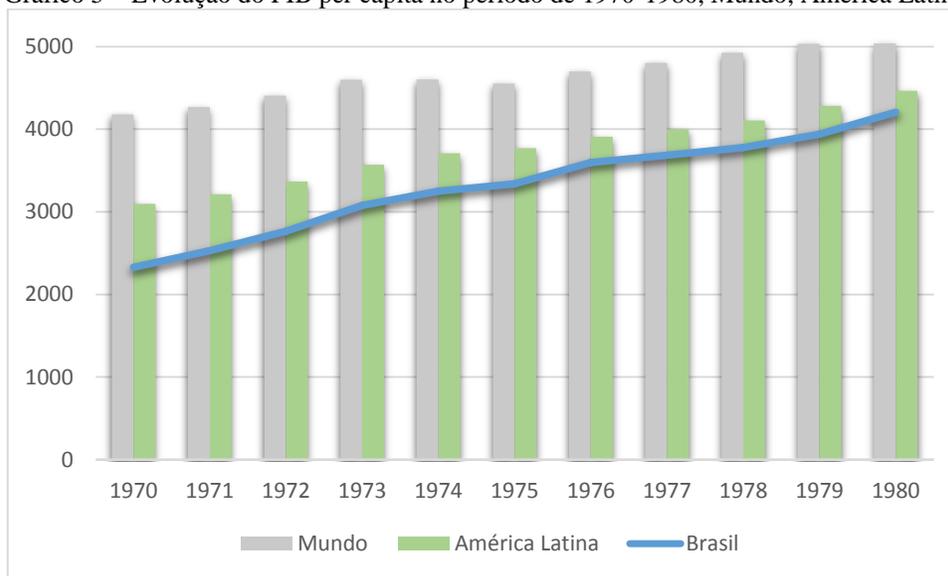
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTADStat

Obs: PIB em US\$ e câmbio constantes de 2005.

Como pode ser observada, a economia brasileira possuía participação no produto agregado mundial de apenas 1,46%, menos que a terça parte da participação da América-Latina em 1970. No período de uma década, sua participação ultrapassou as demais economias da América do Sul reunidas, como também pode ser observado que, a quase totalidade da elevação da participação da América-Latina em 1980 foi referente ao crescimento apresentado pelo produto agregado brasileiro. Sendo possível afirmar que, a economia brasileira se desenvolveu muito a cima das demais economias latino-americanas durante o período, principalmente frente seus vizinhos da América do Sul, afirmando sua posição de maior economia frente os demais, e o sucesso das políticas desenvolvimentistas tomadas pelo Estado brasileiro.

Com o crescimento do seu produto interno bruto, através principalmente do desenvolvimento industrial alcançado, a economia brasileira apresentou forte elevação da sua renda *per capita* durante o período. Tal informação é apresentada pelo gráfico 5, onde exibe a evolução do PIB *per capita* mundial, da América-Latina e do Brasil no período de 1970 a 1980.

Gráfico 5 – Evolução do PIB per capita no período de 1970-1980, Mundo, América Latina e Brasil



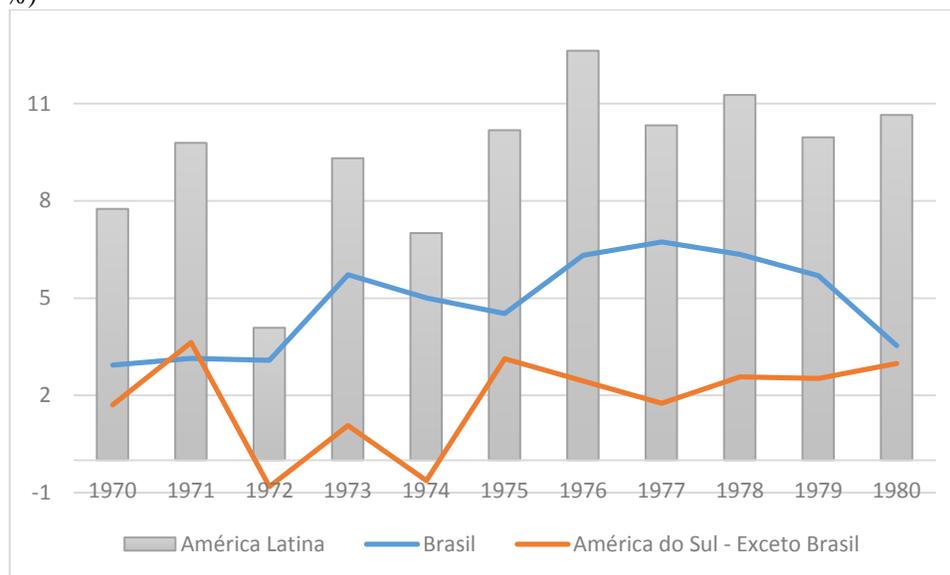
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTADStat

Obs: US\$ e câmbio constantes de 2005

Como pode ser observada no gráfico a cima, a economia brasileira possuía renda *per capita* muito abaixo do padrão mundial, equivalente a pouco mais da metade de seu valor, como também, bem abaixo da média latino-americana em 1970. Ao longo da década, o Brasil apresentou um imponente desenvolvimento econômico, como afirma Sarti e Hiratuka (2011), através do qual foi possível estabelecer melhores resultados. A renda *per capita* brasileira que correspondia a pouco mais de US\$ 2.300 quase dobrou em apenas uma década, correspondendo a mais de US\$4.200 em 1980. Desta forma, o PIB *per capita* da economia brasileira apresentou um nível de crescimento a cima da média global, se aproximando tanto da renda *per capita* da América-Latina, como também da média mundial.

Não pode ser esquecido que, grande parte do capital investido na economia brasileira no seu período desenvolvimentista é, todavia, estrangeiro. Devido os problemas de falta de poupança interna e demais dificuldades apresentadas no capítulo anterior, o Estado fez uso da poupança externa, o que possibilitou a entrada de capitais na forma de IDE para que fosse possível promover a industrialização da economia. A entrada de investimento direto externo na economia brasileira pode ser vista através do gráfico 6, onde é apresentada a participação do IDE mundial no Brasil, América-Latina e América do Sul.

Gráfico 6 – Participação no IDE mundial no período de 1970-1980, América-Latina, América do Sul e Brasil (em %)

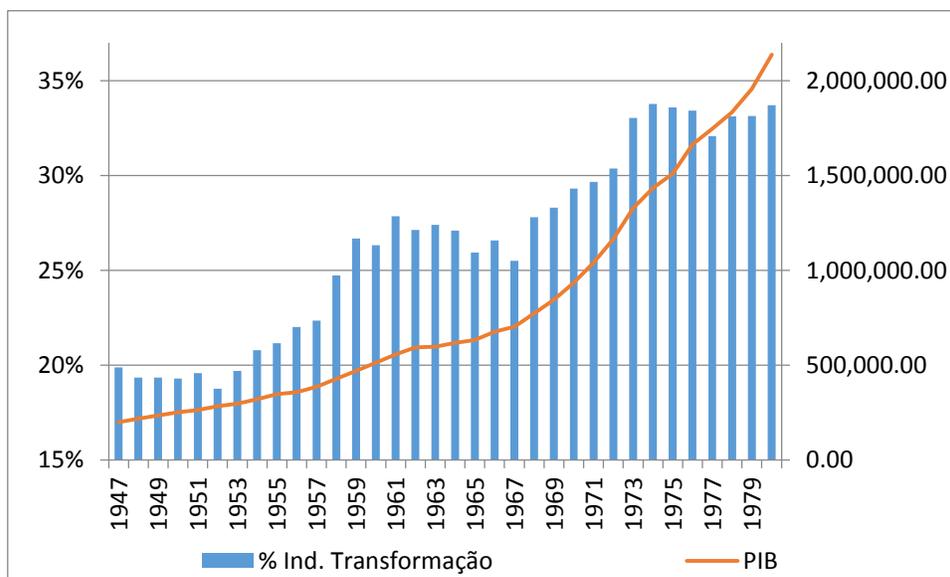


FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADStat

Como pode ser observada, a maior parte do IDE direcionado para a América-Latina durante o período, teve o Brasil como destino. A economia brasileira obteve em todo o período, exceto 1971, mais investimento direto estrangeiro que todo o restante da América do Sul.

Desta forma, mesmo sem a existência de dados referentes ao emprego e produtividade da economia brasileira para fazer uma análise completa segundo Kaldor e Verdoorn, é possível corroborar a existência de um processo de industrialização da economia brasileira até o período de 1980. Assim, por meio do Estado desenvolvimentista adotando políticas industriais, o Brasil conseguiu desenvolver de certa forma sua indústria, apresentando elevação na participação da indústria de transformação no produto agregado, como também, imponente elevação do produto e da renda no país, como apresenta o gráfico 7.

Gráfico 7 – Participação da Indústria de transformação no produto agregado e crescimento do PIB, no período de 1947 a 1980



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.  
Obs: PIB em R\$ milhões a preços de 2013.

Corroborar-se assim, o fato da economia brasileira ter apresentado forte desenvolvimento econômico e industrial ao longo de seu Estado desenvolvimentista até 1980, tornando possível à economia brasileira alcançar certo nível de desenvolvimento industrial e concluir, de certa forma, o processo de industrialização via substituição de importações com êxito.

#### 4.2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1980

Em busca de superar as dificuldades econômicas enfrentadas, as economias desenvolvidas buscavam novas alternativas para a redução de custos e aumento de produtividade para além das desenvolvidas pelo paradigma tecnológico fordista. Assim iniciou-se a intensificação do uso da microeletrônica, automação, realocação geográfica da fabricação e abandono de unidades de produção custosas e ineficientes, seguindo os exemplos do Japão, o qual já vinha realizando tais mudanças de ordem tecnológica e organizacional desde a década de 1950, expõe IEDI (2012).

Por meio do desenvolvimento de tais processos, se construiu o que se pode chamar de terceira revolução tecno-científica, onde a indústria microeletrônica surge como novo paradigma produtivo. Desta forma, as características das indústrias dos países desenvolvidos se moldam a novos formatos, onde surge como características a terceirização do processo produtivo, maiores buscas por qualidade e diferenciação de produtos, flexibilização dos sistemas de organização produtiva e trabalho, e maior integração intra e interempresarial, deixando as atividades mais básicas ligadas à simples produção sendo remanejadas às economias subdesenvolvidas.

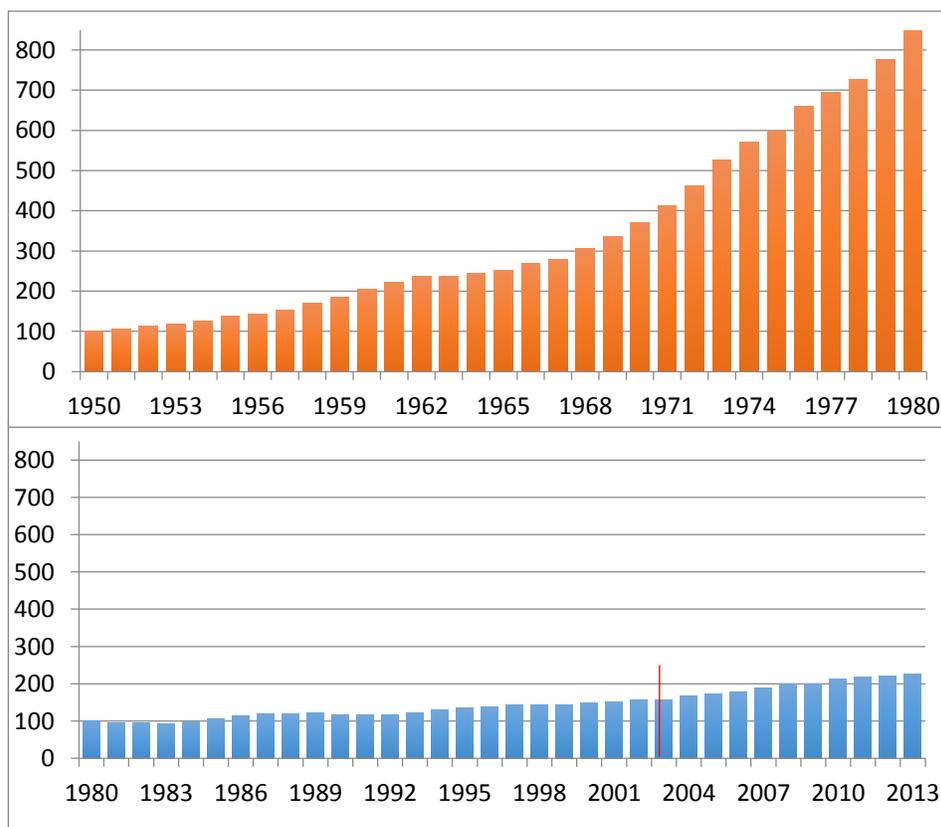
Através de tais características, os avanços tecnológicos e principalmente a microeletrônica passou a ser incorporada nos processos produtivos da nova ordem econômica mundial pelas economias desenvolvidas, abandonando o modelo já ultrapassado de produção fordista no início da década de 1980. Como apresenta Tavares (1992), as políticas de reestruturação industrial das economias desenvolvidas deram ênfase aos setores de alta tecnologia por meio de financiamento e estímulos à reestruturação e modernização de seus complexos metal-mecânicos, traçando o caminho da modernização das grandes empresas líderes.

Enquanto as economias desenvolvidas retomavam taxas significativas de crescimento e desenvolvimento, ao longo da década de 1980, por meio dos maiores ganhos de produtividade do paradigma microeletrônico, a economia brasileira vinha passando pela “década perdida brasileira”, onde enfrentava grandes dificuldades, sem ter se quer desenvolvido por completo o paradigma fordista na economia nacional. Desta forma, a economia brasileira passou por um período de hiperinflação somada ao baixo crescimento econômico e instabilidade política e econômica, onde o governo deixou de realizar políticas industriais, o que fez com que o setor industrial, além de se encontrar num paradigma produtivo ultrapassado, continuasse perdendo participação nas exportações e no produto agregado brasileiro.

Até o final do século XX a economia brasileira viveu um longo período apoiado à ideologia liberalizante e não foi capaz de manter o crescimento e desenvolvimento industrial e econômico que vinha apresentando no período anterior, de políticas industrializantes e desenvolvimentistas. Desta forma, o Estado liberal expôs a indústria brasileira – que mal havia implementado o paradigma produtivo fordista – à livre concorrência com as grandes multinacionais que estavam inseridas no novo paradigma vigente da microeletrônica há duas décadas. Com a falta de sistemas de proteção e de promoção, incentivos às atividades de pesquisas e desenvolvimento e o *upgrading* tecnológico para o desenvolvimento de indústrias de

alta tecnologia, a economia brasileira viveu assim, um longo período de estagnação econômica. Na prática, o que a política liberal brasileira dos anos 1990 fez foi colocar no mercado brasileiro, dois paradigmas tecno-produtivos para competir em pés de igualdade – o paradigma microeletrônico das grandes multinacionais, com o ultrapassado paradigma fordista das poucas indústrias brasileiras. O resultado foi que a indústria brasileira foi perdendo, consecutivamente, participação no PIB, levando a uma reprimarização da economia brasileira, com poder ser observado mais a frente. Assim, o gráfico 8 exibe a trajetória de crescimento do PIB da economia brasileira ao longo do período.

Gráfico 8 – Produto Interno Bruto brasileiro nos períodos 1950-1980 e 1980-2013



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

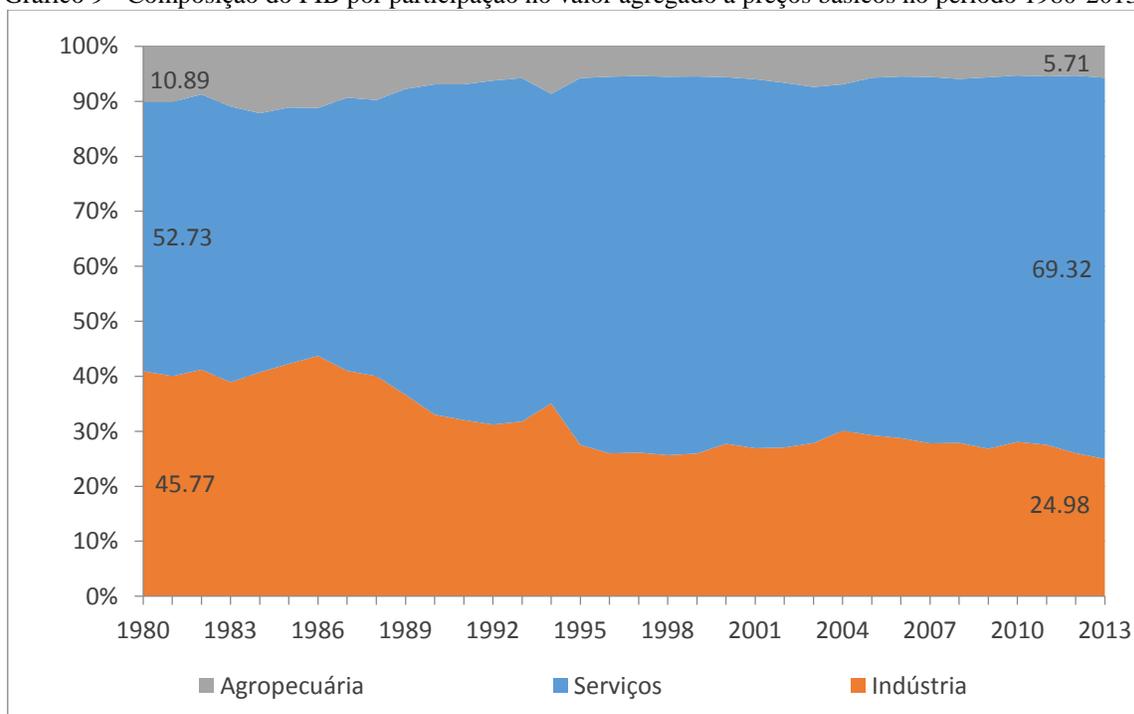
Obs: Base do período 1950-1980 (1950=100), e base do período 1980-2013 (1980=100), para valores em R\$ milhões de 2013.

Como é possível observar, o gráfico corrobora a afirmativa de que, a economia brasileira viveu um período de dificuldades nas três últimas décadas, principalmente na “década perdida” de 1980 onde viveu períodos consecutivos de crescimento negativo. Ao longo do

período liberal, nas décadas de 1980 e 1990, a economia brasileira apresentou crescimento médio do PIB de apenas 1,95% a.a., resultado extremamente baixo se comparado à média de 10,9% a.a. alcançados no período de 1950 a 1980. Com o fim do governo liberal em 2002, e o retorno a um ideal desenvolvimentista e industrializante, a economia brasileira foi capaz de dobrar a taxa média de crescimento, se comparado ao período liberal, atingindo taxa média de crescimento de 3,9% a.a.

Além da redução do ritmo de crescimento da economia brasileira a partir da década de 1980, a participação do setor industrial no produto agregado da economia também se reduziu grandemente devido a situação econômica e o abandono de políticas industriais. Como pode ser observado no gráfico 9, a composição do produto agregado da economia brasileira no período posterior a 1980 apresentou uma dinâmica bastante diferente da exibida nos períodos anteriores.

Gráfico 9 - Composição do PIB por participação no valor agregado a preços básicos no período 1980-2013



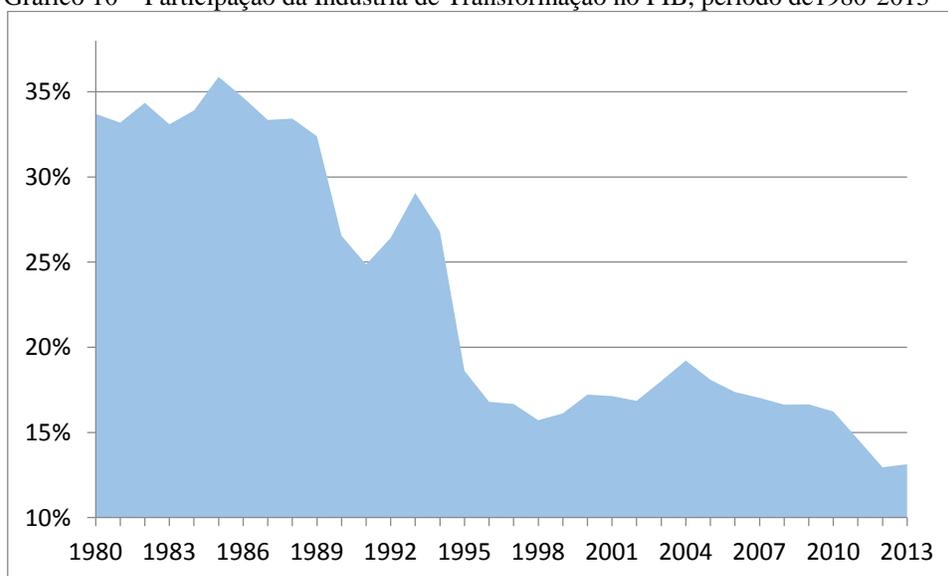
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O gráfico corrobora a afirmativa de que, na economia brasileira, a partir da década de 1980, o setor industrial veio perdendo sua participação no produto agregado. Diferentemente do que vinha acontecendo no seu período desenvolvimentista, o setor industrial apresentou, ao

longo do período 1980-2013, perda de 45,4% de sua participação no produto agregado, decaindo de 45,77% em 1980 para apenas 24,98% em 2013. Desta forma, o setor industrial brasileiro apresentou, em 2013, participação na formação do PIB menor que em 1947 (apresentado no gráfico 2), corroborando a perda de participação da indústria e evidenciando a desindustrialização da economia brasileira. O setor agropecuário também apresentou reduções de participação no período, decaindo de 10,89% em 1980 para apenas 5,71% em 2013. Em contrapartida, o setor de serviços apresentou respeitável crescimento ao longo do período, aumentando sua participação no valor agregado da economia brasileira, em detrimento dos demais setores, partindo de 52,73% em 1980 e alcançando a marca de 69,32% do produto agregado brasileiro em 2013.

Para que seja possível afirmar que a economia brasileira vem apresentando sinais de sua desindustrialização, o gráfico 10 exibe um dos importantes objetos de análise da industrialização segundo as leis de Kaldor e Verdoorn, o desenvolvimento da participação da indústria de transformação no PIB do Brasil a partir de 1980.

Gráfico 10 – Participação da Indústria de Transformação no PIB, período de 1980-2013



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

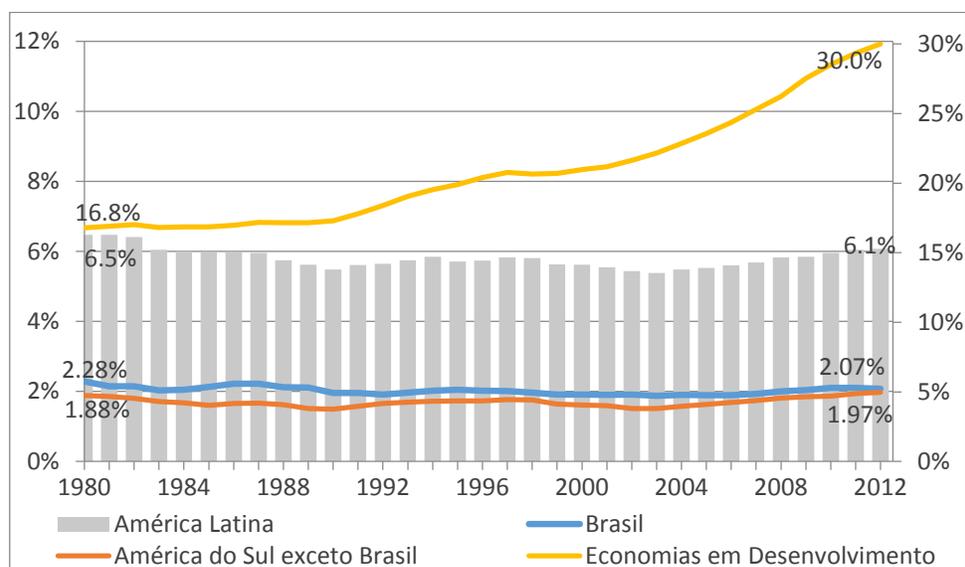
Como pode ser observado, o gráfico a cima corrobora com a desindustrialização da economia brasileira, de forma que, mesmo conseguindo manter o mesmo nível de participação da indústria de transformação no PIB até o final da década de 1980, posteriormente, a economia

brasileira não conseguiu manter tal índice e iniciou uma queda abrupta em tal segmento produtivo. A participação da indústria de transformação no produto agregado que, em 1985 correspondia a 35,9% do produto agregado nacional, apresentou persistente queda, representando apenas 13,1% do PIB do Brasil em 2013. Correspondendo atualmente a menos de um terço da participação que possuía há três décadas.

Pode ser constatado assim que, a indústria de transformação – que gera maior dinamismo e valor agregado – vem perdendo gradativamente seu papel na economia brasileira, exibindo assim uma constante desindustrialização da economia nacional, fazendo com que o crescimento econômico do Brasil deixe de ser baseado nos setores industriais produtivos mais dinâmicos.

A trajetória de crescimento e estagnação da economia brasileira, a partir da década de 1980, pode ser vista ao ser comparado às trajetórias de demais economias. Através do gráfico 11, são apresentadas as participações das economias selecionadas no produto agregado mundial a partir de 1980.

Gráfico 11 - Participação no PIB global no período 1980-2012, Brasil e economias selecionadas



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTADstat

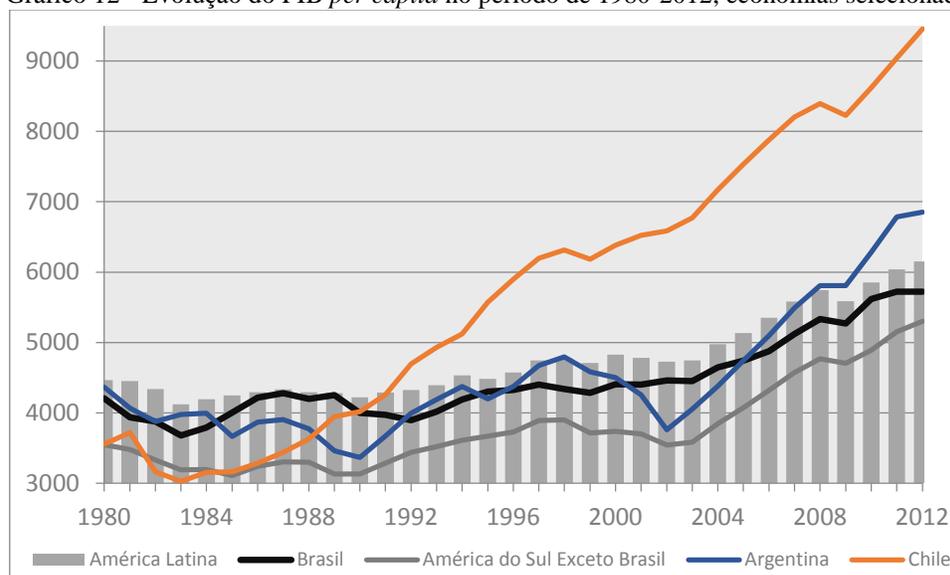
Obs: PIB em US\$ e cambio constantes de 2005.

Como pode ser observado, o desempenho da economia brasileira não refletiu a sua posição como economia emergente, pelo contrário. Enquanto as economias em desenvolvimento quase dobraram a sua participação no produto agregado global, partindo de 16,8% em 1980 e

atingindo 30% em 2012, o Brasil por sua vez, seguiu a frágil trajetória da América Latina e demais países da América do Sul, partindo de 2,28% em 1980 e perdendo participação ao longo do período, representando apenas 2,07% do PIB global em 2012. Sendo possível afirmar que a economia brasileira apresentou redução do seu potencial econômico e produtivo ao longo das últimas três décadas. Seus resultados não têm representado a posição de destaque entre as economias em desenvolvimento, pelo contrário, tem apresentado recessão.

Frente à estagnação do seu produto interno bruto, devido à redução e o abandono do setor industrial brasileiro, assim como na participação no produto agregado global, o Brasil apresentou resultados insatisfatórios no seu PIB *per capita*, para uma economia considerada emergente. No gráfico 12 são apresentadas as trajetórias dos PIB *per capita* do Brasil e demais economias selecionadas, ao longo do período de 1980 a 2012.

Gráfico 12 - Evolução do PIB *per capita* no período de 1980-2012, economias selecionadas



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADstat.

Obs: Valores em US\$ e câmbio de 2005.

Como pode ser observada no gráfico, a economia brasileira apresentou ao longo do período, uma trajetória similar a média das economias sul americanas e latino-americanas. Correspondeu ao longo de três décadas, a um crescimento do PIB *per capita* de apenas 36%, partindo do valor de US\$4.204 *per capita* em 1980 e alcançando US\$5.720 em 2012. O desempenho da economia brasileira não pode ser considerado satisfatório, pois, enquanto economias consideradas menos desenvolvidas que a brasileira, como Chile e Argentina,

apresentaram níveis de crescimento surpreendentemente maiores que os do Brasil. Merece atenção a economia chilena, que em 1980 apresentava PIB *per capita* menor que o do Brasil, correspondendo a apenas US\$3.554 e ao final de 2012 já era equivalente a US\$9.460 quase triplicando o seu PIB *per capita*, no mesmo período de tempo.

O crescimento do PIB *per capita* da economia brasileira apresenta resultados ainda mais insatisfatórios ao ser comparado às demais economias dos BRICS e as economias desenvolvidas, como pode ser analisado na tabela 2, onde são exibidos os PIB *per capita* das economias selecionadas e suas variações ao longo das três últimas décadas.

Tabela 2 - PIB *per capita* e Variação no período de 1980 a 2012, para economias em desenvolvimento e BRICS

	1980	1992	2002	2012	Var.80-92	Var. 92-02	Var. 02-12	Var. 1980-2012
Economias em Desenvolv.	\$1.141	\$1.363	\$1.816	\$2.866	19%	33%	58%	151%
Brasil	\$4.204	\$3.893	\$4.458	\$5.720	-7%	15%	28%	36%
Rússia	*	\$4.608	\$4.292	\$6.851	-	-7%	60%	-
Índia	\$ 284	\$ 411	\$ 606	\$1.111	45%	47%	83%	291%
China	\$ 223	\$ 554	\$1.310	\$3.326	149%	136%	154%	1393%
África do Sul	\$5.060	\$4.284	\$4.720	\$5.866	-15%	10%	24%	16%

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADstat

Obs: Valores em US\$ e Câmbio de 2005.

\*São apresentados dados referentes à Rússia a partir de 1992, anteriormente fazia parte dos dados da URSS.

A tabela exhibe as trajetórias dos PIB *per capita* das economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além do equivalente às economias em desenvolvimento. É possível observar que a economia brasileira não foi capaz de alcançar as mesmas taxas de crescimento que as demais economias emergentes, com exceção da África do Sul, mas apresentou valor em US\$ menor. A taxa de crescimento do PIB *per capita* brasileiro ao longo do período corresponde a apenas 23% da média das economias em desenvolvimento, sendo um dos países os quais puxam fortemente a média para baixo. Merece destaque, a economia chinesa que, ao longo de cada uma das três décadas analisadas, foi capaz de apresentar crescimento a cima de 136% do PIB *per capita*. Tal economia correspondia a apenas US\$223 em 1980, e em 2012 alcançou US\$3.326 *per capita*, apresentando crescimento de 1393% ao longo do período analisado, crescimento 38 vezes maior que o do Brasil.

Outro fator a ser observado é a capacidade de atração de investimentos externos nas economias, esta foi em grande parte, responsável pelos investimentos nos setores industriais e na

formação bruta de capital fixo brasileiro no seu período desenvolvimentista. A tabela 3 informa a participação no investimento externo direto mundial médio da economia brasileira e demais economias selecionadas, no período de 1980 até 2013.

Tabela 3 – Participação do IDE mundial, economias selecionadas, período de 1980 a 2013

	80-85	86-90	91-95	96-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2013
<b>Brasil</b>	3,38%	0,79%	0,93%	3,13%	2,19%	2,20%	4,41%
<b>Chile</b>	0,38%	0,51%	0,68%	0,82%	0,66%	0,83%	1,64%
<b>China</b>	1,50%	1,92%	9,17%	6,59%	7,66%	6,18%	8,31%
<b>Índia</b>	0,11%	0,12%	0,29%	0,44%	0,76%	2,02%	1,96%
<b>Rússia</b>	-	-	0,53%	0,51%	1,17%	3,09%	4,17%

FONTE: Elaborada pelo autor a partir de dados da UNCTADstat

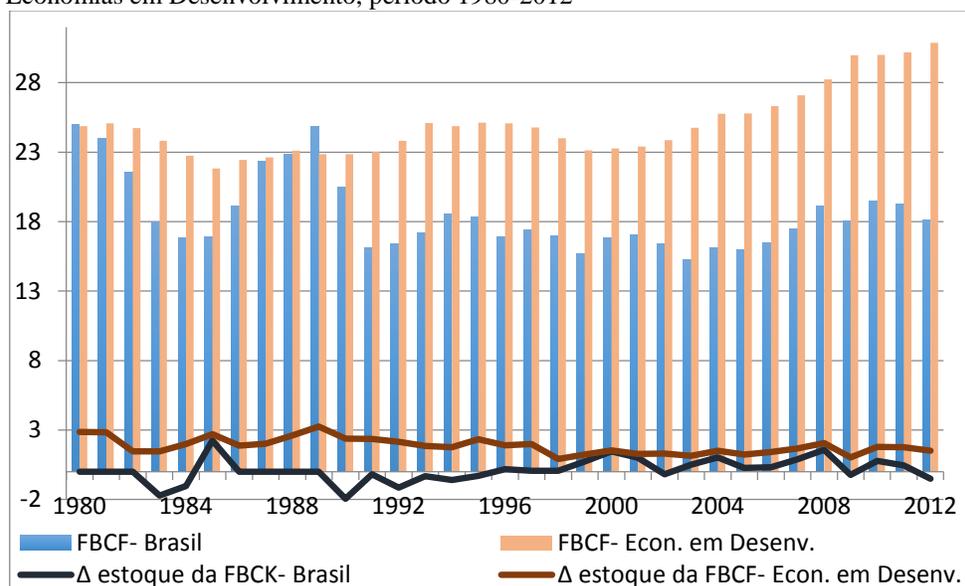
Como pode ser observada na tabela a cima, diferentemente das demais economias, o Brasil não foi capaz de manter uma trajetória crescente de atração de IDE para a sua economia, diferente das demais economias em desenvolvimento, que apresentaram crescimentos sólidos e constantes de investimentos estrangeiros em suas economias. Diferentemente do que vinha acontecendo na economia brasileira anteriormente a 1980, o Brasil passou a apresentar baixos crescimentos do PIB, muitas das vezes negativos (como apresentado em gráficos anteriores), além de altas da inflação e instabilidade econômica, elevando assim os riscos dos investimentos no país, fazendo com que o Brasil passasse por um período de queda nos investimentos e dificuldades de atrair IDE, ao contrário do que vinha acontecendo nas demais economias em desenvolvimento.

Durante a década perdida de 1980, o Brasil apresentou uma acentuada queda de participação no IDE global no período de 1986 a 1995, período de grande estagnação da economia brasileira, conseguindo atrair novamente um nível considerável de IDE ao final da década de 1990, por meio da abertura comercial da economia brasileira e dos processos de privatização das empresas públicas, de modo que, pouca parte dos fluxos de IDE foi alocada na construção de novas unidades de produção. Com o retorno do ideal desenvolvimentista no século XXI, a economia brasileira consegue manter certo nível de atratividade de IDE, exibindo maior atratividade de capital por retomar maiores taxas de crescimento e estabilidade. A economia chinesa, porém, tem apresentado elevada atração no IDE global a partir de 1990, devido seu

crescimento acelerado e constante do PIB, sendo a economia desenvolvida que mais atraiu IDE ao longo do período.

Assim, como as expectativas externas a respeito da economia brasileira se manifestaram baixas a partir de 1986, resultando na queda de mais de 75% do IDE, e mantendo-se baixas até 1995, como pode ser observado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Participação na Formação Bruta de Capital Fixo no PIB e Variação de Estoque FBCF, Brasil e Economias em Desenvolvimento, período 1980-2012



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTADstat

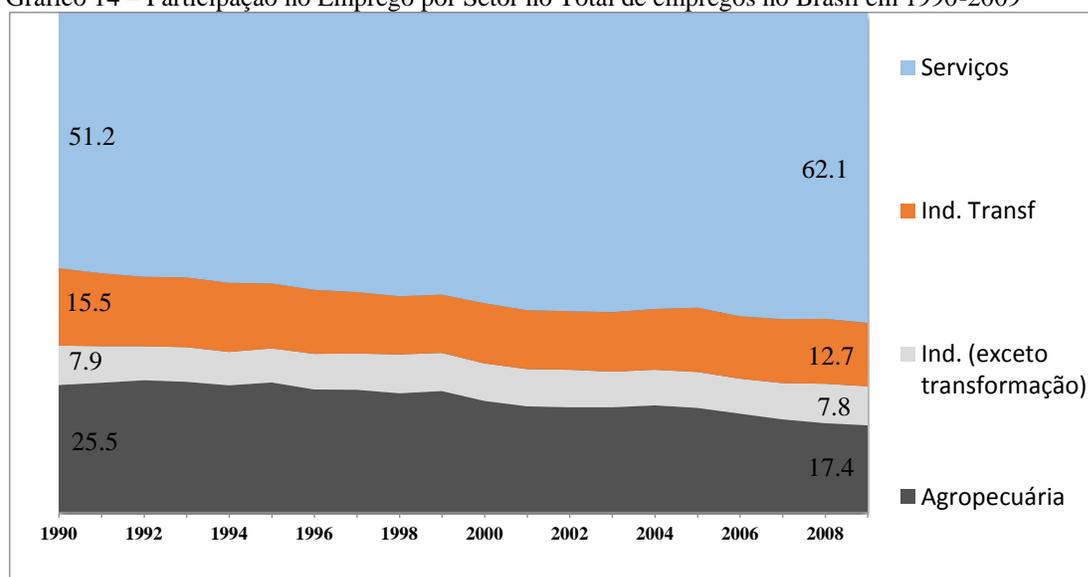
Obs: PIB em US\$ e câmbio constantes de 2005.

Como pode ser observada no gráfico a cima, assim como a queda no crescimento econômico brasileiro, os investimentos na formação bruta de capital fixo brasileiro apresentaram momentos de instabilidade e queda ao longo do período. Ao fim da década de 1980, a economia brasileira havia retomado uma trajetória positiva de crescimento da FBCF até 1989, quando superou a média das economias, alcançando 24,9% do PIB. Todavia, após este período, iniciou um movimento de queda abrupta nos anos seguintes, decaindo para 16,1% do PIB já em 1991, não conseguindo mais retomar tais níveis. Mesmo retomando participações consideráveis no IDE global no final da década de 1990, o Brasil não foi capaz de promover elevações consideráveis de FBCF, conseguindo por um breve momento realizar uma pequena variação positiva no estoque de capital fixo. Porém, tal crescimento foi tão pequeno que não foi capaz de alcançar a média das economias em desenvolvimento, apresentando ao longo de todo o período –

mais de três décadas – além de muitos resultados negativos, sempre a baixo da média das demais economias em desenvolvimento.

Assim, analisando a evolução da participação do emprego industrial no emprego total na economia brasileira, percebe-se que a partir da década de 1990, as participações setoriais foram se reorganizando de maneira ajustada, como exhibe o gráfico 14.

Gráfico 14 – Participação no Emprego por Setor no Total de empregos no Brasil em 1990-2009



FONTE: Elaborado pelo autor através de dados das Contas Nacionais Anuais do IBGE.

Como pode ser observado no gráfico, o setor de serviços apresentou crescimento sustentado ao longo de todo o período analisado, em detrimento de dois setores, a indústria de transformação e a agropecuária. A indústria de transformação que, em 1990 correspondia a 15,5% dos empregos gerados na economia brasileira apresentou queda constante ao longo do período analisado até 2009, em termos relativos, de forma que, o setor de serviços apresentou ganhos de participação, absorvendo quantidades maiores de mão-de-obra que os demais setores da economia.

Na avaliação da evolução do emprego industrial no emprego total, seguindo a análise de Kaldor, os dados apresentados a cima corroboram com a perda do dinamismo industrial brasileiro ao longo do período analisado, caracterizando-se como desindustrialização precoce. Pode ser observado que, principalmente a indústria de transformação e a agropecuária tiveram suas participações no emprego total reduzida em virtude do crescimento da participação do setor

de serviços, evidenciando um declínio na participação da indústria de transformação no emprego total da economia brasileira.

Tal queda na participação de tais setores se mostra no âmbito dos empregos totais da economia, e não em termos absolutos. Deste modo, tais variações das participações se deram devido maior crescimento no número de novos empregos no setor de serviços do que o de novos empregos na indústria de transformação e na agricultura.

Analisando segundo o modelo de Kaldor exposto no segundo capítulo, juntamente a evolução da participação da indústria de transformação no emprego total e no PIB (gráfico 10), corrobora-se a redução da participação da indústria de transformação na economia brasileira nas últimas décadas, evidenciando a continuidade de um processo de desindustrialização prematura da economia brasileira.

Tais análises refletem a estagnação e a falta de horizonte de longo prazo do Brasil. Com a queda nos níveis de investimento na economia brasileira, principalmente nos setores industriais e indústria de transformação. O país não foi capaz de acompanhar o crescimento industrial e econômico mundial, o qual vinha passando por um profundo processo de transformação de natureza organizacional, tecnológica e econômica.

#### 4.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA ECONOMIA BRASILEIRA

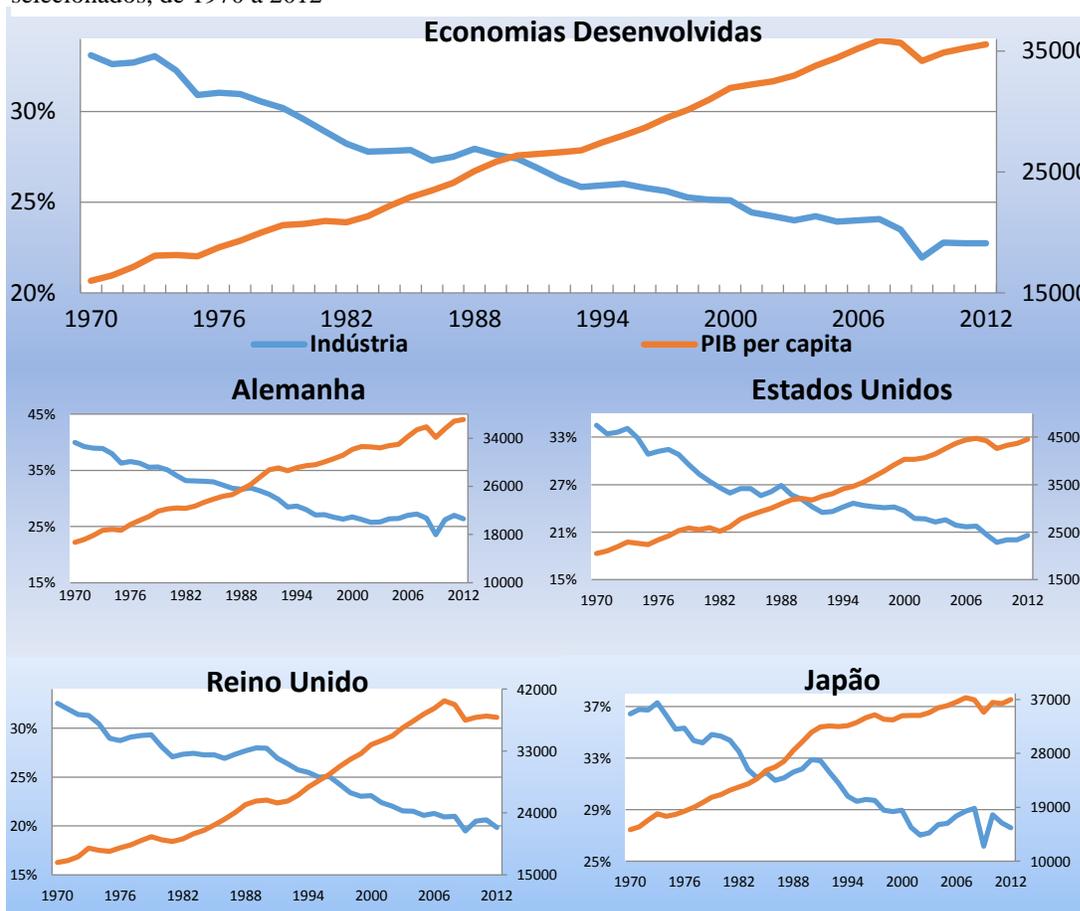
Conforme foi apresentado no capítulo 2, quando a desindustrialização ocorre como resultado natural do crescimento econômico com pleno emprego em uma economia industrialmente desenvolvida, tal desindustrialização apresenta um caráter positivo, pois é causada por fatores endógenos relacionados ao próprio desenvolvimento econômico, sem causar consequências graves a tal economia, haja vista que, está associada ao aumento da renda real e do pleno emprego. Todavia, quando o processo de desindustrialização não ocorre como resultado natural do desenvolvimento econômico do país, sem que tenham sido alcançados dinâmicos crescimentos de produtividade a níveis elevados assim como renda *per capita* ao nível das economias desenvolvidas, a desindustrialização de tal país se caracteriza como negativa e precoce.

Os estudos discutidos anteriormente como as obras de Kaldor e também Oreiro e Feijó (2010), Squeff (2012) a respeito de Kaldor, Rowthorn e Ramaswamy, apresentam que o

desenvolvimento do setor industrial é fundamental para o desenvolvimento econômico, devido seus impactos positivos na difusão tecnológica aos demais setores da economia, produtividade e renda. Devido tais características presentes no setor industrial, na ocorrência de uma desindustrialização precoce, muitas dificuldades ao desenvolvimento econômico são geradas em tal país, visto que estes não alcançaram níveis de produtividade e renda *per capita* suficientes.

Nas economias desenvolvidas, as quedas de participação relativa da indústria no produto agregado começaram a acontecer em média a partir da década de 1970, quando a renda *per capita* encontrava-se a cima de US\$15.000 em média, como pode ser visto no gráfico 15.

Gráfico 15 - Evolução da participação da indústria no PIB e do PIB per capita (US\$), nos países desenvolvidos seleccionados, de 1970 a 2012



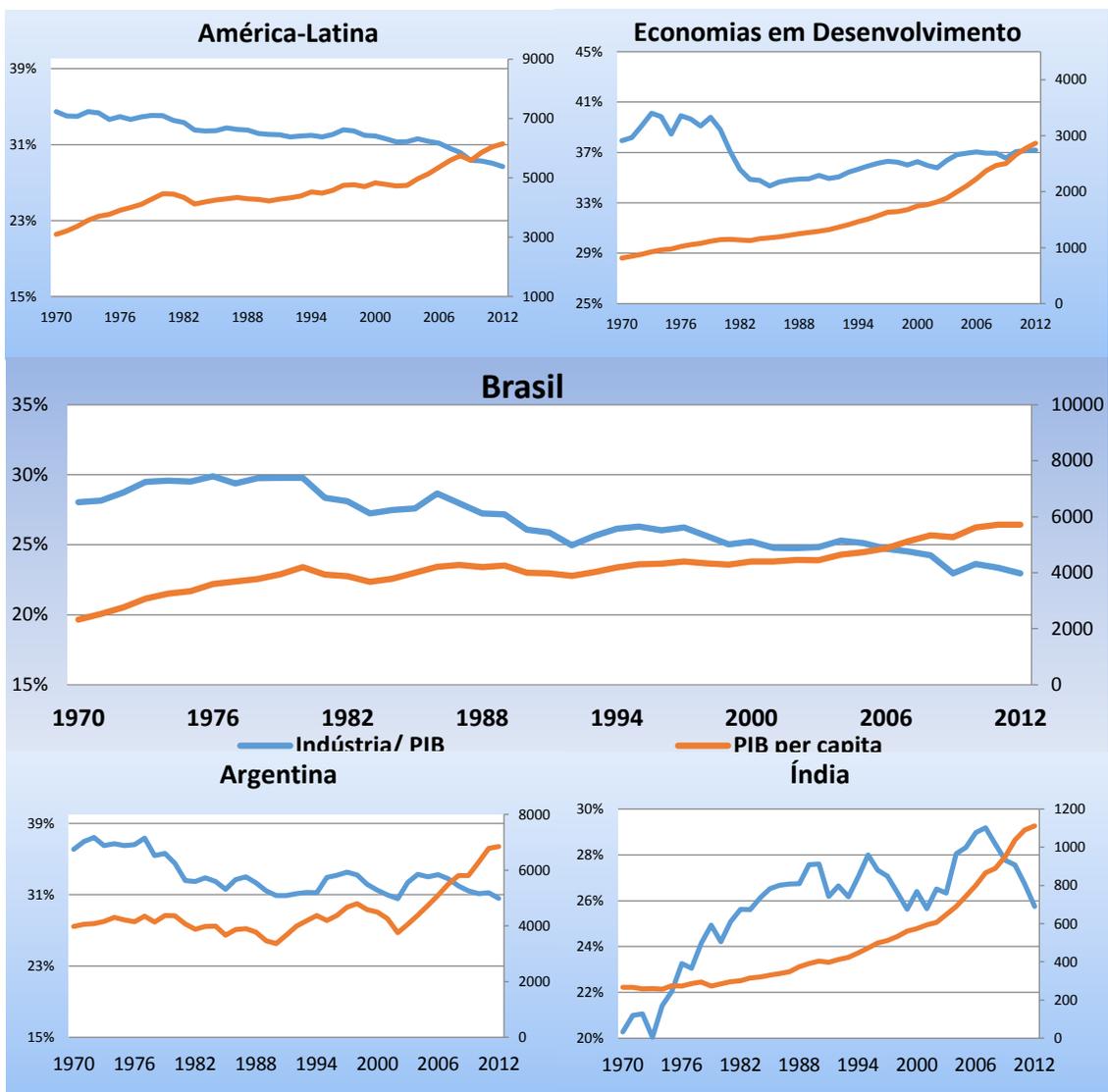
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADstat

Obs: Valores em US\$ e cambio constantes de 2005.

Como podem ser observadas no gráfico, as economias desenvolvidas, após um período de mais de quatro décadas do início de suas desindustrializações naturais, alcançaram renda *per capita* de US\$35.000 em média, apresentando ganhos constantes ao longo de todo o período.

Diferentemente das economias desenvolvidas, o processo de desindustrialização do Brasil iniciou-se na década de 1980, porém, tal movimento de declínio da participação industrial no produto agregado teve início em um período em que o nível de renda *per capita* era muito inferior ao registrado pelas economias desenvolvidas, como pode ser visto no gráfico 16.

Gráfico 16 - Evolução da participação da indústria no PIB e do PIB per capita (US\$), no Brasil e economias em desenvolvimento selecionadas, de 1970 a 2012



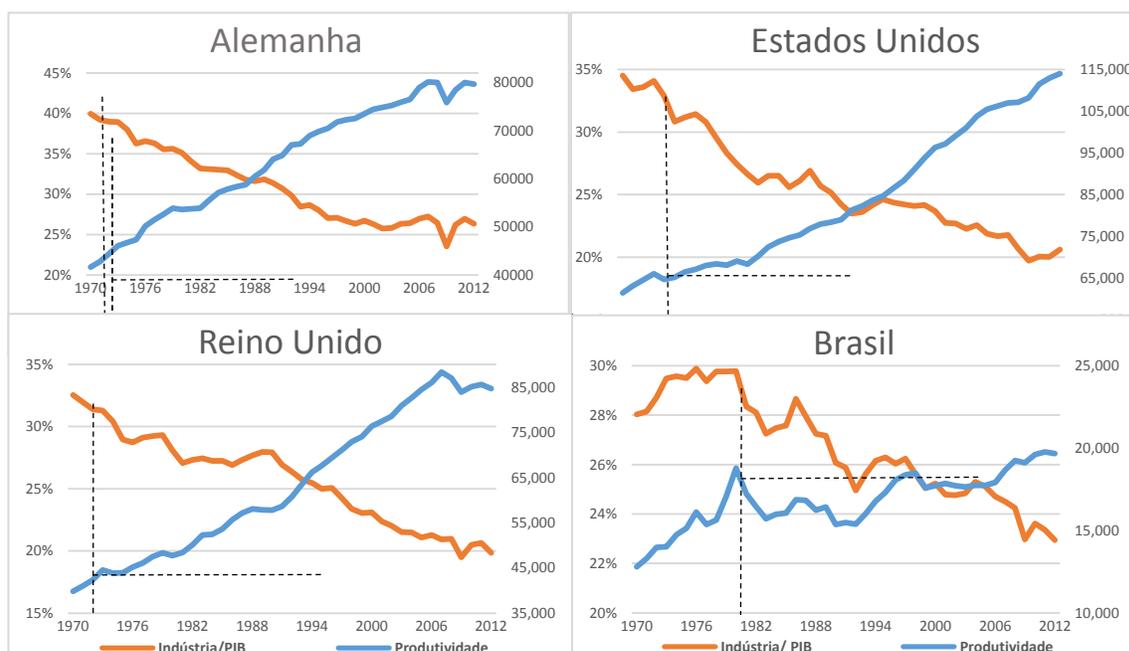
FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADstat  
Obs: Valores em US\$ e cambio constantes de 2005.

O gráfico 16 ilustra o processo de desindustrialização no Brasil e demais economias em desenvolvimento, avaliada pela redução da participação relativa do setor industrial no produto total. O ponto de reversão no caso brasileiro demonstra que o processo de desindustrialização da economia brasileira ocorreu de maneira diferente das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, apresentado características muito mais semelhantes às das economias latino-americanas, exibindo um processo de desindustrialização a um nível de renda per capita próximo aos US\$4.000, muito a baixo do apresentado pelas economias desenvolvidas.

Atualmente, a participação da indústria no produto total e as taxas de crescimento da renda *per capita* brasileira tem se mostrado muito abaixo das economias em desenvolvimento, as quais têm retomando o crescimento da participação industrial no produto agregado, como apresenta o gráfico à cima. Outra característica negativa é o fato do nível de renda *per capita* brasileira se mostrar abaixo de muitos países, inclusive das economias em desenvolvimento. Em 2012, o valor da renda *per capita* do Brasil foi de aproximadamente US\$5.716, abaixo da média da América-Latina que foi de US\$6.150, e até mesmo da Argentina, que alcançou o total de US\$6.851.

A produtividade, assim como a renda *per capita*, representa um indicador eficaz de desempenho econômico, permitindo medir a eficiência do fator trabalho para a obtenção do produto agregado, evidencia a competitividade da economia e avalia o progresso técnico, haja vista que, níveis de produtividade muito baixos estão associados a setores de baixo desenvolvimento tecnológico. Nas economias desenvolvidas o processo de desindustrialização natural iniciou quando os níveis de produtividade, medida pelo PIB por pessoal ocupado, se encontrava entre os US\$45.000 (PPC) em média. O gráfico 17 exhibe a trajetória da participação industrial no PIB e a produtividade, em economias selecionadas.

Gráfico 17 – Participação da indústria no PIB e produtividade do trabalho, de 1970 a 2012, países selecionados



FONTE: elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADstat e do Groningen Growth and Development Centre (GGDC); The ConferenceBoard.

Obs: Valores em US\$-PPC (nível de preços de 2013).

Pode ser analisada por meio do gráfico a cima que, a economia brasileira, diferentemente das economias desenvolvidas, teve seu processo de desindustrialização inicializado enquanto apresentava um nível de produtividade muito inferior aos apresentados pelas economias desenvolvidas. O ponto de início de sua desindustrialização se deu na década de 1980, a um nível de produtividade em torno dos US\$17.250 (PPC), correspondendo a quase um terço da produtividade em que as economias desenvolvidas apresentavam no início de seus processos naturais de desindustrialização.

Além de ter iniciado seu processo de desindustrialização com um nível de produtividade muito a baixo dos alcançados pelas economias desenvolvidas, o dinamismo o qual o nível de produtividade apresentou ao longo do período se deu de maneira instável. As economias desenvolvidas analisadas apresentaram crescimentos constantes da produtividade vis-à-vis às reduções da participação da indústria no PIB, de modo contínuo e dinâmico. Já na economia brasileira, o nível de produtividade seguiu a participação da indústria no PIB ao longo de quase todo o período, de forma que, à medida que a participação da indústria no PIB crescia até 1980, a

produtividade do trabalho também crescia. No momento em que a participação da indústria no PIB iniciou processo de queda em 1980, a produtividade do trabalho no país seguiu o mesmo ritmo.

A economia brasileira passou a apresentar o mesmo dinamismo das economias desenvolvidas apenas a partir de 2005, quando o nível de produtividade do trabalho passou a crescer em detrimento da participação do setor industrial no PIB. Porém, a economia brasileira não apresentou o mesmo nível de produtividade presente nas economias desenvolvidas. Em 2005, assim como economias desenvolvidas analisadas, o Brasil apresentava participação da indústria no PIB próxima dos 25%, porém, o nível de produtividade do trabalho no Brasil era de US\$17.250 (PPC) – o mesmo nível de 1980. Todavia, nível de produtividade do trabalho das economias desenvolvidas apresentadas, em 2005, era próximo de US\$ 90.000 (PPC) – quase seis vezes maior que a produtividade do trabalho no Brasil.

Assim é possível observar que, enquanto as economias desenvolvidas reduziam a participação da indústria no PIB ao longo das três últimas décadas, conseguiram duplicar suas produtividades do trabalho. O Brasil, porém, reduziu constantemente não apenas a participação da indústria no PIB por mais de duas décadas, como também a produtividade do trabalho. Desta forma, ao longo do período analisado, de 1980 a 2012, a economia brasileira apresentou níveis de produtividade do trabalho menores que as economias desenvolvidas, se distanciando ainda mais de tais economias ao longo do período. Em 1980 a produtividade do trabalho no Brasil correspondia a 38% da produtividade do trabalho das economias desenvolvidas, e em 2012, tal produtividade se reduziu para 19%, corroborando assim com a desindustrialização precoce da economia brasileira.

As análises comparativas feitas até aqui permitem concluir que, o processo de desindustrialização da economia brasileira apresenta caráter negativo, visto que o Brasil ainda não atingiu níveis de renda *per capita* similares aos das economias desenvolvidas, nem níveis de produtividade elevados, o que pode se caracterizar como fortes dificuldades ao desenvolvimento econômico nacional dado a importância de se atingir uma indústria tecnologicamente madura.

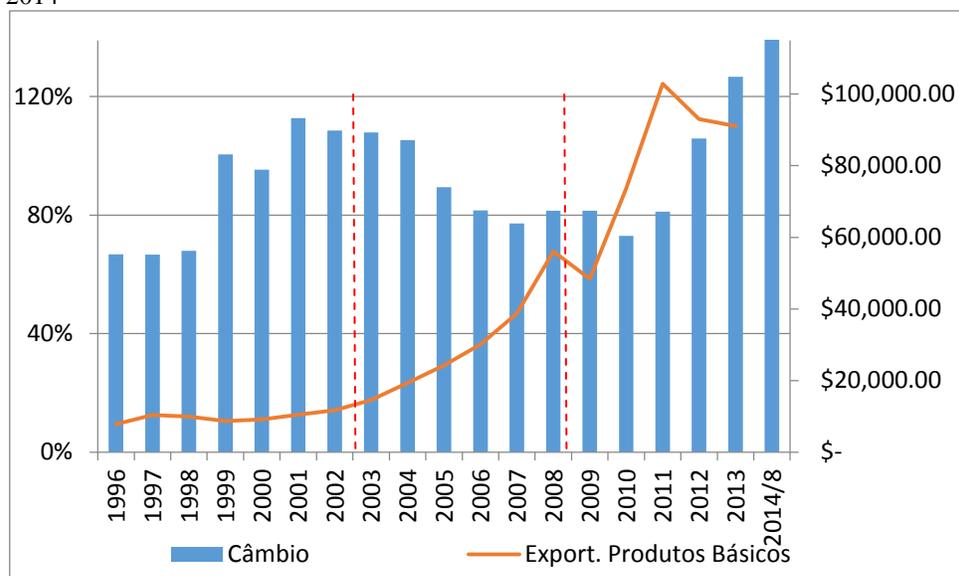
#### 4.4 DOENÇA HOLANDESA NA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil, desde a sua descoberta, sempre possuiu vantagens comparativas na produção de *commodities* sejam elas agrícolas ou minerais. Assim, a nação sempre esteve em posição de ser afetada por doença holandesa, por variadas *commodities*, de forma que tal falha de mercado decorre da abundância de recursos naturais que geram vantagens comparativas às economias que os possui. Bresser-Pereira e Marconi (2008) expõem que, até o início dos anos 1990, tais rendas ricardianas eram neutralizadas por políticas tarifárias, alfandegárias e cambiais, taxando as exportações de tais *commodities*, como também a importação de produtos industrializados, buscando direcionar os investimentos para fora das *commodities* e para dentro da indústria. Porém, com o governo liberal, tais mecanismos tiveram fim e iniciaram políticas macroeconômicas de abertura comercial, elevação dos juros e flexibilização do câmbio, deixando de controlar a doença holandesa na economia brasileira.

Indo ao encontro da tese de que a economia brasileira estaria desenvolvendo a doença holandesa, Palma (2005) atribui que, às políticas macroeconômicas de abertura comercial adotadas nos anos 1990 foram um dos grandes fatores que levaram à queda da competitividade industrial brasileira. Destacando também que a apreciação cambial teria modificado o padrão de especialização internacional, incentivando a exportação de produtos primários e intensivos em recursos naturais.

Analisando o fato de a apreciação cambial estar associada ao crescimento das exportações de produtos não industrializados, o gráfico 18 evidencia a variação cambial a partir de 1996, assim como as exportações de produtos não industrializados, como *commodities* e produtos de baixo valor agregado, ao longo do período.

Gráfico 18 – Evolução do Câmbio real efetivo e das exportações de produtos não industrializados, período de 1990-2014



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; SECEX/MDIC.  
Obs: Taxa de câmbio efetiva real INPC (média 2005=100) – US\$; Exportações em US\$ milhões FOB

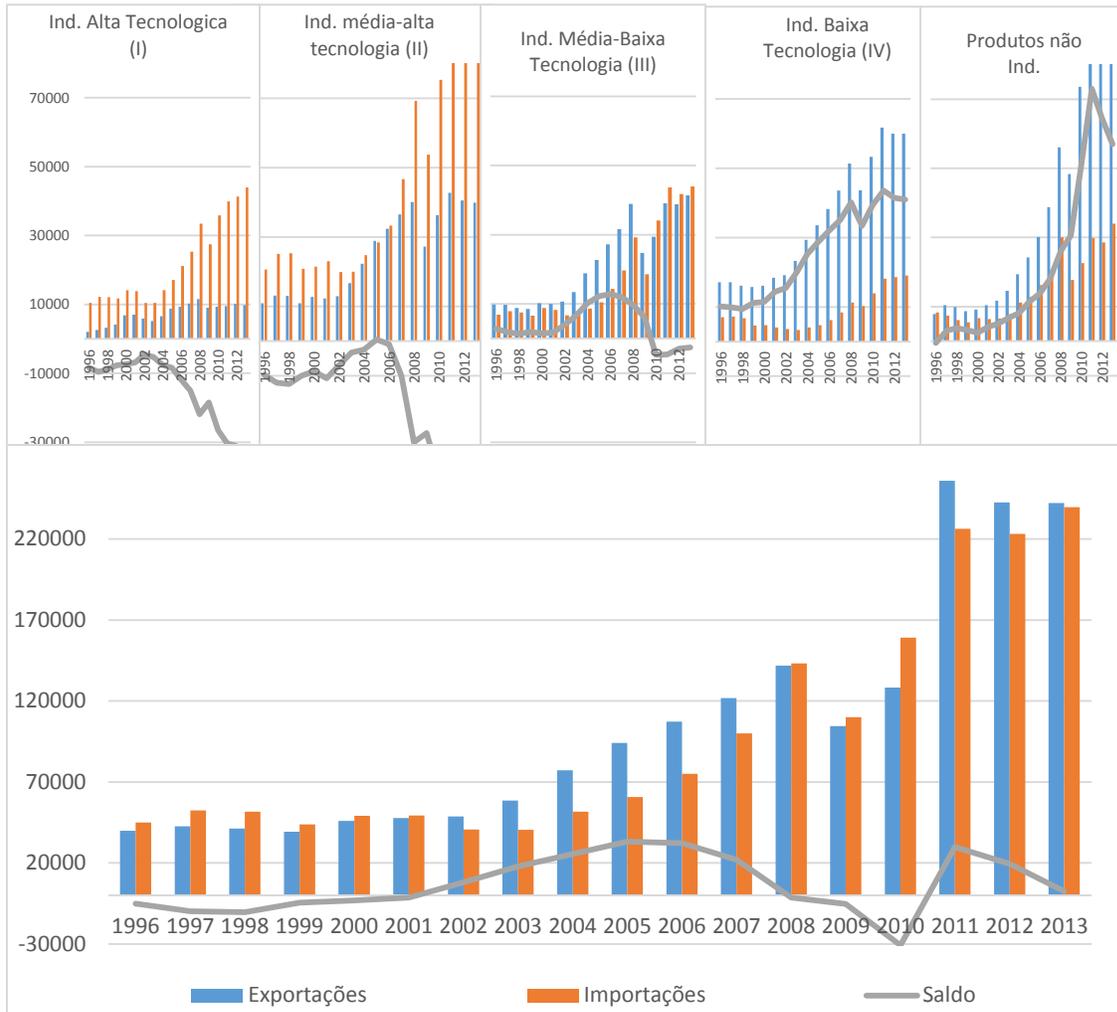
Segundo os dados apresentados, as mudanças nas trajetórias se evidenciam a partir de 2002, quando inicia uma dinâmica contínua de valorização do câmbio brasileiro em relação ao dólar, até 2010. Ao longo desses oito anos, mesmo com a valorização do câmbio brasileiro, as exportações de produtos não industrializados se expandiram em uma trajetória crescente e acelerada, mesmo frente o impacto negativo do câmbio valorizando na exportação de tais produtos.

Entre 2002 e 2008, as taxas de crescimento das exportações de produtos não industrializados pela economia brasileira cresceram em média de 30% a.a., mesmo enquanto o câmbio vinha passando por um período de alta. Desta forma, essa alta nas exportações de produtos não industrializados não apresenta relação com a variação do câmbio nesse período, e sim, com outra variável “causadora” de doença holandesa, o preço internacional das *commodities*. Após a crise de 2008, a situação se normaliza e o volume das exportações de produtos não industrializados volta a ter certa relação com o câmbio.

Desde 2003, com a apreciação contínua da taxa de câmbio, os índices de exportação e importação da economia brasileira se alteraram fortemente, fazendo com que os saldos comerciais apresentassem resultados bem diferentes dos quais vinham apresentando. Para uma

análise de maior relevância da existência da doença holandesa em dada economia, o gráfico 19 exhibe a trajetória comercial do Brasil por intensidade tecnológica, segundo classificação da SECEX/MDIC.

Gráfico 19 - Evolução das exportações brasileiras por intensidade tecnológica, período 1996-2013



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

Obs: Valores em US\$ milhões FOB

O gráfico a cima evidencia que, o perfil da indústria brasileira vem se modificando gradativamente nos últimos anos, perdendo espaço nos setores mais intensivos em tecnologia, e se direcionando as atividades de baixa intensidade tecnologia e principalmente, aos setores não industriais, seguindo o caminho contrário aos estágios rumo à industrialização de Kaldor, apresentadas no segundo capítulo. O saldo comercial dos setores mais intensivos em tecnologia veio apresentando quedas elevadas um após o outro, iniciando pelos de alta tecnologia, que apresentou déficits ao longo de todo o período, se intensificando ainda mais a partir de 2002. Em

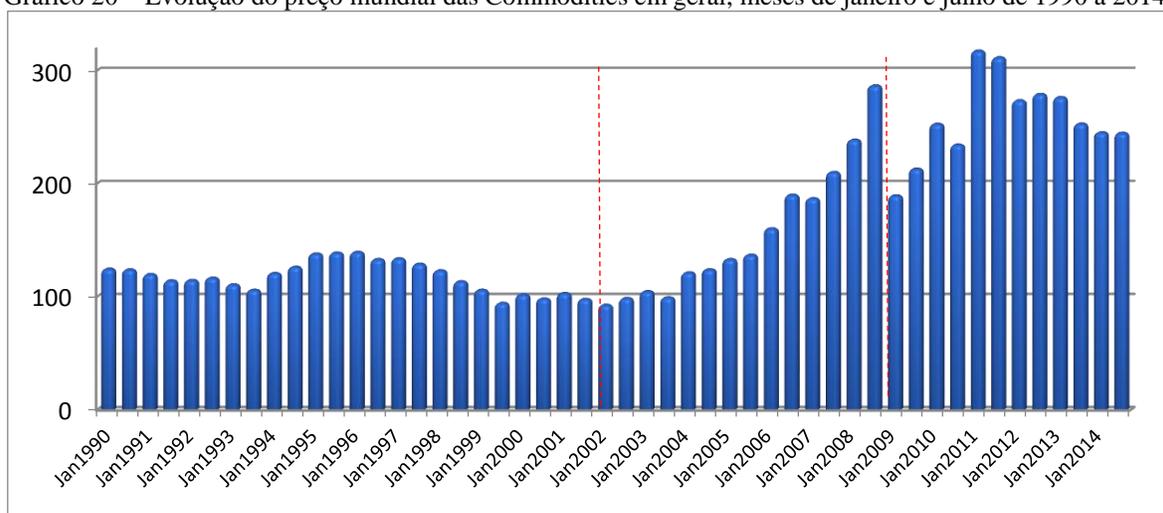
seguida os setores de média-alta tecnologia também apresentaram déficit ao longo de todo o período, mesmo apresentando intensivo crescimento até 2005, o setor iniciou uma trajetória fortemente negativa a partir de 2006. Os setores ligados à média-baixa tecnologia apresentavam ao longo da trajetória, superávits baixos, e a partir de 2001 passaram a apresentar superávit crescente, porém, iniciou uma trajetória de queda em 2007, passando a apresentar déficit a partir de 2009. As atividades industriais de baixa tecnologia e os setores não industriais foram os que apresentaram maior crescimento a partir de 2003, intensificando tais superávits ao longo do período até 2010, quando passam a apresentar quedas nos seus saldos.

Como pode ser observada, a partir de 2001 a economia brasileira passou a apresentar superávit comercial, crescendo à medida que suas exportações se intensificavam nos setores de baixa tecnologia e principalmente não industrializados. À medida que as exportações de produtos menos intensivos em tecnologia se elevava, a economia brasileira expandiu ainda mais seus déficits em produtos mais intensivos em tecnologia, de modo que, a partir de 2006, as exportações de bens primários e de baixa tecnologia não foram capazes de manter o ritmo de crescimento do superávit, passando a apresentar queda, devido à expansão do nível das importações de maior intensidade tecnológica. Assim, a economia brasileira apresentou déficit comercial três anos consecutivos, de 2008 a 2010, e voltou a apresentar superávit em 2011, porém cada vez menor até 2013.

Os superávits comerciais apresentados, nos setores de baixa intensidade tecnológica e principalmente de *commodities* e bens primários indicam a reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira. Ao longo do século XXI, mais da metade das exportações brasileiras foram dos setores não industrializados ou de baixa intensidade tecnológica, e os setores de alta e média-alta intensidade tecnológica apresentaram déficit ao longo de todo o período, sem apresentar sinais de possível reversão futura.

A partir de 2001 a economia brasileira passou a apresentar superávits comerciais devido à expansão das exportações de baixa intensidade tecnológica e das *commodities*, podendo ser atribuído não à valorização cambial, mas à elevação dos preços internacionais das *commodities*, como pode ser visto no gráfico 20, que exhibe a evolução do preço geral das *commodities* no mercado mundial.

Gráfico 20 – Evolução do preço mundial das Commodities em geral, meses de janeiro e julho de 1990 a 2014



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTADStat.

Obs.: Índice de preços internacionais de commodities (2000=100).

Como pode ser analisada, com a elevação do preço de mercado das **commodities**, a economia brasileira elevou ainda mais seu superávit comercial, em detrimento dos setores mais intensivos em tecnologia. Como pode ser vista, a reprimarização da economia brasileira torna a economia do país ainda mais dependente dos fatores externos, de modo que, ainda tem mantido um saldo comercial superavitário devido às *commodities* exportáveis, e agravando ainda mais os setores intensivos em tecnologia, na medida em que tem apresentado em tais setores, déficits cada vez maiores, tornando a economia brasileira ainda mais instável. Tais fatores evidenciam a necessidade de diversificação da economia brasileira, enfatizando os setores industriais mais dinâmicos, os quais têm perdido espaço e competitividade na economia brasileira.

Os déficits comerciais da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica, somados aos superávits de bens primários e de baixa tecnologia são indicativos da desindustrialização da economia brasileira. Tal processo, associado à acentuação dos déficits comerciais da indústria e os superávits crescentes de *commodities* expõem a doença holandesa, principalmente com o seu agravamento a partir da elevação de tais preços no mercado internacional.

## CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscaram-se identificar, em referenciais teóricos fundamentados basicamente nas idéias de Kaldor, a participação do Estado por meio de políticas econômico-industriais capazes de promover o desenvolvimento industrial das economias atrasadas e, conseqüentemente, promover condições necessárias para o desenvolvimento econômico das economias. Após a identificação do papel do Estado, analisou-se como se deu a participação deste na trajetória de desenvolvimento industrial brasileiro, e então, analisaram-se os impactos e os resultados gerados por tais políticas na economia brasileira ao longo do período analisado, encontrando assim, a verdadeira condição econômica do Brasil.

O modelo de crescimento econômico de Kaldor foi o ponto de partida da pesquisa. Para este autor, o nível de demanda agregada das economias seria resultado das diferentes estruturas produtivas e atribuiu ao setor industrial, precisamente a indústria de transformação, a característica de principal motor na promoção do crescimento econômico, devido ao fato de tal setor apresentar maiores ganhos de produtividade que os demais setores.

Partindo da importância da indústria no desenvolvimento econômico, Kaldor desenvolveu algumas hipóteses para explicar as diferentes taxas de crescimento dos setores econômicos. Atribuiu que, estas estavam associadas a diferentes taxas de crescimento da produtividade. Assim, como a produtividade do setor industrial se apresenta maior que a dos demais setores, uma maior participação do setor industrial em dada economia, elevaria a produtividade média de tal economia, e ainda, como na indústria acontece maior parte da inovação tecnológica, quanto mais industrializada a economia, mais acelerado seria o crescimento econômico. Por proporcionar maiores mudanças no processo de crescimento, a indústria gera maiores transformações e desenvolvimento na estrutura produtiva no médio e longo prazo. Assim, o desenvolvimento econômico pautado na indústria apresenta maior produtividade e chances de crescimento mais elevadas que se pautado nos demais setores da economia.

Para que dada economia atrasada alcance o desenvolvimento econômico por meio da industrialização, faz-se necessário a participação do Estado, de modo a estabelecer os meios necessários ao surgimento e desenvolvimento da indústria nacional em tal economia. Assim, cabe ao Estado promover políticas industriais pró-indústria nacional, defendendo assim o

trabalho, a indústria e o capital nacional, e não pela subordinação a economias mais ricas. Desta forma, com o apoio de um Estado nacionalista, dada economia torna-se capaz de alcançar níveis elevados de industrialização, e maior autonomia econômica, sendo possível iniciar um processo de *catching up*, buscando alcançar os mesmos níveis de desenvolvimento econômico presentes nas economias desenvolvidas.

Analisando a trajetória do setor industrial brasileiro sob esta linha de raciocínio, os autores enfatizaram que ao longo de tal processo, o Estado teve importante participação na promoção da atividade industrial brasileira no período que vai de Getúlio Vargas até o início da década de 1980. Ao longo desse período, sob uma égide desenvolvimentista, e por meio das políticas industriais do Estado, a economia brasileira deixou de ser unicamente agroexportadora, como foi até a década de 1930. O Estado conseguiu fazer com que o setor industrial alcançasse grande participação no produto agregado brasileiro. Todavia, a situação econômica do Brasil, somada ao cenário externo negativo, fizeram com que a economia brasileira entrasse em um período de estagnação, período conhecido como “década perdida” brasileira.

Neste período, o Estado mudou seu foco e parou de promover políticas industriais e posteriormente, na década de 1990, o Estado brasileiro toma uma postura liberalizante de abertura comercial, deixando de promover qualquer tipo de política industrial. Assim, o setor industrial brasileiro, que mal havia se consolidado no já ultrapassado paradigma tecno-produtivo fordista, teve de competir no mercado nacional, de igual para igual com as grandes multinacionais, que operavam no novo paradigma – microeletrônico – há duas décadas. Consequentemente, o setor industrial brasileiro não foi capaz de competir com tais multinacionais, e a economia brasileira se reprimarizou em menos de uma década. O quadro produtivo havia se tornado instável e muitas grandes empresas e até mesmo setores deixaram de existir na economia brasileira. A participação das multinacionais aumentou grandemente na economia brasileira, tornando a economia ainda mais dependente.

No início do século XXI, frente ao fracasso das políticas neoliberais na promoção do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, o Estado retoma um viés desenvolvimentista, voltando a promover políticas industriais na tentativa de recuperar as perdas de competitividade do setor industrial nacional. Os objetivos das políticas industriais buscavam promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, modernização das indústrias e elevação da capacidade

produtiva, focando assim no desenvolvimento industrial da economia brasileira, além de investimentos do Estado em infra-estrutura.

Em meio a este cenário de políticas industriais, a economia mundial entrou em crise em 2008. Assim, o Estado buscou intensificar as políticas industriais por meio da Política de Desenvolvimento Produtivo, conseguindo promover expectativas positivas no capital privado, fazendo com que estes realizassem investimentos nos setores produtivos. Desta forma, a economia brasileira superou de maneira relativamente rápida os impactos negativos da crise mundial. Nos anos seguintes, sem condições de impor impostos sobre a exportação de *commodities*, intensificando a doença holandesa, a taxa de câmbio continuou sobreapreciada. Para tentar combater a reprimarização da economia, o Estado expandiu ainda mais as políticas industriais, alcançando resultados não muito expressivos, se encontrando num processo de transição, onde as bases têm sido construídas, porém, sem ainda alcançar o paradigma microeletrônico, como nas economias desenvolvidas.

Como se viu em capítulos anteriores, a trajetória industrial brasileira apresentou grandes resultados, desde o período desenvolvimentista até a década de 1980, promovendo crescimento e desenvolvimento econômico para o Brasil, o que fez com que o país deixasse de ser uma “grande fazenda”, e se tornando uma economia industrializada. Todavia, com a década perdida e o ideal neoliberal, o Brasil viveu períodos de estagnação e a sua economia passou por uma reprimarização. Com a virada do século, a economia brasileira retornou ao ideal desenvolvimentista, retomando políticas industriais, impulsionando o setor industrial e tentando combater a doença holandesa que se agravava com a elevação dos preços internacionais das *commodities*, dificultando os investimentos nos setores industriais.

Os dados evidenciaram que, a partir da segunda metade do século XX, a economia brasileira se industrializou de modo acelerado e constante. Por meio do Estado nacionalista e das políticas industriais, a economia brasileira foi capaz de alcançar elevadas taxas de crescimento e de industrialização da sua economia, conseguindo consolidar o paradigma produtivo fordista na economia brasileira.

Todavia, a partir da década de 1980, o Estado brasileiro não foi capaz de manter as mesmas taxas de crescimento, nem promover a intensificação da indústria na economia brasileira. Enquanto as economias desenvolvidas se concretizavam no paradigma microeletrônico, a economia brasileira não foi capaz de criar as bases para a implementação de

tal segmento na indústria brasileira, nem mesmo de manter o crescimento to já ultrapassado paradigma fordista. Desta forma, a partir da década de 1980, a economia brasileira passou por um intenso processo de desindustrialização de sua economia.

Tal processo de desindustrialização da economia brasileira, diferentemente das economias desenvolvidas – que passaram por um processo natural de desindustrialização – mantendo ganhos constantes de produtividade e renda após alcançarem o paradigma produtivo microeletrônico, a economia brasileira apresentou uma desindustrialização prematura, sem ter alcançado o paradigma microeletrônico, nem mesmo os mesmos níveis de produtividade e renda das economias desenvolvidas. Desta forma, a economia brasileira iniciou um processo de desindustrialização prematura, mantendo níveis de produtividade e renda muito abaixo dos alcançados pelas economias desenvolvidas.

Dentre os fatores que contribuíram com a desindustrialização precoce da economia brasileira, se caracteriza a doença holandesa em que o Estado brasileiro não foi capaz de tomar as devidas providências devido à acentuada com a elevação do preço internacional das *commodities* a partir de 2002, intensificando ainda mais a reprimarização da economia brasileira e sua desindustrialização frente as demais economias.

Por fim, o estudo sobre a trajetória da indústria brasileira ainda merece ser aprofundado. Neste trabalho as variáveis: PIB, produtividade, participação industrial, renda *per capita* e emprego, mostraram-se importantes na sua determinação e apontaram alguns problemas estruturais da indústria na economia brasileira. Além do mais, este é um debate contemporâneo sobre as trajetórias da economia, e por isso exige ainda mais reflexão e mudanças.

Até porque, assim como há 500 anos, continuamos com o mesmo atraso na estrutura produtiva, só que em vez de trocarmos pau-brasil por espelhos, trocamos soja e minério de ferro por smartphones.

## REFERÊNCIAS

- AREND, Marcelo. **Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Porto Alegre: 2009. Tese (Doutorado)–Faculdade de Ciências Econômicas–Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Novos Estudos CEBRAP no.77 São Paulo Mar. 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Cartilha Brasil Maior**. 2011<sup>a</sup>. Disponível em: <[http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha\\_brasilmaior.pdf](http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf)>. Acesso em: 12 dez.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. **Revista de Economia Política**. vol. 28. Dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. Nacionalismo e novo desenvolvimentismo. **O que Esperar do Brasil**. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2013.
- \_\_\_\_\_. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? **Revista de Economia Política**. vol. 31, nº 2 (122), Abr.-Jun. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?** IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, mar/ 2008.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CANO, Wilson.; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP nº. 181, jul/2010.
- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildere Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC**. Estud. Econ. vol.39 no.3 São Paulo Jul/Set. 2009.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Editora UNESP. São Paulo. 2002.
- COMIN, Alexandre. **A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Campinas, 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas.
- CORONEL, Daniel Arruda. **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira**. 2010. 103 f. Tese (Doutorado em Economia) – Pós-Graduação em Economia Aplicada da UFV. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

CORONEL, Daniel Arruda; CAMPOS, Antônio Carvalho; AZEVEDO, André Filipe Zago. **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico: a reatualização de um debate histórico.** Anais do XL Encontro Nacional de Economia da ANPEC. 2014.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil.** Nota Técnica. No100. Jun. 2011.

DINIZ, Eli.; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Depois do consenso liberal, o retorno dos empresários industriais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Set/2007.

DINIZ, Eli.; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia liberal.**São Paulo: FGV-EESP, 2013.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 3, n. 6, p. 53-78, 1988.

FIORI, José Luís. **Nacionalismo e desenvolvimento (I e II).** Valor Econômico, 29 de junho de 2012 e 25 de julho de 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas e o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) **Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial: proposta IEDI.** São Paulo, out/1998.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). **A Política de Desenvolvimento Industrial: o que é e o que representa para o Brasil.** Abr. 2002a.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). **Contribuições para uma Agenda de Desenvolvimento do Brasil.** Set. 2002b.

KALDOR, Nicholas. Características do desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia.** v. 11, n. 1, p. 3-18, 1957a.

\_\_\_\_\_. Crescimento, Equilíbrio e Desequilíbrio. **Revista Econômica Brasileira.** v. 11, n. 1, p. 19-38, 1957b.

\_\_\_\_\_. O Problema do Crescimento Acelerado. **Revista Brasileira de Economia.** v. 11, n. 1, p. 39-53, 1957c.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** 1936.

KUPFER, David. Política Industrial. **Revista Econômica.** v.5.n.2. Rio de Janeiro. Dez. 2003.

FERRAZ, Max Benjoi. **Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula.** Planejamento e Políticas Públicas. nº. 32. jan./jun. 2009.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ Carmen Aparecida. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista da Economia Política.** vol.31 no.1 São Paulo Mar. 2011.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ Carmen Aparecida. **Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a economia brasileira.** UFF Textos para Discussão 265. Dez. 2010.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARINHO, Emerson Luís; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim; ROSA, Antônio Lisboa Teles. Evidências empíricas da lei de Kaldor-Verdoorn para a indústria de transformação do Brasil (1985-1997). **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro Jul/Set. 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio.** 4. ed. São Paulo, Brasiliense. 1986.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política.** vol 30, nº 2 (118). Abr.- Jun. 2010.

PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de “Desindustrialização” e um novo conceito de “Doença Holandesa”.** Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. São Paulo: FIESP e IEDI. Ago. 2005.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, 3(3):47-111, Set. 1949.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP no.187. Jan. 2011.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra. **Revista da Economia Política.** Vol. 2/2, nº 6, abr-jun/1982.

SOARES, Cristiano Sausen; CORONEL, Daniel Arruda; FILHO, Pascoal José Marion. A recente política industrial brasileira: da “Política do Desenvolvimento Produtivo ao “Plano Brasil Maior”. **Revista Perspectivas Contemporâneas.** v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2013.

SQUEFF, Gabriel Coelho. **Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil.** IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). Rio de Janeiro. Ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro.** IPEA Texto para Discussão 1747. Brasília. Jun. 2012.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização do Brasil. **Revista de Economia Política.** Vol. 8 nº 4, out-dez/ 1988.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Política industrial e desenvolvimento.** **Revista da Economia Política.** Vol. 26, nº 2 (102) abr-jun/2006 pp.163-185. 2006.

SONAGLIO, Cláudia Maria. O comércio de manufaturados e o desenvolvimento econômico: por que se preocupar com a trajetória brasileira? **Revista Estudos do CEPE.** Santa Cruz do Sul, n34, p.122-138, jul./dez. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. Desindustrialização e leis de Kaldor: evolução da produtividade industrial do Brasil 1980/2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. ano XI no.19 Salvador Jan. 2009.

VERSIANI, F.R.; SUZIGAN, W. **O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma Visão Geral**. Brasília: UNB, 1990.